



Anilsa Sofia Correia Gonçalves

**O ACESSO E A PERMANÊNCIA NO PARLAMENTO NACIONAL
EM CABO VERDE (1991-2011):**

**Um olhar sobre a influência das regras eleitorais e dos partidos
políticos na construção de carreira parlamentar**

CAMPINAS,

2015



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Anilsa Sofia Correia Gonçalves

**O ACESSO E A PERMANÊNCIA NO PARLAMENTO NACIONAL
EM CABO VERDE (1991-2011):**

**Um olhar sobre a influência das regras eleitorais e dos partidos
políticos na construção de carreira parlamentar**

Orientador: Prof. Dr. **BRUNO WILHELM SPECK**

Dissertação apresentada ao Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas para a
obtenção do título de Mestre na área de
Ciência Política.

Este exemplar corresponde a versão final defendida
por Anilsa Sofia Correia Gonçalves e orientada pelo
Prof. Dr. Bruno Wilhelm Speck.

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Estudantes-Convênio de Pós-
Graduação – PEC-PG, da CAPES/CNPq – Brasil

Campinas,

2015

Agência de fomento: CNPq N°
processo: 190393/2012-2

Ficha catalográfica Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

G586a Gonçalves, Anilsa Sofia Correia, 1989-
O acesso e a permanência no parlamento nacional em Cabo Verde
(1991-2011) : um olhar sobre a influência das regras eleitorais e dos partidos
políticos na construção de carreira parlamentar / Anilsa Sofia Correia Gonçalves. –
Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Bruno Wilhelm Speck.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Deputados - Cabo Verde. 2. Partidos políticos - Cabo Verde. 3. Carreiras
no serviço público. I. Speck, Bruno Wilhelm, 1960-. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The access and permanence in the parliament in Cape Verde
(1991-2011) : a look at the influence of the electoral rules and political parties in building
parliamentary career

Palavras-chave em inglês:

Parliamentarians - Cabo Verde Political
parties - Cabo Verde Public service
career

Área de concentração: Ciência

Política

Titulação: Mestra em Ciência

Política

Banca examinadora:

Valeriano Mendes Ferreira Costa Maria do
Socorro Sousa Braga Wagner Pralon Mancuso

Data de defesa: 02-07-2015 **Programa de**

Pós-Graduação: Ciência Política



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 02 de agosto de 2015, considerou a candidata ANILSA SOFIA CORREIA GONÇALVES aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'V' and 'M' followed by a horizontal line, positioned above a solid horizontal line.

Prof. Dr. Wagner Pralon Mancuso

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Wagner Pralon Mancuso" in a cursive script, positioned above a solid horizontal line.

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'M' and 'S' followed by a horizontal line, positioned above a solid horizontal line.

RESUMO

O trabalho propõe a compreensão das regras eleitorais para a escolha dos deputados da nação em Cabo Verde, no período de 1991 a 2011, bem como a ambição parlamentar dos eleitos. O objetivo principal do estudo é analisar os fatores que condicionam ou influenciam o acesso e a construção de carreira no interior do parlamento nacional. Procuramos explicações nas regras eleitorais (particularmente sobre o sistema de lista fechada) e nas regras partidárias para a elaboração das listas (regras estatutárias e da ação prática da elaboração das listas). Os resultados empíricos demonstram que o desenho eleitoral implementado no país criou um cenário de bipolarização partidária, com o poder girando em torno de dois grandes partidos: PAICV (partido libertador) e MpD (partido democratizador). As lideranças desses dois partidos se transformam nos principais seletores dos deputados nacionais. Nesse contexto, os dados espelham que ser um candidato viável na lista partidária desses dois grandes partidos, apresenta-se como condição primeira para ter sucesso nas urnas e aceder ao parlamento. Relativamente à reeleição e permanência dos eleitos, as informações indicam que de uma eleição para outra o parlamento nacional se renova em torno de 60%, fazendo com que cerca de 64% dos eleitos nas cinco eleições analisadas tenham uma carreira parlamentar efêmera que termina com o fim do primeiro mandato.

Palavras-chaves: deputados nacionais; partidos políticos; ambição política; carreira política; profissionalização da atividade política.

ABSTRACT

The research proposes the comprehension of the electoral rules for choosing the nation's parliamentarians in Cape Verde in the period 1991-2011, as well as the parliamentary ambition of the elect. The main objective of the research is to analyze the factors that determine or influence the access and the career building within the national parliament. We seek explanations in the electoral rules (particularly on the closed list system) and the partisan rules for the elaboration of the lists (statutory rules and practical action for these elaborations). Empirical results show that the electoral design implemented in the country created a scenario of polarization of parties, around two major ones: PAICV (liberating party) and MpD (democratizing party). The leaders of these two parties became the main selectors of national parliamentarians. In this context, data show that to be a viable candidate in the party list of these two bigger parties is presented as the first condition to succeed at the polls and enter the parliament. Regarding re-election and permanence of the elected, information indicates that from one election to another the national parliament is renewed around 60%. And this makes that about 64% of candidates - in five elections analyzed – have an ephemeral parliamentary career that ends with the end of the first mandate.

Keywords: national parliamentarians; political parties; political ambition; political career; professionalization of political activity.

SUMÁRIO

Introdução	18
Problema de estudo, objeto, objetivos e hipóteses	20
Metodologia, métodos e fontes	23
Estrutura da dissertação	25
Capítulo 1- A atividade política nas democracias representativas atuais: partidos seletores e políticos profissionais	26
1.1. As características e o papel dos partidos políticos nas democracias atuais.....	27
1.2. A profissionalização da atividade política.....	30
1.3. A construção de carreira no campo político.....	32
1.3. Estudos sobre a atuação dos partidos políticos e políticos individuais na arena parlamentar cabo-verdiana	37
1.3.2. O recrutamento parlamentar e o comportamento dos partidos e políticos no interior da casa legislativa.....	39
1.4. Considerações gerais	43
Capítulo 2 - Sistema político cabo-verdiano: sobre a construção do Estado democrático	44
2.1. A luta pela independência em conjunto com a Guiné-Bissau.....	45
2.2. O período pós-1975: Caminho semi-unificado com a Guiné-Bissau	48
2.3. Regras partidárias e eleitorais adotadas na I República (1975 a 1990).....	50
2.4. O fracasso do regime de partido único e a transição democrática	52
2.5. O período pós-transição: mudanças das regras institucionais na II República.....	56
2.5.1. A mudança das regras constitucionais	56
2.5.2. Criação de novas regras e arenas de competição eleitoral	57
2.5.2. O aumento da divisão de trabalho no interior do parlamento e a profissionalização dos deputados nacionais.....	60
2.6. Considerações gerais	66
Capítulo 3 - A arena da competição legislativa: a escolha do eleitor e a composição parlamentar.....	68
3.1. A lógica da eleição no sistema de lista fechada: adupla seleção dos candidatos.....	68

3.1. A participação do eleitorado: preferência eleitoral bipolarizada	70
3.1.1. A atuação dos pequenos partidos no cenário bipolarizado	74
3.2. Composição do parlamento: características dos políticos individuais	76
3.3. Considerações gerais	82
Capítulo 4 - O peso das lideranças na construção de lista e sua influência na ambição parlamentar dos eleitos	83
4.1. As regras estatutárias sobre a elaboração de listas pelos partidos políticos	84
4.1.1. As estruturas dos partidos e as regras formais da elaboração das listas de candidatos	84
4.1.2. A prática da elaboração das listas partidárias: quem é ou quem são o(s) verdadeiro(s) decisor(es) partidário(s)?	86
4.2. Criando tipologia de candidatos/políticos a partir das regras eleitorais e do filtro partidário	91
4.3. O peso do filtro partidário versus filtro do eleitor: a escolha do partido predetermina o sucesso nas urnas	94
4.4.1. Movimento institucional dos políticos de ambição parlamentar discreta	106
4.5. Considerações gerais	108
Conclusão geral	110
Referências bibliográficas	114
1. Livros, artigos, monografias, dissertações e teses	114
2. Documentos oficiais: legislação, leis e estatutos	117
3. Jornais nacionais	118
Anexos	119

Dedico esse trabalho a minha irmã **EDNEIA GONÇALVES** pelo apoio incansável ao longo dessa caminhada; ao **PROF. DANIEL COSTA** por ter-me ensinado que a persistência é necessária para ter sucesso; e ao meu orientador **BRUNO SPECK** por ter aceitado o desafio de orientar sobre um país que lhe é estranho, pela troca de aprendizado, pelo profissionalismo e pela amizade.

AGRADECIMENTO

Esta é, com certeza, a única parte do texto acadêmico onde o pesquisador não precisa sentir medo de deixar as suas emoções falar alto e expressá-las calorosamente. Nesse sentido, gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos a todos que estiveram envolvidos nesse processo. Essas páginas são poucas para agradecer de forma particular a todos. Destacarei alguns nomes, mas reafirmo um obrigado especial a todos.

A nível institucional, gostaria de agradecer a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) por terem-me aceite no programa e por toda a assistência prestada ao longo desses dois anos de mestrado; a Comissão Nacional de Eleições (CNE), particularmente a funcionária Indira Tavares, obrigada pelo apoio na recolha dos dados; a Assembleia Nacional, particularmente ao Presidente Basílio Ramos, pelo apoio na criação das condições necessárias para a realização da minha pesquisa de campo e recolha dos dados na assembleia; agradeço aos funcionários da sede do MpD e PAICV que ajudaram na recolha dos dados; aos ex-presidentes e presidentes do MpD e PAICV, que colaboraram na nossa pesquisa; e por último agradeço ao Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação – PEC-PG, da CAPES/CNPq – Brasil, pela bolsa durante esses dois anos.

Pessoalmente, agradeço a todos os meus ex-professores da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) que me apoiaram desde o momento de candidatura. Obrigado especial ao Prof. Cláudio Furtado, pela carta de recomendação; ao Prof. José Carlos dos Anjos, pela carta de recomendação e por ter participação na banca da minha qualificação com comentários e sugestões valiosos para o andamento da pesquisa; ao Prof. Crisanto Barros, pelo incentivo para seguir a área académica, pela leitura do meu projeto desde início, pela partilha e acompanhamento ao longo desse processo e pela amizade; ao Prof. Daniel Costa, pela troca de aprendizado desde o início e por me ensinar a correr atrás dos meus objetivos, me incentivando sempre a não desistir; a Prof^a Arceolinda Ramos pela troca; a Carmelita Silva, Carlos Mendes, Jaqueline Pólvora e Miriam Vieira pela força.

Agradeço também a todos os meus professores do mestrado da Unicamp; a Prof.^a Maria Socorro Braga da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), por ter me acompanhado desde a qualificação, com comentários e sugestões enriquecedores e por estar aqui nessa etapa final novamente; ao Prof. Wagner Mancuso da Universidade de

São Paulo (USP), por aceitar debater e participar da banca final. Aos professores Wagner Romão (Unicamp) e Rogério Arantes (USP), por terem aceitado participar da nossa banca como suplente; ao Prof. Valeriano Costa, por ter aceitado representar meu orientador na banca; e, por último, agradeço ao meu Prof. e orientador Bruno Speck, pelo apoio desde a minha chegada, pela troca de aprendizado e pela amizade construída.

Um obrigado especial a todos os meus amigos, entre os quais destaco: Dina, Riga e Anildo, pela troca de aprendizado desde a graduação e durante esse processo de mestrado, pelo companheirismo e parceria nesses dois anos; a todos os meus amigos com os quais morei juntos (especialmente Janice, Heidi, Gueina, Evy, Nilson); a Fátima Ramos e a Gissele Monteiro (irmã de coração), pela amizade e pelo apoio na recolha de dados; ao Deolindo de Barros, pela amizade e pela revisão do texto; ao Aristides e Egas, pelo apoio desde início aqui em São Paulo, pelas nossas conversas e desabafos; e a Katiúscia Moreno pela confiança, pela amizade, pelo apoio moral, por ter oferecido o seu cartão de crédito para comprar uma parte da minha passagem para pesquisa de campo e por ter escrito o resumo em inglês do meu trabalho.

Por último, agradeço a minha família por todo o apoio e energia positiva. Aos meus sobrinhos Rafael, Gabriel e Carline (Bebé) pelos sorrisos sinceros; aos meus dez irmãos (Mário, Maíza, Edneia, Amarley, Aline, Amarla, Luis Carlos, Marilise, Marcia e Marcinha), um super obrigado. Obrigado especial ao meu irmão Mário, pelas nossas discussões acadêmicas e pelo apoio de sempre, e a Edneia, pelo apoio incondicional durante os quase três meses da minha pesquisa de campo e, posteriormente, compartilhando as alegrias e a humilhação do pioneirismo no campo da pesquisa empírica em Cabo Verde. Ao meu namorado Dilson, obrigado pela força. Um obrigado especial ainda, ao meu pai Mário Gonçalves; as minhas duas mães Maria José Correia e Igualdina Dias. A mulher na qual eu me tornei é o resultado de tudo o que vivemos juntos!



Fonte: Adaptação do mapa mundi pesquisado no Google maps

“Um recrutamento não-plutocrático de políticos interessados, de liderança e seguidores, está conjugada com a condição subentendida de que uma renda regulada e suficiente será proporcionada aos que se ocupam da política” (WEBER, 1996, p. 61).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADM - Aliança Democrática para a Mudança

AM - Assembleia Municipal

AN – Assembleia Nacional

ANP - Assembleia Nacional Popular

APC - Assembleia Política Concelhia

AR - Assembleia Regional

CM - Câmara Municipal

CE- Código Eleitoral

CNE - Comissão Nacional de Eleições

CNJF - Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização

CP- Comissão Permanente

CPR - Comissão Política Regional

CPC - Comissão Política Concelhia

CNP - Comissão Política Nacional

CJ - Conselho de Jurisdição

CN - Conselho Nacional

CSL - Conselho Superior de Luta

CN - Convenção Nacional

DN – Deputado Nacional

DNs - Deputados Nacionais

DN - Direção Nacional

FLING - Frente de Libertação da Guiné

GDM - Grupo de deputados municipais

INE - Instituto Nacional de Estatística

LOPE - Lei sobre a Organização Política do Estado

MpD - Movimento para Democracia

MFNG - Movimento para a Independência da Guiné

MLGC - Movimento de Libertação da Guiné

PERCS - País Estrangeiro de Residência de Comunidade Cabo-verdiana Significativa

PAICV - Partido Africano para Independência de Cabo Verde

PAIGC - Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde

PAN – Presidente Assembleia Nacional

PCD - Partido de Convergência democrática

PIDE - Polícia Internacional da Defesa do Estado

PTS - Partido do Trabalho e da Solidariedade

PCPR - Presidente da Comissão Política Regional

PR - Presidente da República

PM - Primeiro-Ministro

PLs - Propostas/Projetos de leis

SG - Secretariado Geral

UCID - União Cabo-verdiana Independente e Democrata

UNPG - União dos Naturais da Guiné “dita” Portuguesa

UDC - União Democrática Cabo Verdiana

UPICV - União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES, TABELAS E GRÁFICOS

ILUSTRAÇÕES:

ILUSTRAÇÃO 1 - CRONOGRAMA DOS PRINCIPAIS MARCOS DA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE	46
ILUSTRAÇÃO 2 - CROMOGRAMA ATIVIDADES UNIDADE E SEPARAÇÃO DA GB E CV	49
ILUSTRAÇÃO 3 - CRONOGRAMA PROCESSO DE ABERTURA DEMOCRÁTICA EM CV	53
ILUSTRAÇÃO 4 - PROCESSO DE FILTRAGEM DOS CANDIDATOS A DN.....	69
ILUSTRAÇÃO 5 - TIPOLOGIA DE CANDIDATOS A PARTIR DO FILTRO PARTIDÁRIO	93

TABELAS:

TABELA 1 - TIPO DE CARREIRA: MOVIMENTO E LIGAÇÃO/ARTICULAÇÃO	34
TABELA 2 - ÓRGÃOS DE PODER POLÍTICO E REGRAS ELEITORAIS	58
TABELA 3 - EVOLUÇÃO DAS SESSÕES LEGISLATIVAS	61
TABELA 4 - MAPA RESULTADO DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS.....	71
TABELA 5 - TAXA DE VOLATILIDADE ELEITORAL.....	73
TABELA 6 - RELAÇÃO DE VOTOS E CÍRCULOS ONDE OS PARTIDOS CANDIDATAM	74
TABELA 7 - PARTIDO E CANDIDATOS NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS	75
TABELA 8 - MÉDIA MUNDIAL DE MULHERES NO PARLAMENTO	80
TABELA 9 - SITUAÇÃO_ELEIÇÃO_GERALT1*SITUAÇÃO_ELEIÇÃO_PARTIDOT1 CROSSTABULATION	95
TABELA 10 -SITUAÇÃO_ELEIÇÃO_PARTIDOT2*SITUAÇÃO_ELEIÇÃO_GERALT1 CROSSTABULATION	99
TABELA 11 - TAXA DE RECANDIDATURA E REELEIÇÃO DOS DNS	101
TABELA 12 - NÚMERO DE MANDATOS E TEMPO DE PERMANÊNCIA DOS DNS	102
TABELA 13 - MOVIMENTO DOS CANDIDATOS DE UMA ELEIÇÃO GERAL PARA OUTRA.....	105
TABELA 14 - MOVIMENTO INSTITUCIONAL DOS DNS EM 2006 QUE NÃO PARTICIPARAM EM 2011	106

Gráficos:

GRÁFICO 1 - PROFISSIONALIZAÇÃO DOS DNS.....	64
GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS DNS POR PARTIDO E ANO DE ELEIÇÃO	72
GRÁFICO 3 - TAXA DE MULHERES CANDIDATAS E ELEITAS POR ELEIÇÃO.....	78
GRÁFICO 4 - PERCENTAGEM DE MULHERES ELEITAS POR ANO E PARTIDO	78
GRÁFICO 5 - MULHERES ELEITAS POR CÍRCULO ELEITORAL.....	79
GRÁFICO 6 - SITUAÇÃO_ELEIÇÃO_GERALT1*SITUAÇÃO_ELEIÇÃO_PARTIDO_T1	96
GRÁFICO 7 - SITUAÇÃO DOS VIÁVEIS E INCERTOS POR PARTIDO	97
GRÁFICO 8 - VIÁVEIS PERTENCENTES AOS ÓRGÃOS PARTIDÁRIOS	98
GRÁFICO 9 - SITUAÇÃO_ELEIÇÃO_PARTIDOT2*SITUAÇÃO_ELEIÇÃO_GERALT1 POR PARTIDO	100

GRÁFICO 10 - CHANCE DOS NOVATOS EM RELAÇÃO AOS CANDIDATOS COM PRECEDÊNCIA ELEITORAL	103
GRÁFICO 11 - CHANCE DOS NOVATOS EM RELAÇÃO AOS CANDIDATOS ANTERIOR POR PARTIDO	104
GRÁFICO 12 - MOVIMENTO DOS ELEITOS DE UMA ELEIÇÃO PARA OUTRA	104

Introdução

O processo de multiplicação do número de democracias no mundo nos finais dos anos oitenta e início dos anos noventa, como consequência da transição de regimes não-democráticos para regimes democráticos sobretudo nos países da África, da América Latina e do Leste Europeu, fez com que essas novas democracias - principalmente o processo de transição e consolidação – fossem encarrados como salientes objetos de estudos no campo da Ciência Política contemporânea.

Observa-se então, que o aparecimento dessas novas democracias, assim como as mudanças ocorridas nas antigas democracias, ampliam o campo de pesquisa da Ciência Política contemporânea, trazendo novas inquietações ou temáticas de pesquisas. O campo empírico torna-se mais amplo e diversificado, exigindo maior rigor científico, relativização e desconstrução de alguns conceitos construídos até então, de modo a explicar as chamadas “*novas democracias*”. Essa ampliação de temáticas, segundo Deutsch (1965 *apud* BOBBIO, MATTEACCI e PASQUINO, 2004, p. 166), foi mapeada nos escritos dessa ciência como o seu desenvolvimento e criou várias subáreas de pesquisa através do aumento de um conjunto de dados referentes a:

“Elite, opiniões de massa, comportamento de voto dos eleitores e dos membros do parlamento, os chamados dados agregados colhidos nas estatísticas e relevantes para o estudo dos fenômenos políticos, dados históricos, dados fornecidos por outras ciências sociais sobre as condições e os efeitos da comunicação, dados secundários, derivados de novos processos analíticos, matemáticos e estatísticos e de programa de *computers*” (BOBBIO, MATTEACCI e PASQUINO, 2004, p. 166).

Nesta pesquisa, propomos abordar sobre “*o acesso e a permanência dos eleitos deputados nacionais em Cabo Verde (1991-2011): um olhar sobre as influências das regras eleitorais e dos partidos políticos*”. Nesse sentido, compreendemos os deputados nacionais (DNs) cabo-verdianos como parte da *elite do governo*¹ ou da elite política do país. Os DNs são os representantes do povo cabo-verdiano; possuem poderes que lhes permitem tomar decisões de âmbito nacional e que assegura o funcionamento do Estado. Podem ser denominados de “elite parlamentar cabo-verdiana”. Nesse sentido, vale realçar

¹ Fazendo uso do conceito de Pareto (2001) de elite do governo como aqueles que participam, notavelmente, de forma direta ou indiretamente na tomada de decisão do governo.

que os estudos sobre qualquer tipo de elite política, seja ela partidária, governamental ou estatal, costuma ser visto com algum receio por parte de vários estudiosos e cidadão comum. Essa falta de simpatia surge desde início com os escritos dos clássicos dessa teoria (autores como Pareto, Mosca, Michels e Mills) que foram fortemente criticados, como sendo antidemocráticos, ao sustentar que ao longo da história as sociedades foram dirigidas por uma minoria.

No entanto, as várias críticas tecidas incrementaram e deram origem a novas inquietações ou questões de pesquisas sobre as democracias contemporâneas e, particularmente, sobre suas elites políticas. Vê-se então, que essas inquietações tiram do foco o questionamento se a democracia é ou não é “*governo de elite*”. Passa-se a questionar sobre o processo de escolha dessas elites; suas ações ou comportamento; suas trajetórias e circulação dentro das instituições políticas; a construção de carreiras na esfera política; entre outras. Desenvolve-se então a linha de pesquisa sobre carreiras políticas, que começa a ganhar mais fôlego atualmente, com os escritos de Schlesinger (1966) Rohde (2012), Borchert (2001), entre outros. O processo de seleção e recrutamento dos parlamentares ganha maior ênfase, tendo em vista o princípio da representação política das democracias atuais.

Em Cabo Verde particularmente, o campo de pesquisa empírica sobre o parlamento nacional, o processo de seleção e carreiras políticas dos eleitos permanece ainda como um campo bastante virgem, tornando relevante a abordagem do tema proposto. Para facilitar a compreensão do leitor brasileiro sobre o país em análise, convém antes de mais uma contextualização geográfica, demográfica e histórica desse país.

Localizado geograficamente no oceano atlântico, a 455 km da Costa africana e a 640 Km de Dakar (Senegal), Cabo Verde é um pequeno país africano (com uma superfície de 4.033 Km²) que serviu e serve, desde o seu achamento, de ponto de passagem, cruzamento e encontro dos povos, principalmente do continente africano, europeu e americano. O país é um arquipélago composto por dez ilhas. As ilhas são convencionalmente divididas em dois grupos: barlavento ou ilhas do norte - Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista - e sotavento ou ilhas do sul - Maio, Santiago, Fogo e Brava (GONÇALVES, 2006). A capital do país é a cidade da Praia, localizada na ilha de Santiago. A ilha Santa Luzia é a única não habitada.

Relativamente à população, os dados do Censo de 2010² realizado pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) permitem afirmar que 491.683 pessoas habitam as nove ilhas do arquipélago. Santiago, centro político-administrativo do país, é a maior ilha e agrega mais da metade da população residente (56%). Em seguida temos São Vicente com 15%, Santo Antão com 9% e Fogo com 8%. No que se refere à divisão urbano/rural, os dados apontam que 61,8% dos habitantes vivem nos centros urbanos e 38,2% no meio rural. Em termos de gênero (no caso, homem/mulher) nota-se uma ligeira diferença entre os habitantes do sexo feminino (50,5%) e os do sexo masculino (49,5%). A população é bem jovem, com a idade média em torno de 26,8 (27) anos. Analogamente a alfabetização, os dados espelham um nível bastante razoável. Isto é, 82,8% da população com mais de 15 anos de idade é alfabetizada. Feita essa caracterização geográfica e demográfica, o parágrafo seguinte tenta apresentar, de forma breve, a história política desse país para em seguida abordar sobre os problemas e os objetivos que guiam a nossa pesquisa.

Problema de estudo, objeto, objetivos e hipóteses

Relativamente à história política, esse pequeno país africano foi marcada por aproximadamente quinhentos (500) anos de colonização portuguesa (desde o seu achamento em 1460 a 1975, independência). O fim do colonialismo português nas ilhas de Cabo Verde deve-se ao surgimento de alguns movimentos políticos, particularmente do PAIGC (Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde), criado em 1956 e liderado por Amílcar Cabral³. O principal projeto deste partido na altura foi a libertação do povo da Guiné-Bissau e das ilhas de Cabo Verde.⁴Nos primeiros quinze anos após a independência - de 1975 a 1990 (conhecida como a I República) - implementou-se o regime monopartidário, com PAIGC/CV (Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde/Cabo Verde)⁵ como a única força política.

² IV Recenseamento Geral da População e de Habitação.

³ Filho de cabo-verdianos, Cabral nasceu em Bissau no ano de 1924. Fez os seus estudos liceais em Cabo Verde e foi cursar agronomia em Portugal. Foi em Portugal, na Casa de Estudantes do Império que Cabral começa a desenvolver atividades políticas de a debater questões voltadas a libertação do seu povo. Em 1956 fundou PAIGC, juntamente com alguns guineenses e cabo-verdianos. No dia 20 de Janeiro de 1973, dois anos antes da independência de Cabo Verde, ele foi assassinado em Conacri (ANDRADE, 2013).

⁴Detalharemos sobre esse processo no segundo capítulo do trabalho.

⁵ Inicialmente era PAIGC (Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde) e, após o golpe de Estado de 1980 que pôs fim ao projeto de unidade política da Guiné Bissau e Cabo Verde, a ala cabo-verdiana alterou a sigla do partido em Cabo Verde. A letra “G” que significava “Guiné” foi retirada e foi

Nesse contexto, só o PAIGC/CV podia apresentar candidatos para deputados (artigo 4º da Constituição de 1980). O Presidente da República (PR) era eleito pelo parlamento, de entre os deputados. O Primeiro-Ministro (PM) também era eleito pelo parlamento, de entre os parlamentares, sob a proposta do PR. Ambos, o PR e o PM eram responsáveis politicamente perante o parlamento (SILVA, 2010). Durante esse período o parlamento reunia-se em duas sessões ordinárias por ano. Os deputados não eram remunerados e acumulavam outros cargos, particularmente nos ministérios e na administração pública.

Com o enfraquecimento do regime e a entrada do MpD (Movimento para Democracia) na cena política cabo-verdiana reivindicando estatuto de partido e a abertura para o regime democrático multipartidário, assim como várias outras pressões (tanto interna como externa), o PAICV (Partido Africano para Independência de Cabo Verde) fez uma revisão constitucional depois de 1990 removendo o artigo 4º da Constituição de 1980 que o considerava como a única força política, abrindo o sistema para o pluripartidarismo (VARELA, 2011). Seria o início da era democrática multipartidária em Cabo Verde. A partir de então, definiu-se que as candidaturas ao cargo de DN deveriam ser apresentadas através de listas fechadas dos partidos políticos, e que a transformação dos votos em cadeiras parlamentares seriam feitas através do método proporcional d'Hondt.

Ademais, a partir de 1991 foram criadas as condições salariais e subsidiárias que permitissem o exercício do cargo de deputado nacional (DN) como uma ocupação profissional, como forma de atrair e impulsionar a ambição política no campo parlamentar. Antes disso, o cargo de DN era tipo um cargo voluntário que concedia prestígio e influência, tornando possível a ascensão para cargos remunerados em outras esferas do social. Foi com a abertura para o regime democrático multipartidário que deu-se o início ao processo de profissionalização desses deputados. Uma ação que se iniciou timidamente com os membros da mesa, das comissões especializadas e os líderes das bancadas partidárias, e hoje se amplia aos restantes deputados que compõem a casa parlamentar. Os deputados nacionais passaram a dedicar mais tempo a esse cargo e, consequentemente, a usufruir de um salário.

acrescentada a letra “V” no final. Assim, houve a metamorfose da sigla de “PAIGC” para “PAICV (Partido Africano para Independência de Cabo Verde)”.

Prosseguindo, com base nessas regras, desde 1991 a 2011 foram realizadas cinco eleições legislativas (1991, 1995, 2001, 2006 e 2011) e houve duas alternâncias do partido no poder ou duas mudanças de maioria e de governo, evidenciando uma certa evolução do regime multipartidário. O poder ficou na mão do MpD durante dez anos – de 1991 a 2001. Nas eleições de 2001, PAICV volta para o poder e continua até os dias de hoje. O partido está no seu terceiro mandato.

É neste contexto que propomos versar sobre o tema exposto precedentemente, intencionando a compreensão da democracia cabo-verdiana a partir da análise das regras e atores envolvidos no processo de seleção dos representantes nacionais. Assim sendo, seguindo a lógica de que a construção e o tipo de carreira política não depende unicamente da vontade do político individual, mas depende também dos constrangimentos e incentivos institucionais, propomos questionar sobre o seguinte: como se constrói carreira política na arena parlamentar, num quadro em que as manobras da cúpula partidária são decisivas para a definição de posições elegíveis nas listas? E de que modo essas regras influenciam a ambição política e o tipo de carreira parlamentar dos eleitos no período de 1991 a 2011? O ano de 1991 representa o marco da abertura política no país e 2011 é o ano da última eleição.

Será nosso objeto de pesquisa, os candidatos e eleitos deputados nacionais (DNs) nas eleições de 1991, 1995, 2001, 2006 e 2011. De realçar que em cada eleição são eleitos 72 DNs, exceto a eleição de 1991 onde foram eleitos 79 DNs. Das cinco eleições legislativas, formam eleitos 234⁶ indivíduos que vão formar o nosso público-alvo. Nesse sentido, temos dois objetivos principais: primeiro descrever o perfil dos deputados eleitos, a partir de informações demográficas (sexo)⁷ e analisar os fatores que influenciam as carreiras políticas: sistema eleitoral (participação nas eleições através de listas fechadas) e partidos políticos. E, das leituras preliminares sobre o sistema político cabo-verdiano (incluindo os estatutos dos deputados e partidos políticos), bem como da elite política e da arena competitiva no país, somos inclinados a formular a seguinte hipótese, como resposta prévia ao nosso problema de pesquisa:

- O sistema de lista fechada e ordenada previamente, pelos partidos políticos, nos faz acreditar que a verdadeira eleição para a escolha dos DNs não ocorre no dia

⁶Se calcular $79+72*4$ teríamos 367 deputados nacionais. Porém, em função de reeleição temos 234 DN.

⁷A intenção seria analisar outras variáveis como idade e profissão, por exemplo, mas não tivemos dados suficientes para tal.

da eleição legislativa formal, mas ocorre anteriormente, no seio do partido. Assim, a pertença à cúpula partidária parece ser uma condição estratégica para se eleger, assim como para a manutenção de uma carreira política duradoura.

Metodologia, métodos e fontes

Em Ciências Sociais, as pesquisas são divididas em dois ramos: quantitativa (sistemática e generalizadora) e qualitativa (humanista-discursiva). A primeira é caracterizada normalmente pelos seguintes aspetos: números e métodos estatísticos; partem de casos concretos para chegar a uma descrição geral ou para comprovar hipóteses causais; e busca medidas e análises que outros autores podem reproduzir facilmente. Por seu lado, a pesquisa qualitativa é vista como um tipo de pesquisa que envolve uma ampla gama de enfoques não numéricos; geralmente tenta estudar um caso ou um reduzido número de casos; utiliza entrevistas aprofundadas ou análises de materiais históricos; utiliza o método discursivo e tenta estudar de forma global e exaustiva um determinado acontecimento ou unidade (KING, KEOHANE e VERBA, 1994).

Os autores explicam que muitos pesquisadores quantitativistas acreditam que nas Ciências Sociais, o único caminho que leva à verdade é a análise estatística sistemática. Todavia, tentam explicar que a diferença entre as duas tradições de pesquisa é somente de tipo estatístico e que sua importância em termos metodológicos e de conteúdo é a mesma. Ou seja, as duas tradições de pesquisas podem ser sistemáticas e científicas. O segredo é prestar atenção nas regras de inferência científica. Essas regras seriam: o objetivo é a inferência; os procedimentos são públicos; as conclusões são incertas; e o conteúdo do trabalho é o método. Por fim, eles acrescentam que as melhores investigações combinam características dos dois tipos.

Antes de dissertar acerca do nosso processo metodológico, realçamos que a realização de qualquer pesquisa de carácter científico no campo da Ciência Política⁸ em Cabo Verde, que pretende evidenciar elementos empíricos, apresenta-se como uma tarefa

⁸ Falamos de pesquisa em Ciência Política ou Ciências Sociais que é a nossa área de pesquisa, mas essa dificuldade pode ser encontrada em outras áreas, numa conjuntura onde a tradição de pesquisa encontra-se no processo inicial. Neste contexto, os dados muitas vezes se transformam em informações privilegiadas e de difícil acesso. No entanto, acredito que essa não seja uma particularidade apenas do caso cabo-verdiano. Talvez aqui se dá com mais intensidade.

bastante difícil, num contexto onde a falta de organização de dados é uma companhia fiel ao longo da caminhada.

No caso de estudo sobre carreiras políticas dos deputados da nação, é de realçar a ausência de uma base de dados consistente, que apresenta informações biográficas e de trajetória política ou ocupação de cargos nos diferentes órgãos de poder, como faz o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), por exemplo, aqui no Brasil. As informações existem, mas de maneiras soltas e desorganizadas, exigindo um trabalho manual mais árduo para a construção de base de dados. Para dar conta desses problemas foi preciso uma conciliação entre metodologia, método e fontes capazes de responder as questões levantadas e de modo a alcançar as metas traçadas. Mesmo assim, assumimos o carácter predominantemente, quantitativo do nosso trabalho. Todavia, lançamos mãos de procedimentos de teor qualitativo que auxiliaram a recolha de informações que vão dar corpo ao nosso trabalho. O trabalho final é o resultado da mistura de procedimentos metodológicos qualitativos e quantitativos.

Nesse sentido, foram utilizados os seguintes caminhos, métodos e fontes. Primeiramente, para construir a parte teórica da nossa pesquisa, fizemos um levantamento teórico sobre o estado da arte dos estudos de partidos, profissionalização da atividade política e carreiras políticas de uma forma geral. Para abordar sobre o sistema político cabo-verdiano, debruçamos sobre estudos já existentes, analisamos regras, legislações e estatutos legais e outros documentos oficiais que descrevem e caracterizam o objeto em estudo, e as regras institucionais que estão sujeitos, intentando uma melhor compreensão.

Na construção de bases de dados que irão permitir a quantificação dos dados que configuram a parte empírica do trabalho, usamos as seguintes técnicas: consulta das listas de candidaturas e resultados das eleições (legislativas, autárquicas e presidenciais); consulta das fichas biográficas dos deputados nacionais existentes na AN; consulta das listas dos dirigentes partidários; pesquisas nos jornais nacionais impressos e *online*. A base contém dados como: resultados das eleições legislativas, autárquicas e presidenciais; listas de candidaturas das eleições legislativas, presidenciais e autárquicas; composição do governo nacional de 1991 a 2011; resultados das eleições da Assembleia Nacional durante o período de partido único; informações sobre os dirigentes nacionais do PAICV e do MpD. São essas informações que deram corpo ao terceiro e quarto capítulo do trabalho. Esses dados foram recolhidos na biblioteca e arquivos da Assembleia Nacional

de Cabo Verde; Comissão Nacional de Eleições (Boletins oficiais); Arquivo Histórico nacional; sede dos partidos políticos; jornais nacionais. Por último, aplicamos um questionário aos presidentes e ex-presidentes do MpD e PAICV para entender sobre a ação prática da elaboração das listas de candidaturas.

Estrutura da dissertação

A partir dos procedimentos metodológicos realçados nos parágrafos acima, e para responder a nossa questão de pesquisa, estruturamos o nosso trabalho em quatro capítulos. O capítulo um “*Debate teórico sobre a atividade política nas democracias representativas atuais: partidos seletores e políticos profissionais*” – é a parte teórica do trabalho. Aqui a preocupação principal foi tecer um debate sobre o papel dos partidos políticos nas democracias atuais (tendo em vista o sistema de lista fechada existente em Cabo Verde), assim como compreender o teor acadêmico sobre a profissionalização da atividade política e a construção de carreira no campo da política.

No capítulo dois “*Sistema político cabo-verdiano: sobre a construção do Estado democrático*”, contextualizamos o processo de construção de Cabo verde como um Estado independente e democrático; aferimos sobre os campos e as regras de competição eleitoral, focalizando sobre a arena eleitoral legislativa; e mapeamos o processo de transformação da atividade política parlamentar como uma atividade profissional remunerada.

Por seu lado, o terceiro capítulo “*A arena da competição legislativa: a escolha do eleitor e a composição parlamentar*” destaca a lógica eleitoral no sistema de lista fechada, demonstrando que o processo nesse sistema acontece em dois momentos (primeiro na escolha partidária para a elaboração da lista, e segundo nas urnas no dia da eleição formal; aborda sobre a participação dos cidadãos na escolha dos eleitos, bem como do perfil destes.

O último capítulo “*O peso das lideranças na construção de lista e sua influência na ambição parlamentar dos eleitos*” demonstra o processo da elaboração da lista e a influência desse processo no sucesso eleitoral dos que conseguem ser escalados nas listas. Os resultados deste capítulo espelham a força dos presidentes partidários na seleção dos candidatos e revelam que a posição hierárquica da escalação do candidato determina seu sucesso na urna e sua permanência no parlamento nacional.

Capítulo 1- A atividade política nas democracias representativas atuais: partidos seletores e políticos profissionais

Neste capítulo, tendo em conta a proposta do trabalho - de compreender o funcionamento da democracia cabo-verdiana a partir da compreensão do processo de escolha, ascensão e permanência da elite política parlamentar - propomos um debate teórico em torno da possibilidade dos cidadãos comuns participarem e se candidatarem a cargos eletivos e do papel dos partidos políticos nas democracias representativas atuais. A ideia é contextualizar o estado de produção acadêmica sobre as características primordiais dessas democracias, como forma de melhor entender a dinâmica do regime existente no país em análise.

Para começar, realçamos que a matriz e o conceito do regime democrático foi se alterando com o tempo, passando da democracia direta ateniense para as democracias representativas das sociedades atuais. Essa dinâmica fez com que Dahl (2009) definisse a democracia como um regime onde existe “*uma contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais*” (DAHL, 2009, p. 25). Todavia, desacredita na existência de um regime que cumpre de forma rigorosa a todas essas ideias nas sociedades atuais e, opta por designar tais sistemas como “*poliarquias*”. Nesse sentido, um sistema seria poliárquico garantindo oito direitos aos seus cidadãos: 1) liberdade de formar e aderir a organizações; 2) liberdade de expressão; 3) direito de voto; 4) elegibilidade para cargos políticos; 5) direito dos líderes políticos disputarem apoio; 5) direito dos líderes políticos disputarem votos; 6) fontes alternativas de informação; 7) eleições livres e idôneas; 8) instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferências.⁹

Essa definição foi sintetizada por Rennó e Peixoto (2011) que entendem a democracia como um regime onde diferentes forças políticas competem para chegar aos cargos de poder, através de eleições periódicas e livres, num ambiente de acesso a fonte diversa de informação. Nesse sentido, no dicionário sobre Ciência Política, Bobbio, Matteacci e Pasquino (2004) explicam que com a passagem do tempo a democracia

⁹No nosso trabalho faremos uso tanto do termo poliárquias atuais como de democracias atuais para referir aos regimes democráticos atuais.

passou a ser encarrada como um método para formação de governo, mais de que uma ideologia proposta inicialmente. E, um dos principais marcos do desenvolvimento da democracia foi o surgimento dos partidos políticos contemporâneos, particularmente a partir da ampliação do sufrágio popular e das prerrogativas parlamentares (DUVERGER, 1980). Na subsecção seguinte falaremos das características dos partidos nesse contexto democrático.

1.1. As características e o papel dos partidos políticos nas democracias atuais

Nesta secção abordaremos sobre os partidos políticos nas atuais democracias representativas. O propósito é contextualizar o surgimento dos partidos políticos contemporâneos, suas características e transformações, levando em conta o advento das novas democracias representativas e a suposta crise do partido e da democracia representativa. Aferimos ainda sobre a importância dessa instituição no funcionamento deste regime.

Como demonstra Duverger (1980), o surgimento dos partidos políticos encontra-se relacionado ao dos grupos parlamentares e comités eleitorais. Na perspectiva desse autor, existem dois tipos de partidos: partido de quadro (criados na arena parlamentar e eleitoral) e partido de massa (partido cuja criação se deu no contexto externo a da arena parlamentar). Pode ser através de sindicatos, igrejas, entre outros. Os dois partidos se diferenciam na medida em que o partido de quadro apresenta-se como mais descentralizado, despondo de uma base organizacional já existente que lhe permite ligar de forma natural todas as suas células de base. E, tendo surgido no contexto parlamentar, a ocupação de cadeiras nessa instituição é a finalidade essencial desse tipo de partido.

Por seu lado, partidos de massa evidenciam-se como mais centralizados, mais disciplinados e coerentes. São menos apegados a cadeiras parlamentares e mais preocupados em transmitir seus valores (o que ecoa normal, devido a sua natureza). Duverger (1980) explica que até 1900 os partidos surgiram no interior do parlamento. Mas, a partir dessa data a criação dos partidos na arena exterior ao parlamento tornou-se quase que uma regra. O autor acrescenta que o surgimento de partidos de massa transformou o escrutínio antes individual em escrutínio coletivo.

Nessa linha, Manin (1995) explana que na altura da criação dos partidos de massas acreditava-se que esse tipo de partido conseguiria levar o “cidadão comum” ao poder, ocupado até então pelos notáveis. Argumenta que o surgimento do partido de massa está amplamente ligada a um dos tipos de governo representativo que ele denominou de democracia de partido. Nesse tipo de democracia representativa a lealdade partidária era muito forte. Os eleitores dos partidos de massa votavam nos partidos não pelo programa apresentado mas, porque se identificavam com estes. A queda dessa lealdade partidária, como consequência de transformações sociais e estruturais, levou alguns estudiosos a especularem um cenário de crise de partidos políticos e da democracia representativa.

Nesse contexto surge a tese de partido profissional-eleitoral de Panebianco (2005) e de partido *catch-all* de Kirchheimer (2012). O primeiro autor evidencia o surgimento de partidos, que se diferenciam pela integração e atuação de profissionais na sua base interna. Estes profissionais podem ser filiados ou não, mas se destacam por serem tecnicamente competentes e não por serem militantes partidários. Por seu lado, Kirchheimer (2012) explica que a era dos partidos de massas, chamado por ele de “*partidos da integração das massas*”, foi um período marcado por fortes clivagens de classe. Os limites divisórios entre essas classes e estruturas de clivagens eram fortes e pertinentes. Contudo, o autor salienta que os grandes partidos de massa deixaram de ter como finalidade principal o enquadramento intelectual das massas, adotando o sucesso eleitoral como a meta primeira, transformando assim em “partido popular *catch-all*”. Ele explica que a conversão dos partidos em *catch-all* vem ligada a competição e desideologização. O carácter desse partido não permite uma forte lealdade da militância. O seu principal objetivo é atrair o máximo de eleitor possível no dia da eleição.

Continuando ainda, podemos ver que a premissa do declínio partidário encontra-se intimamente ligada a tese do desalinhamento partidário defendido por Dalton, Mcallister e Wattenberg (2003), argumentando que as democracias das sociedades industriais avançadas estariam passando por uma erosão dos laços partidários, que seria o resultado da modernização social e política. Mas, Mair (2003) explica que não obstante o enfraquecimento das organizações partidárias, os partidos políticos em si não estão em declínio. Realçou que o que está acontecendo é uma transformação gradual dos partidos que deixaram de ser “*parte da sociedade para se tornarem parte do Estado*”. Acrescenta que o que está em declínio é a função representativa do partido (de representar os cidadãos) que foi assumida por outros organismos da sociedade. Isto é, os partidos

deixaram de ter como ação primeira a representação, para assumirem a ação governativa como a essencial.

Nesse sentido, Lapalombara (2007) ressalta que os partidos de hoje não são o que eram há algumas décadas atrás e que hoje eles estão mais capacitados a funcionar de forma “*mais ou menos livre*” de sua base e de seu próprio eleitorado. Reclama a importância do reconhecimento do valor instrumental do partido, que poderá estar na origem do surgimento do “*partido cartel*” defendido por Katz e Mair (1995). De realçar que esses dois estudiosos tentaram demonstrar que os partidos políticos não estão em declínio, mas que assim como as outras instituições tradicionais, os partidos estão se adaptando às mudanças estruturais do sistema ou às novas realidades. Os autores explicam que, atualmente os partidos assumem o formato de partido cartel, caracterizado por uma estreita relação com o Estado. A sobrevivência organizacional dos partidos políticos depende do Estado. O autor tenta demonstrar ainda que algumas das generalizações feitas no seu livro quatro décadas atrás continuam sendo válidas. Uma delas é a de que os partidos políticos no futuro não fundamentariam apenas nas clivagens de classe social, religião ou geografia, contudo estariam fundamentados também em questões tribais, étnicas, raciais, entre outros. Essa colocação nos remete a pensar o caso de muitos países africanos, onde o país em análise se enquadra.

Dessa forma, trazemos para o debate as ideias de Salih *et all* (2007) que analisou a formação, organização e o funcionamento dos partidos políticos africanos. Ele defende que na formação dos partidos políticos em África encontra-se na base uma relação que combina ao mesmo tempo, uma diversidade étnica, linguística, religiosa e regional. Essas clivagens estão na origem da formação desses partidos e influenciam o seu funcionamento. Realça todavia, que as bases étnicas e religiosas são mais proeminentes em alguns países do que em outros. E, a sua manifestação também defere de país para país.

A existência de clivagens étnicas, religiosas e regionais na formação e funcionamento dos partidos políticos africanos, também foi evidenciado por Furtado (1997/1998) que verifica um entrelaçamento entre componentes capitalistas e pré-capitalista, onde a estruturação de classes é atravessada por outras relações como a etnicidade, a raça, as clivagens religiosas, sexuais ou de género, entre outras. Uma outra observação do autor é que os partidos das democracias africanas surgiram num contexto

de luta pela independência, como movimentos contra o colonialismo. Essas especificidades dos partidos africanos mostra que não podemos olhar para esses partidos com o mesmo olho que se observa o caso europeu.

Diante destas constatações, vale realçar que de modo geral os partidos políticos apresentam-se como uma das principais instituições políticas das democracias atuais. Sua importância é assegurada pelo seu papel no processo de legitimação da escolha da elite política governante Pareto (2001) que se dá através da eleição popular Manin (1995)¹⁰. Nesse sentido, na prática da atividade política os partidos nomeiam os candidatos; coordenam as campanhas eleitorais; agregam interesses; formulam e implementam propostas políticas; e fazem gerência do poder governamental Samuels e Shugart (2010). Resumindo, eles se transformam no principal seletor daqueles que ambicionam participar da vida política eletiva. São os responsáveis pelo “*link entre o eleitorado e o processo de ação político*” (MARQUES, 2010, p. 127). Nesse sentido, propomos um olhar sobre a forma de recrutamento e do comportamento dos políticos individuais no exercício da atividade política, tendo em vista a mudança ocorrida nas sociedades atuais.

1.2. A profissionalização da atividade política

Como demonstrado na seção anterior - acompanhando o desenvolvimento e a transformação dos regimes democráticos - os partidos políticos atuais se transformaram num dos principais seletores dos representantes políticos, bem como um dos principais dinamizadores da vida política. Nesse sentido, acreditamos que se muda a forma de recrutamento dos políticos, assim como o comportamento deles também acompanha esse processo de transformação ocorrida na sociedade e que teve reflexo sobre as estruturas e regras das instituições políticas. Sendo assim, a intenção nesta parte do texto é refletir sobre a forma como os políticos individuais vêm exercendo a atividade política nas sociedades democráticas atuais. Daremos destaque à arena parlamentar.

Iniciaremos com o clássico Weber (1996), que no seu escrito sobre “*Política como vocação*” explica que a partir do momento em que os líderes políticos deixaram de ser recrutados, exclusivamente, na arena plutocrática¹¹ para serem recrutados também no seio

¹⁰De realçar que Manin (1995) assume que as democracias também seja governo de elite e argumento o que lhe diferencia dos demais é a legitimação da escolha dessa elite pelo povo, através de eleições regulares e periódicas.

¹¹ Entre os homens ricos ou detentores de poder económico.

dos homens sem propriedade, teve-se a necessidade de uma recompensa econômica ou de um salário. Esses “*homens comuns*” precisavam de uma “*renda regular e suficiente*” para exercer as atividades políticas. A política deixa de ser uma atividade meramente vocacional e passa a ser exercida, também, como uma atividade profissional. Ele acrescenta que nas sociedades modernas, a luta pelo poder se dá entre os políticos profissionais por meio de “*campanhas partidárias pacíficas*”, no mercado dos votos. E, aqueles que ingressam e fazem carreira na política obtêm no mínimo a sensação do poder.

Siéyès (*apud* Manin, 1995) realça que as sociedades modernas, dominadas pelo sistema de governo representativo, são sociedades mercantis onde as pessoas se preocupam constantemente, com produção e riqueza. O tempo que as pessoas tinham antes para tomar parte nos “*negócios públicos*” é canalizado na produção e troca de riqueza. Isso faz com que elas escolhem, através das eleições, para fazer parte do governo, aqueles que estão dispostos a dedicar o seu tempo aos negócios públicos do Estado. Isso leva à divisão do trabalho na esfera política e o governo torna-se num governo especial, onde cuidar de interesses comuns e da melhoria de condições de vida do todo social torna-se uma atividade profissional.

Por seu lado, Garcês (2009) explica que a profissionalização política é fruto das democracias atuais. Segundo ela, o profissional político não têm lugar na democracia ateniense nem na democracia medisoniana. Daí a sua marginalização diante dos outros temas estudados pelos cientistas políticos na explicação das democracias atuais. Todavia ela escreve o seguinte:

“A moderna democracia de massa apresenta uma característica estrutural, independentemente da geografia, da história e das especificidades de governo: a profissionalização da actividade política. A invariável configura a elite governante tanto nos velhos como nos novos sistemas democráticos da era contemporânea, a leste e a oeste do berço dos regimes competitivos, sob constituições presidencialistas, parlamentaristas ou outras. Paradoxalmente esta é uma evidência politológica menos estudada pelos cientistas e negada pela generalidade dos titulares dos cargos públicos nos poderes ocidentais, em nome da ideologia do mandato popular” (GARCÊS, 2009, p. 239).

A autora acrescenta que a profissionalização política é caracterizada por três elementos básicos: ambições de carreira e estratégia dos indivíduos para alcançarem cargos de poder; interesses comuns da elite governante profissionalizada; e estruturas de oportunidades geradas pelas instituições políticas. Nesse sentido:

“...um profissional político em democracia é alguém cuja participação na sede do poder passa quer pelo recrutamento como candidato e eleição popular, quer pela posição no centro do sistema político e autodeterminação do respectivo estatuto. Caracteriza-se também pela dedicação em tempo, especialização e remuneração. Espelha ainda um conjunto de atributos desenvolvidos em torno do factor ambição que acompanha o movimento de conquista, manutenção e expansão do poder consentido pelas massas” (GARCÊS, 2009, p. 244).

Neste sentido, a reeleição torna-se no principal objetivo dos políticos profissionais. E, é essa possibilidade de reeleição que faz com os políticos escolhem entre as prioridades mais relevantes da vida construir ou não carreiras políticas Manin (1995). Relativamente a arena legislativa, Polbys (2008), estudando o caso da câmara dos deputados dos Estados Unidos, afirma que:

“Na medida em que uma organização institucionaliza-se, ela estabiliza o seu conjunto de membros, a entrada torna-se mais fácil e a rotação de seus membros menos frequentes. Sua liderança profissionaliza-se e perdura. O recrutamento de liderança tem mais chance de ocorrer a partir do centro e o período de aprendizado alonga-se. Assim, a organização estabelece-se e 'endurece' seus limites exteriores” (POLBYS, 2008, p. 223).

O autor aponta que a institucionalização do parlamento vem acompanhado do processo de profissionalização dos deputados e da baixa renovação parlamentar. Ou seja, quanto mais institucionalizado o parlamento, ele agrega menos novatos (estrepantes). E a institucionalização do parlamento é cada vez mais forte como resultado do aumento da divisão de trabalho no interior da casa parlamentar, através da criação de comissões especializadas. Com isso, os deputados têm oportunidade de individualmente se especializar em determinada matéria e ter maior influência nesse aspeto dentro do sistema.

1.3. A construção de carreira no campo político

A profissionalização da atividade política criou a possibilidade dos indivíduos que atuam nessa área ambicionarem a construção de carreira no campo político. A atividade política se transforma em atividade profissional principal da vida dos políticos profissionais. Então a necessidade de compreender os pressupostos básicos que suportam essa linha de pesquisa; a importância dessa linha de pesquisa; as tipologias / padrões de carreiras; entre outras. Para começar, podemos agrupá-las em duas linhas de estudos de carreiras políticas nas Ciências Sociais: uma ligada à tradição da Sociologia Política, cuja

ênfase recai sobre recrutamento dos políticos – tenta compreender a origem socioeconômica e a profissão com maior predisposição para fazer carreira no campo político (BOURDOUKAN, 2005); e uma outra ligada à Ciência Política, que tenta estudar carreiras políticas como uma unidade de análise independente nessa área (BORCHERT, 2001 e BOURDOUKAN, 2005).

Tendo em conta que carreira política pode ser estudada como uma unidade de análise autônoma, podemos levantar a seguinte questão: qual é a relevância de estudar carreiras políticas nos sistemas políticos atuais? Para dar resposta a esta questão, recorreremos à premissa de Borchert (2001) para quem a análise de carreiras políticas ajuda a entender as mudanças e instabilidade institucional dos sistemas políticos atuais. Para esse autor:

“Political careers imply movement and linkage. Professional politicians move within a prestructured hierarchy of offices. They hold different offices both simultaneously and successively. Their political ambition leads them to pursue higher office. The ensuing career moves cut across institutions and levels of government. Politicians may move from party office to a legislature to a government to an interest group” (BORCHERT, 2001, p. 1).

Em outras palavras, quando referimo-nos em carreiras políticas, consequentemente, temos que pensar em “*instituições políticas*”, “*políticos profissionais*”, “*cargos*”, “*movimento*” e “*articulação*”. Ou seja, os políticos profissionais movimentam dentro do sistema político, ocupando cargos e articulam diversas instituições. O movimento dos políticos faz interagir ou provoca a interação das diversas instituições que compõem o sistema.

Bourdoukan (2005) ressalta que o estudo de carreiras políticas procura compreender o modo como as características do sistema político podem ser melhor entendidas a partir dos objetivos dos políticos e das oportunidades e constrangimentos a que estão sujeitos no decorrer de suas carreiras. Dessa forma, a autora considera que carreira política pode ser entendidas como: “...*expressão da convergência ao longo do tempo das escolhas dos políticos, dos constrangimentos institucionais a que estão submetidos e do resultado das eleições*” (idem, p. 10). Traçar o tipo ou padrão de carreiras dos políticos, compreendendo as motivações pessoais e institucionais que influenciam o processo de construção e manutenção de carreiras políticas, parece ser o objetivo central desse campo de estudo. O legislativo é, na maioria das vezes, o foco da atenção.

Para começar, Schlesinger (1966) na sua análise de carreiras nos Estados Unidos, concebe a “*teoria de ambição política*” fundamentada na tese de que o comportamento do político é uma resposta aos seus objetivos em relação ao cargo desejado (*apud* ROHDE, 1979; BORCHERT, 2001; SAMUELS, 1998). Acreditando que carreira é determinada pela ambição política, ele apontou três tipos possíveis de carreiras políticas dos congressistas americanos: *discreta*, *estática* e *progressiva*. Na primeira, o político exerce um mandato e não se candidata à reeleição nem a outro cargo; o segundo, o político se candidata a um cargo com intenção de permanecer o máximo do tempo que conseguir; na última, o político ocupa um cargo e tenta se eleger a um outro cargo mais alto ou mais atrativo.

Todavia, a premissa de Schlesinger (1966) é criticada por Rohde (1979) para quem a “*ambição estática não é algo escolhido a priori*”, mas, trata-se de “*um padrão de comportamento*” manifestado por um deputado em função dos riscos da estrutura de oportunidade específica na qual ele se encontra. Na verdade, sua propensão é a de assumir esses riscos (*cf.* p. 210). A partir dessa crítica, Rohde (*idem*) propõe uma “*teoria de ambição progressiva*” sustentado no princípio de que todos os deputados têm uma ambição progressiva. Em suma, pode-se dizer que a ambição de todos os deputados é ascender a um cargo de maior *status* e influência.

Por seu lado, Borchert (2001) argumenta que para traçar padrões de carreiras políticas, em primeiro lugar, temos que entender o “*movimento*” ou a “*direção do movimento*” - que são de três tipos: *unidireccional*, *alternativa* e *integrado*¹² - e tipo de “*linkage*” (articulação/ligação) – por *sucessão* ou por *acumulação*. Com base nessa equação ele cria uma tipologia composta por seis padrões de carreiras:

Tabela 1 - Tipo de carreira: movimento e ligação/articulação

Tipo de carreira	Direção	Linkage
1. "Climber"	Unidireccional	Sucessão
2. "Guardian"	Unidireccional	Acumulação

¹²*Unidireccional* – a direção do movimento vai no mesmo sentido, seguindo a ordem hierárquica dos cargos: local, regional e nacional. Todos querem ganhar, mas nem todos conseguem sucesso para cima. Aqueles que não conseguirem tal sucesso opta por sair do sistema. *Alternativa* – aqui existem várias alternativas de cargos e, não são as hierarquias que determinam a direção do movimento, mas os planos ou preferências dos políticos. *Integrado* – aqui a direção do movimento se dá dentro de um circuito integrado de cargos, que são escolhidos de acordo com os custos situacionais e benefícios que, eles percebem como anexadas a eles (*cf.* BOURCHERT, 2001, pp. 8-9)

3. "Bouncer"	Integrado	Sucessão
4. "Collector"	Integrado	Acumulação
5. "Loyalist"	Alternativa	Sucessão
6. "Baron"	Alternativa	Acumulação

Fonte: Borchert (2001)

O primeiro seria o tipo padrão clássico em que os políticos se movimentam seguindo uma sequência hierárquica dos cargos. Deixa um cargo mais baixo para ocupar um mais alto. No segundo, o político acumula o antigo cargo com um outro recém-conquistado. No terceiro, a direção não é clara. Os políticos movem entre os cargos, de trás para frente e vice-versa, sem direção clara. No quarto padrão, o político utiliza a estratégia expansiva, acumulando cargos em todos os níveis de instituições. No penúltimo caso, o político escolhe desde início o nível de governo onde ele quer fazer carreiras e permanece fiel. No último caso, evidencia-se uma ressurreição progressiva de políticos, que vão ampliando lentamente a sua esfera de influência dentro dos limites territoriais claramente demarcados.

Por seu lado, Samuels (1998), ao estudar os congressistas brasileiros, demonstra que os deputados brasileiros não procuram construir carreiras duradouras no congresso, mas procuram ascender a cargos mais altos na política subnacional. O congresso seria assim, um “*trampolim*” ou um caminho intermediário para chegar a cargos mais elevados na hierarquia do poder. Acrescentou, ainda, que quem concorre à reeleição são os deputados mais fracos, já que os fortes se candidatam a cargos mais altos (idem, 2000).

Os estudiosos LEONI, PEREIRA e RENNÓ (2003) analisam carreira política dos deputados federais brasileiros com o objetivo de compreender os fatores que influenciam a escolha de cargos aos quais concorrem. Esses autores sustentam que os deputados brasileiros têm quatro opções de escolha de carreira política: *retirar-se do jogo político ou aposentar-se*; *concorrer a um cargo legislativo estadual* (ambição regressiva); *concorrer a reeleição* (ambição estática); e, *concorrer a cargos mais altos* (ambição progressiva).

Tais escolhas serão influenciadas pelos custos eleitorais de encerrar eleições mais difíceis de vencer, seguindo assim a lógica de Rohde (1979) de que a escolha é feita com base na avaliação dos riscos e custos que implica. Esses autores criticam a ideia de Samuels (2000) segundo a qual no congresso brasileiro são os deputados menos

competentes que concorrem à reeleição. Argumentam que é provável que os mais competentes procuram ascender a cargos mais altos, mas isso não quer dizer que apenas os menos competentes são forçados a procurar a reeleição. Acrescentam ainda que tanto os deputados mais competentes como os menos competentes correm riscos quando concorrem a um cargo mais difícil de ser conquistado.

Uma outra perspectiva de análise é proposta por Bourdoukan (2005) num estudo sobre os deputados federais brasileiros em que identifica dois tipos de padrão de carreiras. Primeiro, de padrão “ascendente” ou “progressiva” e, segundo, “descendente” ou “regressiva”. Elucidou que o padrão de carreiras desses deputados é guiado pela ambição ao executivo, visto que é no poder executivo que se concentram os recursos públicos. Assim sendo, o deputado tem a ambição de ocupar cargos no executivo - única fonte de recursos públicos nas democracias atuais) (cf. Ibidem, p. 75).

Mudando o foco do legislativo nacional para municipal, o estudo realizado por Maluf (2006) examina as carreiras políticas dos vereadores paulistanos eleitos no período de 1982 a 2004 e conclui que os vereadores nesta câmara se movimentam em duas direções. Uma através de alta participação em eleições para outros cargos eletivos antes, durante e depois de terem sido eleitos para tal câmara; e uma outra direção é verificada pela predominância dos vereadores do “*tipo amador*” e sem quaisquer vitórias eleitorais prévias, e que não conseguem se reeleger na câmara. Ainda, num outro trabalho, Maluf (2010) expõe que a análise de carreiras políticas no legislativo municipal no Brasil poderá apresentar especificidade, uma vez que se constata carreiras multifacetadas, que no entanto, apresentam ligeira tendência à especialização.

No caso europeu, o estudioso português Guedes (2009), faz uma análise comparativa de carreira dos primeiros-ministros de vários países europeus no período de 1946 a 2006. Ele explica que a análise dos primeiros-ministros apresenta particularidade, ao se tratar de uma pessoa que ocupa um cargo de topo, no contexto das elites e carreiras políticas, em que se recruta apenas um de muitos potenciais candidatos. Concluiu que o padrão carreira dos primeiros-ministros europeus é marcado pela passagem prévia pelo parlamento e outros cargos do governo, antes de ascender ao cargo de primeiro-ministro.

Para fechar essa parte do texto, realçamos que na arena parlamentar das democracias atuais a construção de “*uma carreira política não irá depender da ambição irrestrita de um sujeito, mas da forma como se relaciona e influencia no partido que abriga suas pretensões*” (MARQUES, 2010, p. 127). Isso, independentemente do sistema

eleitoral que regula as regras do acesso (lista fechada ou aberta). E, é claro que nos sistemas de lista fechada isto se revela mais forte, na medida em que o eleitor vota no partido e não no candidato individual (NICOLAU e SCHMITT, 1995; SANTOS, 2006). Em outra palavra, podemos dizer que mesmo não sendo filiado a um partido, no momento de candidatura o candidato terá de obter o sobrenome do partido (sigla partidária) associado ao seu nome para poder participar do jogo eleitoral.

1.3. Estudos sobre a atuação dos partidos políticos e políticos individuais na arena parlamentar cabo-verdiana

Findo a abordagem geral sobre a atuação dos partidos políticos e políticos individuais nas democracias atuais, lançaremos um olhar sobre esses dois atores na vida política parlamentar em Cabo Verde. Afunilamos sobre a arena legislativa por ela se tratar do *locus* por excelência de representação das poliarquias representativas e, consequentemente, a casa de atuação do nosso objeto de estudo (partidos e seus deputados nacionais). Realçamos em primeiro lugar, que o campo de estudo da arena legislativa e dos seus integrantes apresenta-se como um campo de análise ainda pouco explorado no contexto nacional.

Nesse ambiente de escassez aparecem o trabalho de Furtado (1994) que tenta compreender a gênese e (re) produção da classe dirigente em Cabo Verde, abordando sobre o recrutamento e o perfil dos dirigentes nacionais, entre os quais os deputados nacionais; e temos o trabalho de Évora (2009) que trabalha uma outra dimensão do parlamento nacional, objetivando a compreensão do comportamento dos partidos e políticos individuais no exercício das funções legislativas (elaboração e aprovação de propostas/projetos de leis). Porém, antes de adentrar sobre essas questões, aferimos sobre as características dos partidos políticos existem em Cabo Verde.

1.3.1. Características dos partidos políticos com acento parlamentar

Demonstramos na primeira subseção desse capítulo que os partidos políticos africanos são caracterizados normalmente pela sua formação com base em diversidade étnica, linguística, religiosa e regional (Furtado: 1997/98 e Salih: 2007). Outra característica apresentada ainda é o surgimento no ambiente de descolonização (Furtado: 1997/98). Entretanto, relativamente aos partidos políticos em Cabo Verde, Évora (2001) defende uma particularidade destes no contexto africano. Alega que os partidos políticos

cabo-verdianos não surgiram com base em divisões étnicas, religiosas e linguísticas, como o caso dos partidos das várias outras democracias africanas.

Porém, nota-se que os dois principais partidos surgiram em contexto específico que se assemelha ao dos outros países africanos que foram vítimas da colonização, como demonstrado por Furtado (1997/1998). O PAIGC/CV (Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde/Cabo Verde) surgiu como movimento político, inicialmente clandestino, de luta contra o colonialismo português, na altura em que o mundo estava vivenciando uma onda de descolonização. Já o MpD (Movimento para Democracia) surge inicialmente como associação política, reivindicando a abertura para o regime democrático pluripartidário, numa conjuntura de democratização denominada por Huntington (1994) como a “*terceira onda de democratização*”. A sua oficialização como partido político ocorreu em Novembro de 1990.

Relativamente a ideologia desses partidos, Ramos (2012) argumenta que os três partidos com representação parlamentar atual em Cabo Verde - MpD, PAICV e a UCID (União Cabo-verdiana Independente e Democrata) - apresentam-se como partido *Catch-all*. Suas ideologias não são claras e ganhar as eleições é o objetivo primeiro. A necessidade de se institucionalizar no contexto democrático e a homogeneidade da sociedade cabo-verdiana faz com que os partidos políticos assumem a arena eleitoral como uma opção estratégica. Eles procuram votos em todas as classes sociais. A autora salienta uma forte centralidade na figura das lideranças históricas e carismáticas no país.

Ramos (2012) realça que o PAICV se posiciona na arena da esquerda democrática, posicionamento este que foi consolidado com a sua integração na Internacional Socialista, pelo seu atual presidente José Maria Neves (também Primeiro-Ministro do país). Defendeu os princípios da democracia social e económica e a construção de um Estado de bem-estar social na sua declaração de princípios em 2006. Essa integração na Internacional Socialista já havia sido manifestada, em Maio de 1997, numa reunião realizada na cidade da Praia, durante a liderança de Aristides Lima. ("Reunião do Comité África da Internacional Socialista: PAICV, membro de pleno direito da família" (fonte: A SEMANA, 26 de Maio de 1995). No entanto, a autora explica que o partido continuou com as políticas liberalizantes da economia quando voltou ao poder em 2001. Essas políticas foram iniciadas com o governo de MpD na década de noventa.

De outro lado temos o MpD que se posiciona formalmente, como sendo partido de centro e, tornou-se em Junho de 2003, membro da Internacional Democrática do

Centro (IDC), durante uma reunião realizada em Lisboa (Fonte: A SEMANA, 2003), "MpD na Família da IDC", A Semana, 6 de Junho, p.a2). O MpD tem na sua base políticos de formação ideológica distinto, o que levou a algumas cisões internas ao longo da sua história. Por último, temos a UCID (União Cabo-verdiana Independente e Democrata) que se auto classifica como sendo partido de inspiração cristã, que teve como finalidade enraizar a filosofia cristã no país. Ramos (2012) afirma, no entanto, que, no parlamento, este partido às vezes apoia as propostas do MpD e outras vezes as do PAICV.

1.3.2. O recrutamento parlamentar e o comportamento dos partidos e políticos no interior da casa legislativa

Nesta parte falaremos sobre os trabalhos de Furtado (1994) e Évora (2009). No primeiro trabalho, Furtado (idem) tentou compreender a dinâmica da construção e estruturação do campo político cabo-verdiano, no período pós-independência (pós-1975). Nesse processo ele tentou compreender o comportamento dos partidos e dos seus integrantes, como atores principais dessa dinâmica. Ao analisar esse trabalho, percebe-se que o processo de recrutamento parlamentar - no primeiro período após a independência - encontra-se intimamente ligado ao processo de construção e estruturação do campo político nacional. Segundo o autor, a situação de debilidade econômica e financeira¹³ do país, nos primeiros momentos, fez com que:

“... o Estado, mais precisamente o governo, se transforme no lócus privilegiado de emprego e de acumulação originária, entendida esta não apenas no sentido econômico, mas também social e político. Mais ainda, vai fazer com que a luta por posições dominantes nas estruturas governamentais se transforme numa das únicas vias de mobilidade social. Este elemento, aliado a um investimento considerável no sector de educação, constituirá um fator importante na formação e transformação a nível do campo político, como demonstraremos” (FURTADO, 1994, p. 138).

Nesse sentido, o autor explica que o processo de estruturação do campo político nacional não foi um processo pacífico. Nesse sentido, lançamos um olhar sobre esse processo para poder compreender melhor a forma de recrutamento dos deputados.

¹³Marcada pela “falta de infraestruturas básicas, reduzido investimento no domínio da educação e formação profissional, um sector agrícola que, embora absorva a maioria de mão-de-obra, não consegue cobrir sequer 15% das necessidades alimentares, secas persistentes, um sector de pesca não desenvolvido, etc.”. era marcada ainda pela inexistência de empresas privadas que poderiam fazer investimentos.

Furtado (idem) explica que a luta por posições dominantes se deu em dois momentos: primeiramente entre “*os diversos partidos e organizações políticas em cena no campo político cabo-verdiano em construção e, num segundo momento, entre os ‘grupos’ integrantes ao PAIGC*” (p. 134). A primeira luta foi particularmente entre o partido que lutou pela independência (PAIGC/CV) e os outros movimentos políticos surgidos após o 25 de Abril em Portugal, dos quais se destaque a UPICV (União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde)¹⁴. O autor demonstra que os capitais acumulados (legitimidade pela luta da independência e capacidade organizativa) pesou mais forte e fez com que o PAIGC/CV vencesse essa luta. Este partido acabou assumindo o poder sozinho após a independência. Após isso, todos os indivíduos que ocuparam as pastas ministeriais, assim como a Assembleia Nacional e Presidência da República, foram recrutados no seio dos militantes do PAIGC¹⁵. Assim, observa-se que a elite parlamentar cabo-verdiana é recrutada no primeiro momento, particularmente, no seio dos militantes do PAIGC. De realçar que entre os militantes haviam os que lutaram pela independência (que era uma maioria) e os quadros¹⁶ vindos de Portugal (minoria). O autor alega que os primeiros acabaram por impor como hegemônico, e este seria um dos motivos que levaram a segunda luta no processo de estruturação do campo político.

Nesse sentido, Furtado (1994) afirma que a segunda luta aconteceu entre essas duas alas internas do PAIGC/CV. Na causa estiveram as divergências em torno do projeto político a ser adotado no país e em relação às posições ocupadas nas estruturas do poder. Para o autor, essa luta foi entre duas fontes de capital: os combatentes tinham como capital a participação na luta armada e os quadros tinham, para além da militância na clandestinidade, o capital cultural. Essas duas fontes de capitais levaram a dois *habitus* diferentes no seio do partido: tinha-se de um lado a legitimidade histórica e do outro a legitimidade do saber. Os possuidores de capital cultural lutavam pela mudança no

¹⁴A UPICV não surgiu nessa época propriamente. Ela foi um dos primeiros movimentos políticos que reclamava a independência de Cabo Verde. Surgiu por volta de 1958 nos Estados Unidos da América e tentou se implementar também no Senegal. Porém as suas atividades políticas levaram a prisão dos seus integrantes e a implementação da PIDE (Policia Internacional da Defesa do Estado) em Cabo Verde (Furtado, 1994).

¹⁵O autor inseriu no grupo dos dirigentes os ministros, secretários de Estados e deputados nacionais.

¹⁶“Quadros” são, segundo o autor, os ex-estudantes cabo-verdianos que fizeram formação superior em Portugal e que vieram integrar a classe média cabo-verdiana na época. Eram na sua maioria advogados e juristas, que segundo autor tinham capital econômico e financeiro, para além da competência técnica.

princípio da divisão do poder e os históricos queriam manter a prática. Essa luta interna levou à saída de alguns membros, denominados de *trotskistas*¹⁷, em 1979.

E, é esse grupo que veio formar o movimento político, MpD, que luta pela abertura do regime e vencer as primeiras eleições pluripartidárias em 1991. O autor explica, que os fundadores do MpD tiveram sucesso na época, pelo fato de serem possuidores de:

“... uma das únicas profissões liberais, exercido em Cabo Verde e que, mais cedo, conseguiu impor-se no mercado, permitiu-lhes sobretudo no contexto de um regime de partido único, granjear um capital econômico não desprezível através do exercício da advocacia, das consultorias a empresas e ao governo e, mesmo tempo como funcionários públicos e também um certo prestígio social que advém da defesa de casos importantes e politicamente relevantes, constituindo, por vezes, ocasiões propícias para a contestação do status quo” (Furtado, 1994, p.173).

Todavia, o autor explica que não obstante o MpD ser fundado pelos quadros, ele acabou recrutando sua base interna nas mais diversas classes sociais, o que levou à mudança nas estruturas de poder após vencer as eleições de 1991. A partir daí, novas categorias sociais e profissionais conseguiram ascender ao poder. Destes se destacam: os quadros; os empresários; e os comerciantes. Essa ampliação de fonte de recrutamento se estende ao parlamento nacional que passa a representar um maior número de grupos sociais e categorias profissionais. E, resumindo, podemos afirmar que segundo Furtado (1994), o recrutamento parlamentar na primeira república (partido único: de 1975 a 1990) acontece principalmente no seio dos militantes do PAICV e, com o início da segunda república (regime pluripartidário: iniciada em 1991), amplia-se a base de recrutamento para outras categorias sociais. Posto isso, adentremos sobre a pesquisa de Évora (2009).

Por seu lado, Évora (idem) não debruça sobre o processo de recrutamento parlamentar. O interesse da autora foi abordar o processo do trabalho interno da casa parlamentar, direcionando o olhar sobretudo: na forma como os trabalhos legislativos são estruturados; na participação dos deputados nesse processo; e na influência do governo nos processos legislativos no período democrático. A autora explica que, em Cabo Verde,

¹⁷São os jovens quadros.

mesmo com a democracia, a constituição continuou assegurando o poder de iniciativa ao executivo, colocando em causa o princípio de separação de poderes.

Nesse cenário, ela concluiu que o executivo acaba apresentando e aprovando maior número de PLs (propostas de leis) em relação ao parlamento. Realça, que o trabalho parlamentar se concentra nos grupos parlamentares e não nas comissões, e que os dados demonstram fraca iniciativa legislativa tanto por parte dos grupos parlamentares como dos deputados individuais, bem como uma fraca fiscalização aos atos do executivo. Ela explica ainda que:

“O modelo centralizador do processo decisório no legislativo favorece sobretudo o executivo e, inibe, o trabalho do parlamentar individual uma vez que, a força está sobre as lideranças partidárias que acabam, por funcionar em sintonia com os desejos do executivo enfraquecendo o legislativo e distorcendo a sua função primordial que é o legislar enquanto o poder que representa uma comunidade política (ÉVORA, 2009, p. 198).

Évora (idem) tentou observar a atuação dos políticos individuais no processo legislativo, e afirma observar um certo desinteresse por parte dos deputados nos trabalhos das comissões. Para chegar a essa conclusão, ela observou o número de faltas dos deputados nos trabalhos de comissões e percebeu um alto nível de absenteísmo por parte da oposição. No entanto, ela explica que, no fundo os trabalhos realizados nas comissões acabam por não terem visibilidade, num cenário onde se coloca foco no plenário e na atuação dos grupos parlamentares, sobretudo no líder da bancada que acaba tendo ligação direta com o chefe do executivo (Primeiro-Ministro), que por sua vez é presidente do partido.

Finda essas colocações sobre a produção em torno do recrutamento e comportamento dos eleitos no processo legislativo, realçamos a inexistência de trabalhos que tentam compreender a dinâmica do processo seletivo, mais precisamente, da construção de lista – já que o sistema existente no país é de lista fechada -, nem trabalhos que retratam sobre a ambição e carreira política nessa arena. É sobre esses aspetos que pretendemos debruçar nesse trabalho.

1.4. Considerações gerais

Neste capítulo dialogamos, de modo geral, sobre as produções já existentes em torno do funcionamento das poliarquias atuais, particularmente sobre a atuação dos partidos e políticos individuais. Das colocações feitas, algumas realçam com mais força, de acordo com a finalidade do nosso trabalho. Na primeira subseção, importa considerar as metamorfoses dos partidos políticos ao longo do tempo, e a característica cartel dos partidos políticos contemporâneos, evidenciada pela sua estreita relação com o Estado (que se transforma no principal fonte de financiamento destes); os estudos demonstram ainda, que os partidos se transformam no principal seletor daqueles que ambicionam participar da vida política.

Na segunda subseção, os autores explicam que nas democracias atuais a atividade política passa a ser exercida como uma atividade profissional e remunerada, onde os políticos profissionais se dedicam em tempo, especialização e remuneração. Nesse sentido, a subseção seguinte demonstra que essa profissionalização da atividade política impulsionou a ambição dos políticos profissionais em escolherem construir carreira no campo da política, articulando e provocando interação entre as várias instituições políticas.

Nas duas últimas subseções afunilamos sobre o caso cabo-verdiano em particular. Aqui, vale reter que os dois grandes partidos cabo-verdianos com acento parlamentar são partidos que surgiram em contexto específico de luta pela descolonização e democratização da sociedade cabo-verdiana, e não são ideologicamente bem definidos; foram os responsáveis pela construção e estruturação do campo político nacional, decidindo sobre as regras e estruturas do poder e selecionando os dirigentes nacionais.

Capítulo 2 - Sistema político cabo-verdiano: sobre a construção do Estado democrático

A compreensão da história política dos Estados contemporâneos requer o entendimento sobre as diversas modalidades de exercício do poder político, tendo em conta o relacionamento existente entre os governantes e os governados. Requer ainda a compreensão da titularidade e o exercício efetivo do poder constituinte; a existência e o peso das instituições representativas; assim como o grau, a natureza e as formas de participação do povo no exercício do poder (NOVAIS, 2007). Na visão dele, os principais regimes políticos existentes são: o regime democrático; o regime ditatorial; e o regime de transição.

Esse processo exige, assim a compreensão das normas e dos procedimentos que garantem a reprodução estável de determinados comportamentos, tornando possível o desenvolvimento regular e ordenado da luta pelo poder, do exercício deste e das atividades sociais a ele vinculados (BOBBIO, MATTEACCI e PASQUINO, 2004). Dessa feita, o que se busca neste capítulo é versar sobre as instituições e as regras que organizam, regulam e garantem que o acesso ao parlamento nacional cabo-verdiano seja assegurado através da competição, entre políticos e ou partidos políticos.

Em Cabo Verde - um país bastante jovem como Estado independente (apenas 39 anos) - o processo de implementação do regime político foi marcado por dois momentos: o regime de partido único (implementado de 1975 a 1990) e o regime pluripartidário (de 1991 até os dias de hoje). Na nossa análise, daremos foco ao período democrático pluripartidário. E, a assembleia nacional (parlamento) ganha ênfase, por ser o *locus* por excelência de representação dos cidadãos cabo-verdianos. Serão abordadas as principais regras que definem a escolha dos representantes (nesse caso, os Deputados Nacionais, que são o nosso principal objeto de estudo).

Entretanto, tendo em vista que o país em análise (Cabo Verde) não corresponde ao país da nossa formação acadêmica (Brasil), achamos por bem não adentrar diretamente no período multipartidário. Para efeitos de informação do leitor brasileiro, faremos um recuo no tempo para abordar sobre o regime de partido único e entender a dinâmica da construção de Cabo Verde como um Estado independente, assim como os meandros da transformação de tal regime em regime pluripartidário.

2.1. A luta pela independência em conjunto com a Guiné-Bissau

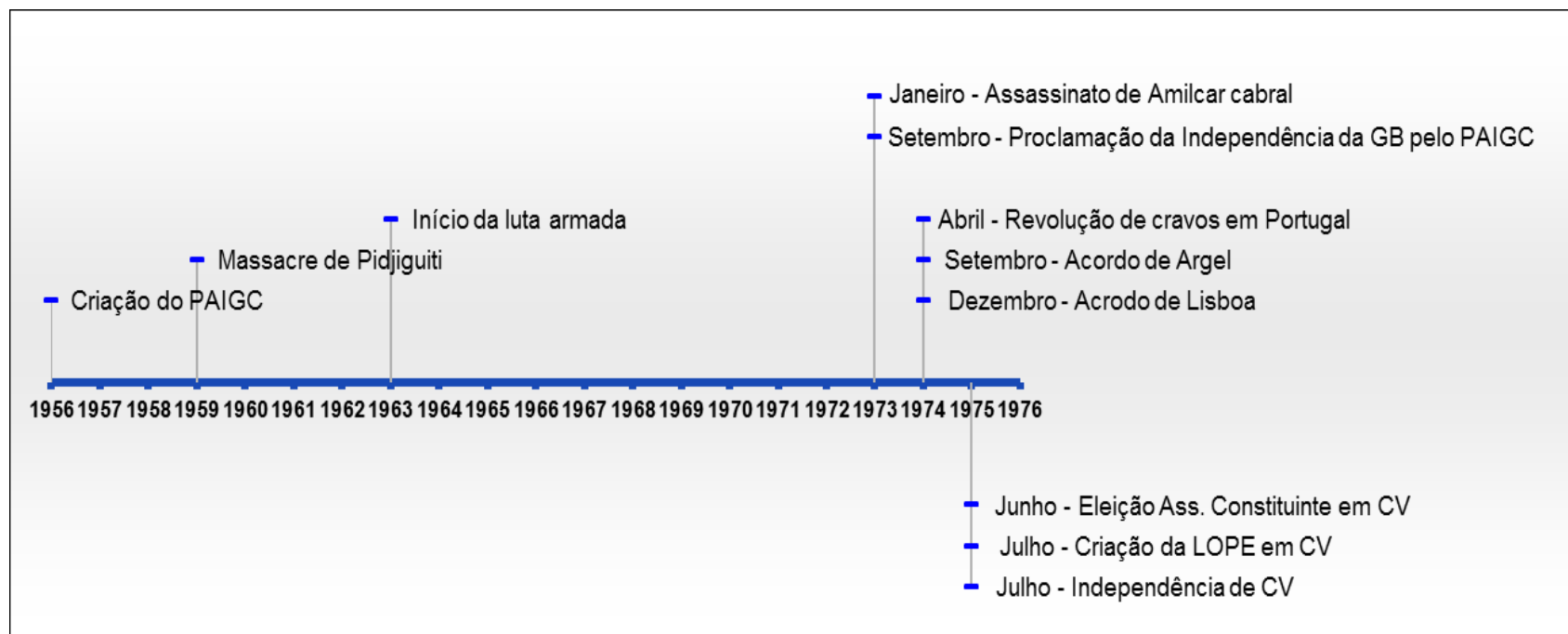
O regime de partido único implementado pelo Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), de 1975 a 1990, apresenta-se como um marco intermédio no processo de construção da história política de Cabo Verde. Foi implementado e legitimado pela vitória histórica alcançada na luta armada, realizada no território guineense e que pôs fim ao colonialismo português no arquipélago (após aproximadamente quinhentos anos de colonização portuguesa, desde o seu “achamento” em 1460). Na segunda metade da década de 1980, o regime dava sinais claros de fracasso nos seus objectivos e, na sequência, em 1990, foram criadas as condições para o processo de transição democrática. As subseções seguintes relatam sobre essas etapas da construção de Cabo Verde como um Estado independente e democrático.

O PAIGC¹⁸ figura-se como principal ator institucional e organizacional responsável pela luta e independência desse país. Surgiu no ano de 1956, em Bissau, como um movimento de luta de libertação com carácter binacional. Tinha como objetivo primeiro a independência e, seguidamente, a unidade do povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde¹⁹. Nas palavras de Cabral a unidade era encarrada como um *meio* e não como o *fim*. Cabral reconhecia a diferença entre os povos dos dois países e daí a *unidade como um meio de luta*. E a luta seria a luta para vencer o colonialismo português. Para ele, “...em conjunto, a unidade e luta significa que para lutar é preciso unidade, mas para ter unidade também é preciso lutar” (ANDRADE, 2013, p. 142). Com base nessas ideias, o PAIGC procurou criar bases na Guiné Bissau, em Cabo Verde e na diáspora (principalmente em Lisboa). As primeiras tentativas da conquista da independência aconteceram de forma pacífica. A opção pela luta armada só aconteceu em 1963, na sequência do “massacre de Pidjiguiti”- onde vários trabalhadores (incentivados pelo PAIGC) que reivindicavam melhores condições de trabalhos foram mortos pela força militar colonial (FERNANDES, 2007).

¹⁸ Seu principal fundador foi Amílcar Cabral. Cabral era filho de cabo-verdianos e nasceu em Bissau no ano de 1924. Fez os seus estudos liceais (ensino médio) em Cabo Verde e foi cursar agronomia em Portugal. Foi em Portugal, na Casa de Estudantes do Império que Cabral começa a desenvolver atividades políticas e a debater questões voltadas para libertação de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Em 1956 fundou PAIGC, juntamente com outros guineenses e cabo-verdianos. No dia 20 de Janeiro de 1973, dois anos antes da independência de Cabo Verde, ele foi assassinado em Conacri (ANDRADE, 2013).

¹⁹ Documentos do PAIGC, 1981.

Ilustração 1 - Cronograma dos principais marcos da luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde



Fonte: Elaboração própria

No gráfico acima evidenciamos os marcos históricos do processo que levaram a independência da Guiné e Cabo Verde. A independência da Guiné-Bissau foi proclamada pelo PAIGC no dia 24 de Setembro de 1973 mas, só foi reconhecida pela metrópole portuguesa no encontro de Argel realizado em Setembro de 1974, após a revolução de 25 de Abril. No entanto, no nosso trabalho, interessamos aprofundar, de forma particular, sobre o caso cabo-verdiano.

Por seu lado, a independência de Cabo Verde foi negociada no acordo de Lisboa (que ficou conhecido como o *acordo de independência*). O acordo previa a calendarização das atividades de descolonização e a criação de um governo de transição²⁰. O governo de transição era responsável pela criação das condições necessárias à eleição da assembleia representativa do povo de Cabo Verde, prevista para o dia 30 de Junho de 1975. E cabia a essa assembleia representativa declarar a independência nacional, no dia 05 de Julho, e criar a primeira Constituição da República (SILVA, 2010).

Na véspera da independência (4 de Julho de 1975), a assembleia constituinte aprovou a Lei sobre a Organização Política do Estado (LOPE), que serviu de base constitucional do Estado de Cabo Verde. A LOPE era uma “*pré-constituição*”²¹ que entraria em vigor no dia da independência (5 de Julho). Ela tinha características sumária, provisória e transitória, e referia apenas sobre os órgãos de poder político e jurídico do Estado. Sua característica provisória foi descrita no nº 1 do artigo 2º, segundo o qual, “*é eleita uma comissão que será presidida pelo presidente da Assembleia Nacional e constituída por mais 6 deputados, à qual é confiada a missão de elaborar e submeter à Assembleia, no prazo de 90 dias, um projeto de Constituição da República de Cabo Verde*”. Como programada, a independência do país foi proclamada no dia 05 de Julho de 1975, mas o prazo da elaboração do projeto constitucional não foi cumprido. Em vez disso, em 1977 fez-se uma alteração da LOPE (Lei nº 2/77, de 9 de Abril), retirando o prazo de 90 dias. A primeira Constituição só foi aprovada cinco anos após a independência (1980).

²⁰“constituído por um Alto-Comissário, que presidia, e por cinco ministros encarregados de um ou mais departamentos. O Alto-Comissário tinha a categoria de Primeiro-Ministro e era nomeado e exonerado pelo Presidente da República Portuguesa que escolheria e nomearia, ainda, dois ministros do Governo de Transição; os três restantes eram por ele nomeados segundo indicação do PAIGC” (SILVA, 2010, p. 16).

²¹Termo utilizado, primeiramente, por José Luís Fernandes Lopes, segundo Silva (2010).

2.2. O período pós-1975: Caminho semi-unificado com a Guiné-Bissau

Após a independência, os dois países²² foram governados por um mesmo partido (PAIGC). Iniciou-se o processo institucional da unidade²³ almejada, efemeramente finalizada com o golpe de Estado de 1980. Simultaneamente, a nível interno, cada país procedeu ao processo de construção do Estado independente e soberano. Sendo assim, nas subseções seguintes vamos tentar entender o processo de unidade e separação dos dois Estados e do processo interno da construção do Estado cabo-verdiano. As principais atividades do processo de unidade e separação encontram-se espelhadas no cronograma seguinte.

Na tentativa de prosseguir com o projeto de Cabral, foram criados nos meses de Abril (em Cabo Verde) e Maio (na Guiné-Bissau) de 1976, uma comissão que formaria o Conselho de Unidade²⁴. A finalidade desses conselhos era a de elaborar o projeto de associação dos dois Estados, de acordo com Fernandes (2007). Este autor explica que em Agosto do mesmo ano criou-se, no Conselho Superior de Luta (CSL)²⁵, a Conferência Intergovernamental. Esta seria o órgão através do qual os dois países se juntavam, semestralmente, para debater as situações (sociais, políticas, económicas, culturais...) dos seus Estados²⁶.

²²Cabe realçar que o PAIGC não era o único movimento da luta pela libertação na Guiné Bissau, segundo Fernandes (2007). Existiam outros movimentos como: MFNG (Movimento para a Independência da Guiné); MLGC (Movimento de Libertação da Guiné); FLING (Frente de Libertação da Guiné); e UNPG (União dos Naturais da Guiné “dita” Portuguesa). Segundo o autor, essas forças atuavam a partir do Senegal, mas em Setembro de 1964 Senegal reconhece PAIGC como o único movimento libertador representante da Guiné e os restantes movimentos perdem força. Em Cabo Verde também, existiam outros movimentos de luta clandestina que começaram a sair da gaveta após o 25 de Abril. Destaca-se a UPICV (União do Povo das Ilhas de Cabo Verde); e a UDC (União Democrática Cabo Verdiana). A primeira UPICV defendia a independência de Cabo Verde, mas era contra o projeto da unidade Guiné-Cabo Verde. A UDC defendia a autonomia de Cabo Verde, mas não a independência. Uma espécie de federação com Portugal. Porém, segundo o autor, esses partidos foram neutralizados nas vésperas da independência pelo PAIGC com apoio do MFA (Movimento das Forças Armadas) de Portugal.

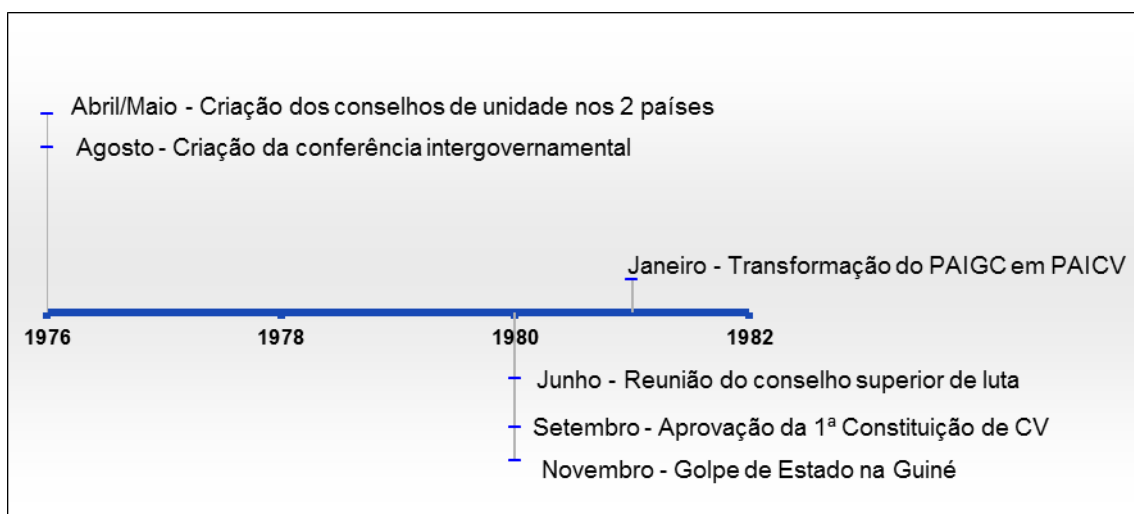
²³De realçar que a ideia da unidade surgiu no contexto do pan-africanismo, onde o movimento libertador da África reclamava a união do continente no sentido de vencer o colonialismo (PAICV, 1981). A unidade entre Guiné-Bissau e Cabo Verde foi justificada por Cabral pelas “*ligações históricas e consanguíneas existentes entre os dois povos*” e era uma estratégia de luta contra o colonialismo (Fernandes, 2007). Cabo Verde foi povoado por maioria de escravos trazidos da Guiné-Bissau e os dois países eram vigiados na época colonial por um mesmo representante português.

²⁴Cada conselho era formado por parlamentares do referido país.

²⁵Era um dos órgãos máximos do PAIGC, criado em 1973. Para além do CSL existia o Comité Executivo de Luta (CEL).

²⁶É todo esse projeto de institucionalização da unidade sonhada, que faz com que na análise da história política de Cabo Verde, seja impossível a não citação da Guiné Bissau e, vice-versa.

Ilustração 2 - Cromograma atividades unidade e separação da GB e CV



Fonte: Elaboração própria

Esse caminho da unidade almejada não resistiu muito após a independência dos dois Estados. A unidade fracassou, oficialmente, no dia 14 de Novembro de 1980, na sequência do Golpe de Estado ocorrido na Guiné Bissau. O golpe foi liderado por João Bernardo Vieira (Nino Vieira) e aconteceu na sequência da reunião do CSL - onde foram denunciados comportamentos que desviavam o sentido ideológico do partido²⁷ – e da aprovação da primeira Constituição da República de Cabo Verde. O golpe derrubou o governo liderado por Luís Cabral²⁸ (PAICV, 1981).

De acordo com os documentos do PAICV (1981) e Fernandes (2007), os políticos guineenses reclamavam que a Constituição de Cabo Verde - criada em Setembro e aprovada em Outubro de 1980 - não permitia que um guineense fosse Presidente em Cabo Verde, enquanto na Guiné a Constituição permitia o contrário. Para além disso, na Guiné era permitida a pena de morte e em Cabo Verde não. É nesse cenário que a ala que deu golpe na Guiné Bissau considerou que a unidade não estava sendo feita em clima de igualdade²⁹.

²⁷ Alguns comportamentos citados: irresponsabilidade; atitude de tolerância face aos erros; negligência no trabalho; amiguismo; nepotismo; ostentação e ambição pessoal; entre outros (PAICV, 1981)

²⁸ Este era irmão do Amílcar Cabral.

²⁹ O próprio Arisitides Pereira (Presidente de Cabo Verde na época e secretário geral do PAIGC) afirma (na entrevista concedido ao jornalista José Vicente Lopes, e que deu origem ao livro “Minha vida: nossa história”) que tal unidade era encerrada por muitos na Guiné como a “*unidade do cavaleiro e do cavalo*”; existia um clima de intriga, implantada pela metrópole, de que os cabo-verdianos queriam dominar os guineenses. Isso tendo em vista que os cabo-verdianos eram escolarizados na época colonial e utilizados para ocuparem os postos administrativos em Cabo Verde e nas outras colónias portuguesas.

Fernandes (idem) explica que o golpe foi justificado por autores como Koudawo (2001) e Nóbrega (2003), como sendo o resultado: da péssima situação econômica, descontentamento das Forças Armadas, repressão; e pela falta de aceitação desde início do projeto de unidade dos dois países, por ambas as partes. No entanto, Fernandes (2007) afirma que a verdade é que, independentemente das causas, o golpe de 14 de Novembro serviu como álibi para os dois países se desfazerem do “*fardo da unidade*”.

Prosseguindo, o golpe não pôs fim apenas ao projeto de unidade. Foi responsável também pela primeira revisão constitucional cabo-verdiana em 1981, que removeu os artigos 22º, 23º e 24º (referentes ao processo da unidade com a Guiné-Bissau); e pela transformação do PAICG em PAICV (Partido Africano para Independência de Cabo Verde), fazendo cair as alíneas de outros artigos como: art.º 19º, 29º, 62º, 67º e 68º, cujas siglas eram PAIGC. Alterou-se as letras GC (Guiné e Cabo Verde) para CV (Cabo Verde). Mas na Guiné Bissau ainda usam a mesma sigla (PAICV, 1981). E, esse caminho semi-unificado dos dois países, faz com que a referência de um ou de outro país seja inevitável no processo de compreensão da história política dos dois Estados.

2.3. Regras partidárias e eleitorais adotadas na I República (1975 a 1990)

Nos primeiros anos após a independência, os dois países perseguiram o caminho da institucionalização da unidade e separaram na sequência do golpe de 14 de Novembro de 1980, como demonstrado na subseção anterior. Entretanto, em Cabo Verde, os primeiros anos do período pós-1975 foram também o momento da criação das regras institucionais que permitiriam o funcionamento do regime de partido único³⁰. Desta feita, nos interessa adentrar sobre as características do regime implementado, com enfoque sobre as regras partidárias e eleitorais responsáveis pela dinâmica no acesso ao parlamento nacional - denominado na época de Assembleia Nacional Popular (ANP) – e as condições do exercício de mandato dos deputados nacionais (DNs).

³⁰Um regime que, do nosso ponto de vista, foi legitimado previamente, pelo governo anterior (governo colonial), desde o momento da negociação da independência entre o governo português e o PAIGC. Ao auxiliar o processo de neutralização das outras forças políticas existentes, através do reconhecimento do PAIGC como o representante legítimo do povo cabo-verdiano e, consequentemente, a vanguarda da negociação da independência, o governo português legitimou o regime de partido único implementado logo em seguida.

Na primeira república, a ANP (unicameral) foi considerado como o: “...*órgão supremo do poder do Estado. Ela decide sobre as questões fundamentais da política interna e externa e organiza e controla a aplicação da linha política, económica, social, cultural e de defesa e segurança, definida pelo PAIGC*” (artigo 50º, Constituição de 1980). O regime estabeleceu nesse sentido, um sistema de partido com característica monopartidária, consagrando o PAIGC como a única força política, excluindo a possibilidade de participação de outros partidos políticos. Essa consagração foi oficializada com a aprovação da LOPE³¹ e reafirmada, posteriormente, no artigo 4º da primeira Constituição (aprovada em Setembro de 1980), segundo o qual: “*Na República de Cabo Verde, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) é a força política dirigente da sociedade e do Estado*”.

A nível eleitoral havia um único sufrágio universal e direto para a eleição da ANP. O sistema eleitoral da época permitia a eleição dos DN's em “*lista única, plurinominal e solidária de candidatos, apresentada para cada colégio eleitoral, despondo o eleitor de um voto singular da lista*”.³² O PAICV era a única força política que poderia apresentar candidatura.³³ De entre os eleitos parlamentares, elegia-se o Presidente da ANP e o Presidente da República (PR). O PR fazia a proposta sobre o deputado que iria ocupar o cargo de Primeiro-Ministro (PM).³⁴ O PR e o PM eram politicamente responsáveis perante o parlamento (Constituição da República de Cabo Verde, 1980).

O critério de eleição obedecia a regra de maioria simples de dois turnos. O mandato era conferido à lista (em cada círculo eleitoral) na sequência da aprovação com maioria simples. Caso contrário, seriam apresentadas novas listas de candidatura para o segundo turno, que deveria ocorrer até ao vigésimo dia subsequente à primeira votação.³⁵

³¹O monopólio do PAIGC/CV pode ser evidenciado nos seguintes artigos da LOPE: art. 1º “*A soberania do povo de Cabo Verde é exercida no interesse das massas populares, as quais estão estreitamente ligadas ao Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, que é a força política dirigente da nossa sociedade*”; art. 12º “*ao assumir as suas funções o Presidente da República prestará perante o Presidente da Assembleia Nacional Popular, por quem é investido, o seguinte juramento: “juro, por minha honra, dedicar a minha inteligência e as minhas energias ao serviço do povo de Cabo Verde, cumprindo os deveres da alta função de Presidente da República, com fidelidade total aos objetivos do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde*”; e, o mesmo juramento fazia o Primeiro-Ministro, substituindo a palavra PR por PM.

³² Artigo 34º da lei eleitoral nº 2/80 e artigo 11º da lei eleitoral nº 45/II/84.

³³ Artigo. 44º e 4º da lei eleitoral nº2/80 e artigo. 18º da lei eleitoral nº 45/II/84.

³⁴ Os cargos de PR e PM eram incompatíveis com o cargo de DN. Ainda, as funções de PR e Presidente da mesa da ANP era incompatível com os cargos no governo (PM, ministros e secretários de Estado). Por outro lado, os ministros que formavam o governo - nomeados de entre os deputados – poderiam acumular as duas funções.

³⁵ Artigo 36º da lei eleitoral nº 2/80 e artigo 13º da lei eleitoral nº 45/II/84.

Os eleitores votavam, escolhendo a cor preta (contra) ou verde (a favor) do boletim de voto. Durante a primeira república não existiam círculos eleitorais fora do território nacional. Os eleitores que residiam no estrangeiro votavam nas listas que correspondiam aos círculos eleitorais onde residiram pela última vez, antes de sair do país³⁶.

Por fim, sobre as condições do exercício do mandato de deputado nacional (DN), torna-se interessante salientar que, a ANP reunia em apenas duas sessões ordinárias por ano (artigo 60º da Constituição de 1980) e o cargo de DN não era profissionalizado. Os deputados nacionais não recebiam um salário mensal no exercício dessa função. Apenas os membros da mesa (Presidente, vice-presidente e secretário da mesa) eram profissionalizados e recebiam um salário pelo exercício das suas funções. Os deputados recebiam abonos para despesas de representação e ajudas de custo nas atividades realizadas ligadas à representação parlamentar³⁷. A carreira política parlamentar, nesse sentido, não seria uma carreira principal dos indivíduos que exerciam tal função. Era sim, uma carreira secundária que poderia ser exercida em simultâneo com outras funções profissionais e remuneradas. E, o artigo 181º da lei nº 6/II/82, sobre o regimento da ANP, assegura que “*os deputados não podem ser prejudicados no seu emprego permanente, carreira profissional e benefícios sociais por causa do exercício normal do seu mandato*”.

2.4. O fracasso do regime de partido único e a transição democrática

Com base nas regras informadas na subseção anterior, foram realizadas três eleições legislativas (1975, 1980 e 1985) com o PAICV na vanguarda. Todavia, no fim da última legislatura (iniciada com a eleição de 1985) o regime começou a apresentar sinais oficiais de fracasso. Iniciou-se assim, o processo de transição para o regime pluripartidário, assumido oficialmente em Fevereiro de 1990, quando Pedro Pires (PM na época) anunciou a intenção de fazer cair o artigo 4º da Constituição que assegurava o monopólio político do PAIGC. O cronograma dois evidencia os principais marcos desse processo.

Entretanto, existem argumentos de que o sistema já tinha demonstrado sinais de fragilidade desde 1979, quando: o partido “expulsou” ou impulsionou a auto demissão

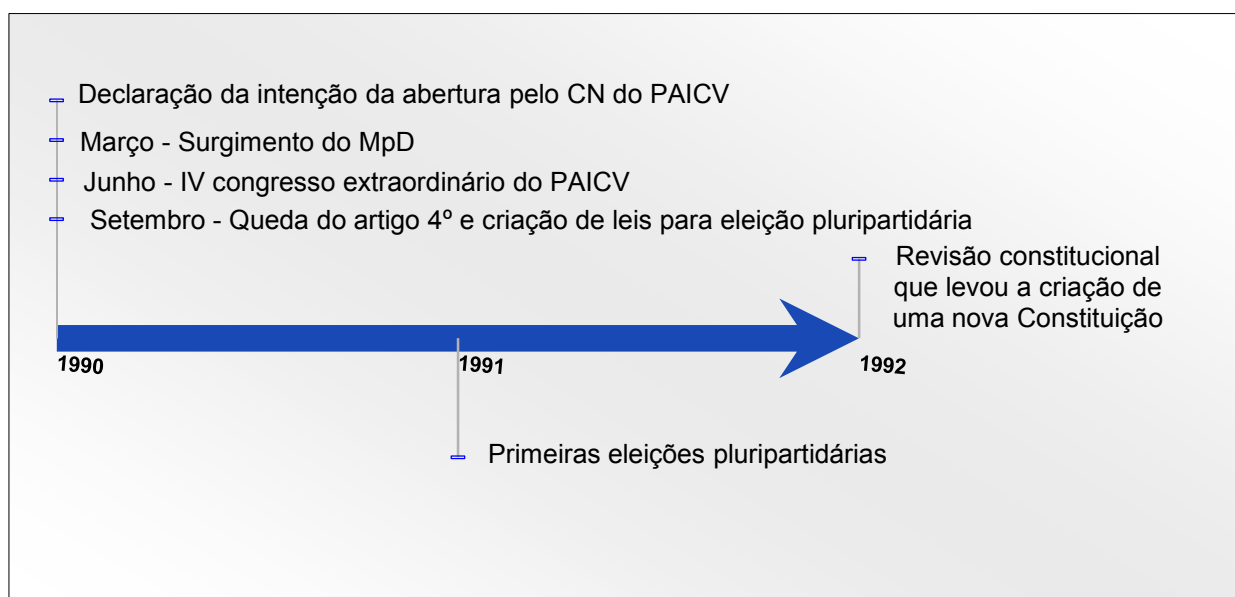
36 Ver nº 3 do artigo 31º da lei nº 2/80 e o artigo nº 6º da lei nº 45/II/84 sobre o círculo eleitoral no estrangeiro.

37 Lei nº 85/III/90 que regula as bases do estatuto dos titulares de cargos políticos.

dos denominados *trotskistas*³⁸ (grupo composto, principalmente, por políticos que militaram na clandestinidade em Portugal e que não estavam a favor do fechamento e da fraca circulação do sistema implementado pelo PAIGC); e com o início do processo da liberação econômica em 1988 (ÉVORA, 2001; KODAWO, 2001; e FERNANDES, 2007).

O aparecimento do MpD (Movimento para Democracia) - fundado pelo grupo dos chamados “*trotskistas*”, “expulsos” do PAIGC/CV em 1979 - como um movimento político, reivindicando a abertura política para o regime multipartidário, agilizou o processo de transição. Foi na sequência da declaração política do MpD, reclamando que o poder fosse ocupado através de competição entre várias forças políticas, que o PAICV convocou um congresso extraordinário com os seus integrantes, reconhecendo a democracia como principal estrutura organizativa no processo do desenvolvimento de Cabo Verde (PAICV, 1981).

Ilustração 3 - Cronograma processo de abertura democrática em CV



Fonte: Elaboração própria

Essa decisão levou a Assembleia Nacional Popular (ANP) a reunir-se numa convocação extraordinária, revogando o artigo 4º da Constituição e criando as condições jurídicas e institucionais passíveis de assegurar a competição entre várias forças políticas. Foram aprovadas as seguintes leis: aprova-se a lei n.º 86/III/1990 que institui o regime

³⁸É esse grupo que veio fundar o Movimento para Democracia (MpD) no ano 1990.

jurídico dos Partidos Políticos; a Lei n.º 88/III/1990 que aprova a lei eleitoral do Presidente da República; e a Lei n.º 90/III/90 que regula o direito de antena e de resposta política. E, asseguradas as condições legais, os meses de Janeiro (eleições legislativas), Fevereiro (eleições presidenciais) e Dezembro (eleições municipais) de 1991 testemunharam o início da competição multipartidária em Cabo Verde.

A transição democrática foi determinada, segundo Évora (2001), principalmente pela pressão externa, levando em consideração a grande dependência da ajuda externa para a sobrevivência do povo destas ilhas. Cabo Verde sempre contou com a ajuda de outros países para poder sobreviver. Os dirigentes sofreram pressões por parte destes países ajudantes, e por isso, a mudança para o regime democrático pode ser encarrada como uma estratégia de sobrevivência. Ela conclui que em Cabo Verde, a transição democrática surgiu essencialmente como resultado de uma iniciativa conjunta dos líderes do regime autoritário (que resolveu abrir os caminhos para a transição) e do movimento de oposição surgido na altura, o MpD, que fazia pressão para a abertura política e que, posteriormente, veio a se transformar em partido político.

Posto isso, nota-se que a estrutura política adotada no país no período pós-1975 impulsionou o debate acadêmico em torno da classificação do regime político cabo-verdiano nas categorias dos regimes: autoritário ou totalitário. Destacamos aqui, os estudos de Cardoso (1993), Évora (2001) e Kodawo (2001). Cardoso (1993) defende que o regime implementado pelo PAIGC apresentava características totalitárias, com o partido controlando todas as esferas do Estado, tendo como ideologia a construção do “*homem novo*”. O autor realça que o efeito controlador do partido único ultrapassou a esfera burocrática do Estado chegando à esfera social, formativa e cultural dos cidadãos. Todos os grupos sociais eram controlados pelo partido; havia repressão e perseguições políticas aos cidadãos que apresentavam ideias diferentes do partido.

Essa tese sofreu uma tentativa de refutação por parte de Évora (2001), que baseando nas tipologias de Bobbio, Matteacci e Pasquino (2004), classificou tal regime como sendo autoritário. A autora argumenta que o partido tinha controle das máquinas burocráticas, do exército, da política e da magistratura, mas não possuía imensa capacidade de propaganda e de penetração no tecido social. Ela acrescenta que a repressão, a tortura e o fechamento do sistema aconteceu em menor grau, se comparado aos outros países africanos que passaram por processo semelhante. Explica que a

legitimidade também foi diferente, baseada no contexto histórico da luta pela independência.

A ideia de que o regime implementado em Cabo Verde foi menos violento do que os outros países africanos que foram colônia portuguesa é realçada também por Kodawo (2001), ao comparar o processo de transição democrática em Cabo Verde e Guiné Bissau. Kodawo (idem) explica que o PAICG não conseguiu implementar o regime de forma violenta como aconteceu na Guiné, devido ao posicionamento estratégico do país (que sempre facilitou a emigração dos cabo-verdianos) e a história particular do seu povoamento. Esclarece o seguinte:

“Se a instalação da democracia nacional revolucionária traduziu-se na Guiné Bissau por uma estreita arregimentação, um abafamento da sociedade civil, um estado policial e uma violência repressiva, multiplicando as execuções dos opositores, em Cabo Verde a arregimentação foi mais teórica que afectiva, largos segmentos da sociedade conservaram a sua autonomia, a repressão nunca atingiu o nível dos excessos de violência registados na Guiné Bissau, e o neolitismo, ou melhor a vontade de monolitismo, viu-se constantemente confrontando com a afirmação de reivindicações e a expressão de tendências discordantes” (KOUDAWO, 2001, p. 157).

O autor exemplifica os obstáculos que o PAIGC encontrou com a cisão ocorrida no interior deste partido que ficou conhecida como a dos “militantes trotskistas”; a influência da igreja; e as resistências da população às iniciativas contra a população tomadas pelo partido único, que intencionava a hegemonia do seu pensamento político como único e legítimo.

O pesquisador realça que o processo de transição do regime de partido único para o regime democrático pluripartidário em Cabo Verde aconteceu num curto espaço de tempo e de forma menos turbulenta do que na Guiné Bissau. Entretanto, ele explica que isso não significa que o PAICV entregou o poder de bandeja, mas teve momentos altos e baixos e, foi a aceleração do processo que transpareceu numa falsa linearidade e rapidez. Explica ainda, que o contexto internacional esteve a favor do processo de transição em Cabo Verde, ao contrário da Guiné Bissau.

Em 1990-1991 quando o primeiro estava em transição, foi o período em que o mundo vivenciava a queda do muro de Berlim e o contexto africano estava vivenciando a chamada “*primavera africana*”. Enquanto o processo guineense, que só veio acontecer cerca de três anos mais tarde, ocorreu num contexto de dúvida e questionamento sobre a

democracia dos países africanos. Concluiu que o processo de transição dos dois países se deu em ritmos, tempos e posturas diferentes³⁹, mas que a semelhança foi a queda do artigo 4º da Constituição dos dois países que consagrava o PAIGC como a única força dirigente.

2.5. O período pós-transição: mudanças das regras institucionais na II República

A transição do regime de partido único para o regime pluripartidário, ocorrida nos finais de 1990 e início de 1991, acompanhou a chamada “*terceira onda de democratização*” (HUNTINGTON, 1994) vivenciada a nível internacional. A nível nacional, esse processo veio seguido de reformas e mudanças profundas no sistema político cabo-verdiano e interessa-nos citar algumas mudanças relacionadas com o parlamento nacional, seus integrantes (deputados e partidos políticos), tais como: a aprovação de uma nova Constituição em 1992; mudanças das regras eleitorais; e o início do processo de profissionalização dos deputados nacionais.

2.5.1. A mudança das regras constitucionais

Como apresentado no cronograma dois, um dos acontecimentos mais importantes do processo de transição para o regime pluripartidário foi a revisão constitucional em Setembro de 1990, que fez cair o artigo quarto legitimador da hegemonia do PAICV. As eleições pluripartidárias de 1991 ocorreram em seguida como resultado concreto dessa revisão. E, para consolidar a mudança do regime político no país, o partido vencedor da primeira eleição legislativa (MpD) fez uma proposta de revisão constitucional⁴⁰, que levou à criação de uma nova Constituição de índole poliárquico.

A nova Constituição foi aprovada somente pelos deputados do MPD, num clima de tensão. Os deputados do PAICV não estavam de acordo com o processo adoptado para a elaboração de uma nova constituição através do mecanismo de revisão constitucional e acabaram por abandonar a sala antes do término da apresentação da proposta de lei (SILVA, 2010). Todo esse processo aconteceu porque o MPD⁴¹ possuía o número de

³⁹ Em Cabo Verde os dirigentes colocaram os interesses institucionais acima dos seus interesses pessoais, segundo o autor.

⁴⁰A Constituição anterior (revisão de 1981) definia que a proposta de revisão constitucional deveria ser subscrita por pelo menos um terço de deputados e aprovada por pelo menos dois terço destes (artigos 91º e 92º da lei constitucionária nº2/81).

⁴¹Venceu a eleição legislativa de 1991 com maioria qualificada.

deputados exigido pela lei que lhe permitia fazer tal mudança. A nova Constituição de 1992 foi aprovada em 05 de Agosto de 1992 e entrou em vigor no dia 25 de Setembro do mesmo ano.

Definiu Cabo Verde como um Estado de direito democrático, baseado nos princípios de democracia pluralista, separação de poderes, aposta nos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. O nº 2 do artigo 2º da Constituição (1992) assegura uma conjuntura de “...*democracia pluralista, a separação entre as igrejas e o Estado, a independência dos tribunais, a existência e a autonomia do poder local e a descentralização democrática da administração pública*” (Ibid, p. 138). Ainda, ao contrário da Constituição de 1980, tal Constituição demonstra através do artigo 3º que a soberania pertence ao povo, e expressa a subordinação do Estado a Constituição, exprimindo a ideia de que ninguém encontra-se acima da lei fundamental ou da Constituição.

2.5.2. Criação de novas regras e arenas de competição eleitoral

Analogamente ao campo eleitoral, diferentemente da I República onde existia apenas uma arena eleitoral - onde os cidadãos poderiam escolher de forma secreta se aprovavam ou não a uma única lista apresentada pelo PAICV - a transição para a chamada II República, levou à criação de mais duas arenas de competição eleitoral. Temos então, a arena presidencial; arena legislativa; e a arena autárquica.⁴² Com a abertura democrática, os eleitores poderiam manifestar suas preferências, escolhendo entre forças políticas distintas.

E, para melhor regular e fiscalizar essa disputa entre forças políticas distintas, aprovou-se em Novembro de 1994 a Lei nº 112/IV/94 que cria a Comissão Nacional de Eleições (CNE), definido como o órgão máximo da administração eleitoral em Cabo Verde. E mais tarde, em Fevereiro de 1999, foi aprovada a Lei nº 92/V/99 que cria o Código Eleitoral (CE)⁴³. O CE aglomerou todas as regras relativas ao funcionamento da

⁴²No nosso trabalho, interessa-nos detalhar com mais precisão sobre a arena legislativa.

⁴³De realçar que a regulação do processo eleitoral das eleições ocorridas antes da aprovação do código eleitoral (realizadas desde 1991) era feito de forma separada. Em cada eleição era publicada no Boletim Oficial (B.O). Para as eleições de 1991 foram aprovada as seguintes leis: para a eleição legislativa - Lei nº 87/III/9030 que altera a lei eleitoral para a Assembleia Nacional Popular (B.O nº 41, de 13 de Outubro de 1990, 2º suplemento); para a eleição presidencial – Lei nº 88/III/9031 (B.O, idem). Para as eleições de 1995 temos: legislativa - Lei nº 116/IV/94 (B.O nº 42 de 30 de Dezembro de 1994, 7º suplemento); e presidenciais

CNE e as eleições dos órgãos eletivos do poder (legislativas, presidenciais e municipais), detalhadas nos parágrafos seguintes.

As eleições presidenciais resultam na escolha direta do PR. As candidaturas para esse cargo são propostas por um mínimo de mil e máximo de 4 mil eleitores (artigo 111º da Constituição da República). Ganha o candidato que tiver maioria absoluta dos votos válidos. E, caso isso não acontecer, procede-se a segunda volta até ao décimo quinto dia seguinte ao primeiro (artigo 37º, Código Eleitoral). O cargo de PR não pode ser exercido por mais de dois mandatos consecutivos (alínea e, artigo 371º) e é incompatível com qualquer outro cargo político ou outra função pública e funções privadas (artigo 129º da Constituição).

Tabela 2 - Órgãos de poder político e regras eleitorais

Eleições	Órgãos de poder eleito	Quem pode candidatar?	Sistema eleitoral
Presidenciais	Chefe do Estado (PR)	Candidato independente	Majoritário, dois turnos
Legislativas	1) Assembleia Nacional 2) Chefe do Governo (PM) - indiretamente	Partidos Políticos	Proporcional, lista fechada
Autárquicas	1) Câmara Municipal 2) Assembleia Municipal	Partidos Políticos e grupos de cidadãos	Proporcional, lista fechada + maioria absoluta

Fonte: Elaboração própria

A definição da eleição do PR através de eleição livre e secreta dos cidadãos cabo-verdianos, levantou um debate no campo político e académico sobre o sistema de governo existente no país. Costa (2001) defende um sistema semipresidencialista, onde o PR tem importantes poderes em relação ao governo e AN. Ele elucida que, a nível do interesse partidário, o PAICV escolheu designar o sistema de semipresidencial, enquanto o MPD optou pelo parlamentarismo mitigado. Na sua governação, o PAICV criou condições necessárias para a implementação do sistema semipresidencial, dando fortes poderes ao presidente da república (livre iniciativa na demissão do governo e dissolução do parlamento, poder de veto, importante função nas relações internacionais, preside conselho de ministros, quando solicitado pelo Primeiro-Ministro). E afirma ainda que em

– Lei nº 117/IV/94 (B.O nº 42 de 30 de Dezembro de 1994, 8º suplemento). E, para a eleição municipal de 1996 foi aprovada a Lei nº 118/IV/94 (B.O, idem).

Fevereiro de 1991, quando o MpD venceu as eleições, não mudaram as regras do sistema. Apenas diminuíram os poderes do PR, por temerem a perda nas eleições presidenciais, deixando o sistema com característica semipresidencialista.

Por outro lado, nas eleições municipais elegem-se os membros das autarquias locais. Estas são os municípios (art. 231º da Constituição). As autarquias locais são organizadas por uma Assembleia Municipal com poderes deliberativos e um órgão colegial executivo (Câmara Municipal) responsável perante aquela (nº 1 do artigo 234º da Constituição). O órgão colegial executivo é liderado por um Presidente da Câmara Municipal (CM) que em conjunto com os seus vereadores vai dirigir o município. Os membros das autarquias locais são eleitos em listas plurinominais, dispondo o eleitor de um voto singular de lista (artigo 429, código eleitoral). Grupos de cidadãos, também, podem apresentar candidaturas (artigo 429º, código eleitoral). A conversão dos votos em mandatos para a Assembleia Municipal (AM) segue a regra do método de representação proporcional correspondente à média mais alta D'Hondt, nos termos aplicáveis à eleição dos DN's. Para o órgão executivo colegial municipal utiliza-se a mesma forma, salvo se uma das listas concorrentes obtiver a maioria absoluta dos votos validamente expressos, caso em que lhe será conferida a totalidade dos mandatos (artigo 433º, CE).

Nas eleições legislativas, por seu lado, elegem-se diretamente os DN's e, indiretamente, se faz a escolha do Presidente da Assembleia Nacional (PAN) - eleito de entre deputados eleitos, propostos por um mínimo de quinze e um máximo de vinte deputados (artigo 145º, *idem*). Os deputados escolhem ainda o PM, que pela lei é nomeado pelo PR. A nomeação é feita após ouvir as forças políticas com assento na assembleia nacional (AN) e tendo em conta os resultados eleitorais, a existência ou não de força política maioritária e as possibilidades de coligações ou de alianças (art. 194º, *idem*).

A candidatura para o parlamento nacional é feita em lista fechada⁴⁴ dos partidos políticos, previamente hierarquizado. A conversão dos votos em mandatos é feita proporcionalmente utilizando o método d'Hont (CE, 2010). Nas eleições legislativas o

⁴⁴ Segundo o artigo 414º do CE (2010): **1.** As listas propostas às eleições devem conter a indicação de candidatos efetivos em número igual ao dos mandatos atribuídos ao respectivo colégio eleitoral, devendo o número de candidatos suplentes ser, no máximo, igual ao número dos mandatos atribuídos ao respectivo colégio eleitoral, não podendo nunca ser inferior a três. **2.** Em cada lista os candidatos consideram-se ordenados segundo a ordem de precedência indicada na respectiva declaração de candidatura e os mandatos são atribuídos pela referida ordem de precedência.

território nacional é dividido em círculos eleitorais. E, cada círculo elege, pelo menos, dois DN's. E, por fim, o deputado nomeado para o Governo nacional ou para outras funções incompatíveis⁴⁵ com o exercício da função parlamentar deve suspender automaticamente o seu mandato (artigo 165º, CR). Nesse caso, ele será “*substituído pelo candidato não eleito da mesma lista, na respetiva ordem de precedência*”, de acordo com o nº 1 do artigo 6º do Estatuto dos Deputados, 1995. O nº 4 do mesmo artigo explica que “*não haverá substituição, se já não existirem candidatos efetivos não eleitos ou candidatos suplentes na lista a que pertença o deputado a substituir*”.

2.5.2. O aumento da divisão de trabalho no interior do parlamento e a profissionalização dos deputados nacionais

No que diz respeito à estrutura e organização, a AN cabo-verdiana é unicameral e composta por um mínimo de sessenta e seis (66) e um máximo de setenta e dois (72) DN's eleitos, cujo mandato é de cinco anos, igual ao número das sessões legislativas (artigo 2º do estatuto deputado). A AN reúne em duas sessões legislativas anuais e o período normal de funcionamento é de 01 de Outubro a 31 de Julho seguinte. Observação na tabela 3 que os números de sessões foram aumentando com o tempo. Os trabalhos internos da casa parlamentar são organizadas através da mesa da assembleia, da comissão permanente e comissões especializadas (existe a possibilidade da criação de comissões eventuais e comissões de inquérito aos atos do Governo e da Administração Pública) e dos grupos parlamentares (Regimento AN, 2000).

⁴⁵De acordo com o artigo 24º do Estatuto dos Deputados (Lei nº 35/V/95 publicado no Boletim Oficial nº 32 de 25 de Agosto de 1997): **1)** não podem exercer o mandato de deputado, enquanto exercerem os respectivos cargos: **a)** O Presidente da República; **b)** os membros do governo; **c)** Os juizes do Supremo Tribunal de Justiça, os membros do Tribunal de Contas e do Conselho Superior da Magistratura, o Procurador Geral da República e os membros do Conselho Superior do Ministério Público; **d)** Os membros do Conselho da República, exceto o Presidente da Assembleia Nacional ou quem suas vezes faça; **e)** Os membros da Comissão Nacional de Eleições; **f)** Os membros do Conselho para Assuntos Regionais; **g)** Os membros do Conselho da Comunicação Social; **h)** O pessoal do quadro especial; **i)** Os presidentes das câmaras municipais e os vereadores a tempo inteiro; **j)** Os magistrados judiciais e do Ministério Público; **k)** Os militares no ativo ou em efetividade de funções; **l)** Os embaixadores, os cônsules e os funcionários da carreira diplomática; **m)** Os funcionários e agentes dos serviços simples, autónomos ou personalizados e dos institutos públicos do Estado e dos municípios; **n)** Os titulares de cargos dirigentes do Estado e dos municípios e equiparados; **o)** Os membros dos conselhos de administração ou de direção das empresas públicas e das sociedades de capitais públicos ou maioritariamente participadas por capitais públicos; **p)** Os delegados do Governo junto de empresas concessionárias de serviço público; **q)** Os funcionários ou agentes de organizações internacionais ou de estados estrangeiros; **2.** Excetuam-se do disposto nas alíneas m) e n) os docentes, o pessoal técnico de saúde e os investigadores, os quais poderão exercer o mandato de deputado não a tempo inteiro, nas condições que forem regulamentadas.

Tabela 3 - Evolução das sessões legislativas

Legislatura	Nº sessões
1975-1980	10
1981-1985	12
1986-1990	12
1991-1995	19
1996-2000	20

Fonte: Évora (2009)

A mesa da AN é eleita por toda a legislatura e constituída pelo PAN, dois Vice-presidentes e dois a quatro Secretários. Os membros da mesa são eleitos por sufrágio de lista completa e nominativa e, cada um dos dois maiores grupos parlamentares propõe um Vice-Presidente, cada um dos grupos parlamentares com dez ou mais deputados propõe, pelo menos, um secretário^{46, 47}. Relativamente às comissões (grupos de trabalho especializados), elas têm o direito de autonomamente solicitar e obter informações de acordo com a sua área de competência, junto às instâncias estatais, exceto nos casos em que o assunto em questão requer o segredo do Estado ou da justiça.

De acordo com o artigo 147º da Constituição (2010), o parlamento cabo-verdiano possui "uma Comissão Permanente e Comissões Especializadas". A primeira funciona durante o período em que se encontra dissolvida a AN, nos intervalos das sessões legislativas e noutros casos previstos na lei. Ela é presidida pelo PAN, integrando os demais membros da mesa e um deputado indicado por cada um dos partidos com assento parlamentar. A composição das Comissões Especializadas deve corresponder à representação de cada partido no parlamento. Por outro lado, os eleitos DN's são organizados em grupos parlamentares ou bancadas partidárias. Cada grupo parlamentar é

⁴⁶ Nos parece que desde o início da abertura para o sistema pluripartidário, a engenharia constitucional adotada não previa um sistema controlado por vários partidos. Isto porque, se a regra diz que a mesa parlamentar pode ter dois a quatro secretários e, cada grupo com dez ou mais deputados propõe pelo menos dois secretários, não se pensou num sistema onde, por exemplo, cinco partidos políticos conseguiriam eleger no mínimo dez cadeiras. Se isso acontecer, teríamos pelo menos cinco partidos que pudessem propor os secretários, ultrapassando o teto de quatro secretários. Ou, caso isso acontecer, essas regras teriam de ser reformuladas.

⁴⁷ Artigos 140º a 151º da Constituição da República de Cabo Verde (revisão ordinária de 2010).

constituído por um mínimo de cinco deputados⁴⁸ e nenhum DN pode pertencer a mais de um grupo parlamentar.

Desde a I República a AN funcionava através de sessões plenárias e comissões. Nesse período, existiam quatro comissões especializadas permanentes: 1) comissão de assuntos políticos (política interna, externa, administração geral e local) ou comissão de política interna, externa e cooperação, administração geral e poder local com a revisão do regimento da AN em 1982; 2) comissão de assuntos económicos e financeiros ou comissão de economia, plano, finança e orçamento; 3) comissão de educação, assuntos sociais e culturais; e 4) comissão de legislação e redação ou comissão de assuntos constitucionais e jurídicos (regimento da ANP de 1977 e 1982).

A partir de 1991, a estrutura foi se modernizando e definiu-se a criação de uma comissão permanente composta pela mesa parlamentar e por um representante de cada grupo parlamentar e representante de partidos com assento parlamentar. Essa comissão funcionaria nos intervalos das sessões plenárias e caso a assembleia for dissolvida. E, foram aumentadas os números de comissões especializadas⁴⁹. Atualmente existem sete comissões especializadas: 1) assuntos jurídicos, direitos humanos e comunicação social; 2) finanças e orçamento; 3) económica, ambiente e ordenamento do território; 4) relações externas, cooperação e comunidades; 5) reforma do Estado e segurança; 6) saúde e questões sociais; e 7) educação, cultura, juventude e desporto.

Segundo Polbys (2008), no seu estudo sobre o parlamento americano, o aumento da divisão de trabalho no interior da casa parlamentar, através da criação de comissões especializadas, vem seguido da profissionalização parlamentar. E, Garcês (2009) demonstra que a profissionalização da atividade política é fruto do regime democrático atual, definindo os políticos profissionais como *“alguém cuja participação na sede do poder passa pelo recrutamento eleitoral e dedica seu tempo, especialização e remuneração no exercício do seu cargo político”*. Ademais, Weber (1994), já tinha

⁴⁸ Artigo 149º da Constituição da República de Cabo Verde (2ª revisão ordinária de 2010). De realçar que logo após a abertura democrática (no regimento da AN de 1991), exigia-se um total de 3 deputados por partido na formação do grupo parlamentar (nº2 do artigo 20º da lei nº 1/IV/91 referente ao regimento da assembleia nacional). A alteração para cinco DNs aconteceu na alteração do regimento de 1992.

⁴⁹Pela lei atual, compete ao plenário da AN, a fixação do número e das designações das comissões especializadas. Corresponde a relação do voto dos partidos com representação parlamentar (lei nº 37/V/96 sobre o regimento da AN).

aferido que o recrutamento dos políticos no seio dos chamados “*homens comuns*” exigiria uma renda ou um salário, tornando a política uma atividade profissional.

Posto isso, observa-se que no caso de Cabo Verde, o processo segue essa lógica. O aumento da divisão de trabalho no interior da casa parlamentar cabo-verdiana veio seguido do processo do início de profissionalização dos seus componentes. Foram criadas, gradualmente, as condições para que os eleitos parlamentares dedicassem mais tempo ao exercício da sua função política. Foram criadas regalias e condições para que os deputados pudessem optar entre exercer o cargo político a tempo integral ou parcial.

Em 1991 foram atualizados os salários dos membros da mesa⁵⁰ (lei nº 2/IV/91); profissionalizaram os presidentes ou um vice-presidente dos grupos parlamentares⁵¹ (lei nº 36/IV/92); concedeu-se um subsídio diário de 3.000\$00 aos DNs que exercem atividade profissional por conta própria ou de empresas privadas e mistas que suspendem suas atividades econômicas para participar do trabalho parlamentar (lei nº 37/IV/92); atualizou-se a tabela de ajuda de custo para os deputados, no âmbito das suas deslocações dentro e fora do país (lei nº 38/IV/92); em 1993 fixou-se um montante diário de 2.000\$00, referente a senha de presença dos DNs nos trabalhos parlamentares⁵² (lei nº 90/IV/93); e, no mesmo ano, legislou-se sobre o direito dos deputados e grupos parlamentares terem assessores técnicos que auxiliassem seus trabalhos (lei nº 100/IV/1993).

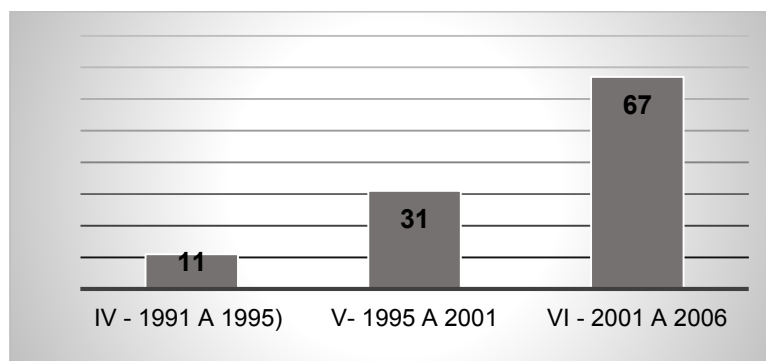
Até então, foram criados subsídios valorizando o exercício do cargo de DN em tempo parcial. A criação das condições legais para o exercício do cargo a tempo inteiro foi a através da Lei n.º 7/V/96, de 5 de Julho - aditado um novo artigo à Lei n.º 36/IV/92 – que determinou a profissionalização de 14 DNs, divididos de forma proporcional entre os partidos com assento parlamentar. No ano seguinte, o novo estatuto dos DNs (lei nº 35/V/97 de 25 de Agosto) legisla sobre as profissões incompatíveis com o cargo de deputado⁵³ (relatório de profissionalização dos DNs da AN). Seria o início da valorização da carreira política parlamentar, como atividade principal da vida desses políticos. E já em 2006, quase o total dos parlamentares exerciam a função de DN a tempo inteiro.

⁵⁰Atualização do vencimento da mesa antes atualizado em 1989: o salário do PAN passou de 50.000\$00 para 60.000\$00; do vice-presidente passou de 44.000\$00 para 51.500\$00; e do secretário passou de 42.000\$00 para 49.100\$00. Não fizemos a conversão desses valores porque não encontramos cambio para estas datas. As conversões com datas de cambio atuais nos levaria a um falso valor, tendo em conta a inflação.

⁵¹Passaram a receber, mensalmente, um salário de 49.000\$00.

⁵²Esse valor não é atribuído aos titulares que exercem função a tempo inteiro.

⁵³Ver a lista das profissões incompatíveis citadas na nota de rodapé, nº 34.

Gráfico 1 - Profissionalização dos DN's

Fonte: elaboração própria.

Na sequência, aprova-se a lei sobre o estatuto dos titulares dos cargos políticos de 1997 (lei nº 28/V/97), regulando o estatuto remuneratório dos titulares de cargos políticos⁵⁴, anexados ao salário mensal do PR. Regulamentou-se um salário mensal bruto de 180.000\$00 (cento e oitenta mil escudos)⁵⁵ para o PR⁵⁶; o salário do PAN passa a ser de 171.000\$00⁵⁷ (cento e setenta e um mil escudos) - correspondente ao 95% do salário do PR); os vice-presidentes da AN e os presidentes dos grupos parlamentares passaram a receber 153.000\$00⁵⁸ (cento e cinquenta e três mil escudos) - referente a 85% do salário do PR); e os deputados que exercem as funções de secretário de mesa, presidente das comissões especializadas ou quaisquer outras funções a tempo inteiro passaram a receber um vencimento mensal de 144.000\$00⁵⁹ (cento e quarenta e quatro mil reais) - equivalente a 80% do salário do PR).

Esse estatuto remuneratório encontra-se em vigor até hoje. No entanto, no dia 25 de março de 2015 foi aprovado no parlamento, por unanimidade, o Projeto de Lei que altera o estatuto dos titulares dos cargos políticos. O projeto aumenta o salário do PR em torno de 64% passando de 180.000\$00⁶⁰ (cento e oitenta mil escudos) para 280.000\$00⁶¹ (duzentos e oitenta mil escudos); aumenta algumas incompatibilidades no exercício das

⁵⁴São titulares de cargos políticos os seguintes: Presidentes da República, Presidente da AN, Primeiro-ministro, vice-primeiros ministros, ministros e secretários de Estado, presidentes das câmara municipais, presidentes das assembleias municipais, vereadores a meio tempo e a tempo inteiro (artigo 2º da lei nº 28/V/97).

⁵⁵ R\$5.472,00 - cinco mil, setecentos e setenta e dois reais.

⁵⁶ Lei nº 29/V/97 de 23 de Junho.

⁵⁷ R\$5.198,40 - cinco mil cento e noventa e oito reais e quarenta centavos.

⁵⁸ R\$4.651,20 - quatro mil seissentos e cinquenta e um reais e vinte centavos.

⁵⁹ R\$ 4.377,60 - quatro mil trezentos e setenta e sete reais e sessenta centavos.

⁶⁰ R\$ 5.472,00 - cinco mil quatrocentos e setenta e dois reais.

⁶¹ R\$ 8.512,00 - oito mil quinhentos e doze reais.

funções políticas e concede mais subsídios aos titulares em exercício e após o exercício das suas funções. A parte referente à atualização salarial provocou uma onda de manifestações no país⁶² nunca antes visto durante o período democrático. O dia 30 de Março ficou marcado pelas manifestações. Essas manifestações foram uma das causas que fez com que o PL ter merecido veto presidencial⁶³ no dia 09 de Abril.

Cabe realçar que o discurso inicial dos parlamentares em torno da atualização do estatuto dos dirigentes políticos, foi a reclamação de mais “dignidade” a esta classe política profissional. Uma “dignidade” que seria garantida sobretudo pelo aumento salarial. O aumento salarial, por sua vez, acabaria atraindo os quadros mais competentes para o campo da atividade política. No entanto, após as manifestações e o veto presidencial, o discurso do Primeiro-Ministro - que desde início esteve envolvido nesse debate sobre a atualização salarial - demonstra um cenário de competição salarial entre os dirigentes políticos e os dirigentes político-administrativos:

“Por outro lado, devo dizer-lhe o seguinte: desde 1997 até agora foram actualizados os vencimentos dos funcionários públicos e hoje há grupos profissionais que ganham mais que o Presidente da república, mais que o Presidente da assembleia, mais que o Primeiro-Ministro e mais que os restantes titulares de cargos políticos. Portanto, há funcionários que ganham muito mais devido à actualização que se fez desde 1997. Mais do que isso, temos que reavaliar todos os planos salariais na administração pública. Há os contratos de gestão, há os gestores de projectos que ganham duas ou três vezes mais que o Presidente da República, há gestores que ganham duas ou três vezes mais que o Presidente da república, há vencimentos nas empresas públicas que são três a quatro vezes superiores ao do Presidente da república. Eu penso que tudo isso deve ser questionado e avaliado. Portanto, são várias questões que se colocam sobre a mesa e nós de uma forma muito serena e muito tranquila devemos avaliar tudo isto e estabelecer

⁶²<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/sociedade/item/44348-estatuto-dos-titulares-de-cargos-politicos-nas-ruas-gritou-se-nao> O aumento salarial levantou essa onda de proposto tendo em conta algumas situações sociais, econômicas e financeiras deficiências que o país vem enfrentando. A taxa do desemprego gira em torno de 16% (dados do Instituto Nacional de Estatística); o país passou por uma crise natural em 2014, com erupção vulcânica na ilha do Fogo, devastando uma parte significativa da ilha e o governo solicitou ajuda externa para resolver esses problemas, alegando falta de condições financeiras; a seca continua assombrando as ilhas através de falta de chuva, causando um mau ano agrícola em 2014. Essas situações levantaram questões em torno do cenário ser oportuno ou não para tal aumento ou atualização salarial da classe política dirigente no país.

⁶³<http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article108927&ak=1> ; <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/politica/item/44373-presidente-da-republica-veta-estatutos-dos-titulares-de-cargos-politicoem-actualizacao>

critérios de rigor e de transparência em relação a todos os planos salariais em Cabo Verde” (Entrevista do Primeiro-Ministro José Maria Neves ao jornal nacional Expresso das Ilhas, 02 de Abril de 2015).

Isto é, reivindica-se a “atualização” do salário dos políticos em prol da atualização dos salários dos gestores e administradores públicos. Vale realçar que esses cargos de gestão foram criados pelo governo e os salários também. Assim sendo, somos guiados a pensar que estamos diante de um conflito distributivo entre os configurados dos campos políticos. Entretanto, as duas bancadas parlamentares (MpD e PAICV) demonstraram que vão deixar esse estatuto em estado de congelamento, pelo menos por algum tempo. Cabe realçar que no próximo ano (2016) teremos novas eleições (legislativas, presidencias e autárquicas) e que esse PL, se tivesse sido promulgado pelo PR, entraria em vigor a partir de então.

2.6. Considerações gerais

De modo geral, o segundo capítulo recapitula o processo de construção de Cabo Verde como um Estado independente e poliárquico, e evidencia suas principais características. Dessa recapitulação, consideramos importante reter algumas considerações em especial. Primeira, a de que a compreensão da formação de Cabo Verde como um Estado independente passa, inicialmente, pelo entendimento do processo de luta pela independência travada em conjunto com a Guiné Bissau. Após a independência conquistada em 1975, o país foi submetido ao regime de partido único, com o PAIGC como a única força política. A forma como a negociação da independência se procedeu (apenas entre o PAIGC e o governo colonial), legitimou o regime de partido único, implementado logo após a independência.

Em segundo lugar, a mudança do regime a partir de 1990 veio seguido de profundas mudanças a nível das instituições e regras de acesso a essas instituições. Deixou de haver apenas uma única eleição, de onde saía os integrantes do parlamento nacional, o Presidente da República e o governo nacional. De forma geral, criou-se novas arenas de competição eleitoral: a arena de eleição presidencial (antes eleito pelo parlamento) e a arena municipal (elegendo os dirigentes municipais de forma separada). Ainda, a nível da AN, aumentou-se a divisão do trabalho no seu interior e criou-se as condições para que o exercício do cargo de DN pudesse ser exercido como uma atividade

profissional remunerada, seguindo a mesma lógica citada pela literatura (Weber:1996 e Garcês: 2010).

Capítulo 3 - A arena da competição legislativa: a escolha do eleitor e a composição parlamentar

A possibilidade dos governados elegerem os seus representantes aparece como um dos princípios básicos dos governos representativos, fazendo com que o principal elemento que o diferencia dos outros tipos de governos seja a legitimação do exercício do poder político pelo povo, através de eleições regulares e periódicas (MANIN, 1995). Nesse ambiente, a seleção dos aspirantes à ocupação de cargos políticos eletivos é considerada como processo fundamental (SAMUELS, 1998) e a eleição se transforma na porta dianteira que dá acesso a esses cargos. Assim, para aqueles que ambicionam fazer carreira no interior da casa parlamentar, a reeleição se transforma no objetivo a ser perseguido (SCHLESINGER, 1966; ROHDE, 1979; SAMUELS, 1998; BORCHET, 2001; BOURDOUKAN, 2001).

Em Cabo Verde, nas eleições legislativas os cidadãos elegem os integrantes partidários que irão ocupar as cadeiras em jogo no parlamento nacional. Decidem, consequentemente, sobre qual partido ou quais partidos (no caso de haver coligação) irão formar o governo nacional, bem como se este será unipartidária ou de coligação. Essas duas instituições compõem a “*elite política governante*” (PARETO, 2001), que cria e implementa políticas públicas que terão impacto na vida desses eleitores. Desde a abertura democrática até a presente data foram realizadas cinco eleições legislativas no país: 1991, 1995, 2001, 2006 e 2011. E, em cada eleição foram eleitos setenta e dois (72) deputados, exceto em 1991 (79). Neste capítulo debruçaremos sobre os resultados da eleição legislativa formal em Cabo Verde. Mas antes, explicaremos um pouco sobre a lógica da eleição no contexto de lista fechada.

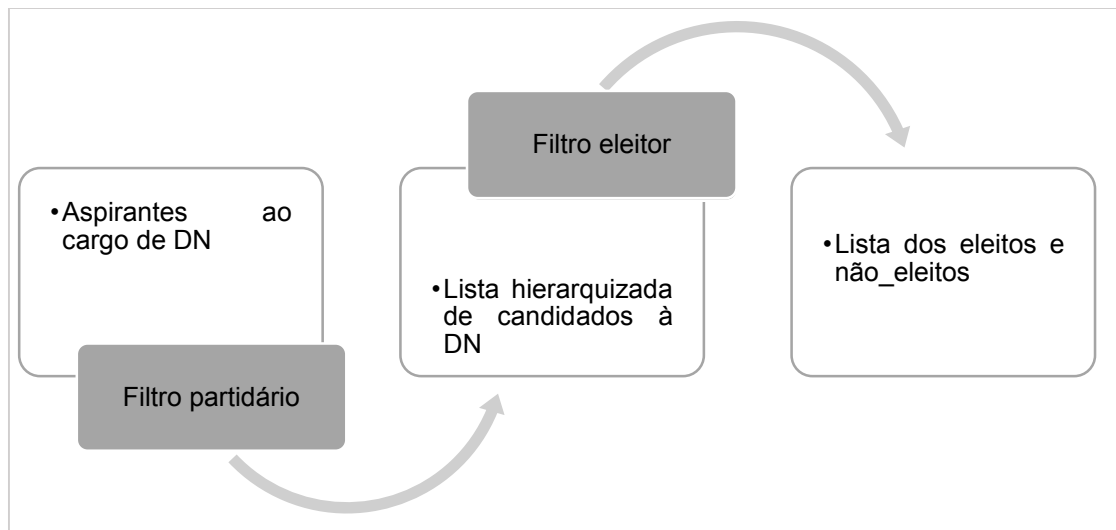
3.1. A lógica da eleição no sistema de lista fechada: adupla seleção dos candidatos

Antes de adentrar sobre os resultados formais das eleições legislativas, realçamos que a escolha dos representantes pelos representados não acontece da mesma forma em todos os tipos de governos representativos. Nos países onde as regras eleitorais definem a eleição dos candidatos em lista aberta, o eleitor pode através do voto preferencial, votar em um partido e definir de entre os diversos candidatos, o seu preferido. Por outro lado,

nos sistemas de lista fechada o eleitor vota no partido, sem a possibilidade de definir seu predileto. A lista é previamente ordenada pelo partido (NICOLAU e SCHMITT, 1995; SANTOS, 2006). No entanto, observa-se que independentemente do tipo de regra eleitoral “o link entre o eleitorado e o processo de ação político é feito justamente pelo partido. Uma candidatura não existe sem que esteja sob o respaldo de um alvará partidário” (MARQUES, 2010, p. 127).

Focalizando no cenário político cabo-verdiano, as regras determinam a apresentação de candidatura em lista fechada dos partidos políticos. Isto faz com que a ascensão de qualquer indivíduo ao parlamento nacional sofra influência direta dos partidos políticos. Assim, a possibilidade de um político-eleitoral ter como um do capítulo da sua carreira política, uma trajetória parlamentar, apresenta-se como resultado direto de duas seleções: primeira, o candidato passa pela *seleção interna dos partidos*, que escolhem os candidatos que vão compor suas listas; e no segundo momento, o candidato passa pela *eleição legislativa direta*, onde os cidadãos cabo-verdianos irão escolher, dentre os candidatos, os que entram na categoria dos eleitos e não eleitos.

Ilustração 4 - Processo de filtragem dos candidatos a DN



Fonte: Elaboração própria

O esquema acima detalha o processo de filtro dos candidatos ao cargo de DN, no contexto onde se usa o sistema de lista fechada e bloqueada como em Cabo Verde. Primeiramente, partimos do pressuposto de que existe uma variedade de indivíduos que aspiram ocupar o cargo de deputado nacional. Esses aspirantes entram no funil partidário em número desconhecido, inicialmente. No funil partidário eles passam por um processo

de seleção, onde os partidos vão escolher e ordenar os integrantes da lista. Nesse contexto, os partidos políticos definem a ordem hierárquica da composição da lista, fazendo com que o filtro dentro do partido seja determinante para que um candidato possa apresentar sua candidatura. Do funil partidário sairão os candidatos efetivos e suplentes, de cada partido, em número correspondente às cadeiras em disputa. Estes vão entrar no filtro eleitoral, de onde sairão os 72 eleitos, do total das listas em competição. Do filtro eleitoral sairão os resultados da eleição e reeleição.

Na primeira eleição, os resultados permitem ver a escalação dos candidatos (pré-selecionados pelos partidos) nas duas categorias possíveis: 1) não eleito e 2) eleito. Na eleição seguinte o candidato não eleito poderá: a) não participar da próxima corrida eleitoral e desistir, mesmo que momentânea; ou b) participar em busca da eleição. Nesse caso ele terá duas saídas novamente: I) não eleger ou II) ou eleger. Por seu lado, o eleito também poderá a) não participar ou b) participar em busca da reeleição. Ele pode não ser reeleito (I) ou ser reeleito (II). Porém, tendo em vista que o sistema só funciona porque a desistência de uns é amparada pela entrada de outros, teremos os 3) novatos: a) os novatos que não se elegem; e b) os novatos que se elegem. Por fim, na análise, não se pode ignorar o fato de que aqueles que se elegerem ou reelegerem podem permanecer no parlamento, mas também podem ascender para governo. Na seção seguinte adentraremos sobre os resultados do filtro eleitoral formal.

3.1. A participação do eleitorado: preferência eleitoral bipolarizada

Nessa subseção debruçamos na compreensão da preferência do eleitorado. Ou seja, tentamos entender como os cidadãos direcionam seus votos e quais as consequências para o sistema. Para começar, trazemos os dados sobre o nível de afluência às urnas. Nota-se na tabela abaixo que a taxa de abstenção dos eleitores no processo de escolha dos DN's gira em torno de 32,7%. Isto é, em cada ano eleitoral, cerca de 67% dos cidadãos caboverdianos com capacidade eleitoral ativa, afirmam seu interesse em participar da escolha da elite política nacional. Os maiores percentuais de abstenção foram registradas nas eleições de 2001 (45,5%) e 2006 (45,8%), onde quase a metade dos inscritos não compareceu ao pleito eleitoral.

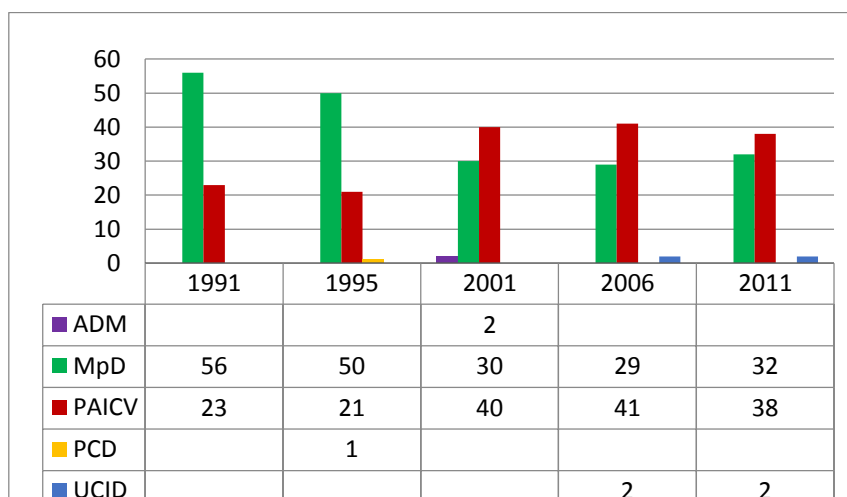
Tabela 4 - Mapa resultado das eleições legislativas

Ano	Inscritos	Votantes	%/dos inscritosvotantes	Válidos	%/Votos válidos	Branco	%/ Votos brancos	Nulo	%/ Voto nulo	Abstenção	%/Abstenção
1991	166818	125564	75,3%	118127	94,1%	673	0,5%	6764	5,4%	41254	24,7%
1995	207648	158901	76,5%	152122	95,7%	1305	0,8%	5474	3,4%	48747	23,5%
2001	260126	141836	54,5%	137085	96,7%	887	0,6%	3864	2,7%	118290	45,5%
2006	322767	174830	54,2%	170163	97,3%	1167	0,7%	3500	2,0%	147937	45,8%
2011	298567	226942	76,0%	223952	98,7%	1248	0,6%	1742	0,8%	71625	24,0%
										Média Abst.	32,7 %

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados oficiais da CNE

Relativamente às preferências eleitorais, cabe lembrar que o sistema de lista fechada existe no país, faz com o eleitor direcione o seu voto para o partido político e não para o candidato individual. No resultado prático das cinco eleições legislativas, os eleitores direcionaram suas preferências para os dois grandes partidos: o MpD e o PAICV. Na primeira eleição pluripartidária o MpD (partido recém-criado) saiu vitorioso, mudando a história política do país. Ocupou o poder de 1991 a 2001 com maiorias duas maioria qualificada, governando sozinho. Essa maioria qualificada lhe deu o poder de fazer várias reformas citadas no capítulo anterior. De 2001 até os dias de hoje, o partido libertador (PAICV) voltou ao poder. Atualmente já esta no seu terceiro mandato consecutivo, ganhando sempre com uma maioria que lhe permitiu formar um governo unitário⁶⁴.

Gráfico 2 - Distribuição dos DN's por partido e ano de eleição



Fonte: Elaboração própria, a partir do mapa dos resultados eleitorais da CNE.⁶⁵

Uma das consequências dessa preferência eleitoral tem sido a configuração de um parlamento nacional bipartidário⁶⁶ - antes realçado por Costa (2003) e Sanches (2010) - que contou sempre com duas bancadas partidárias (uma do MpD e outra do PAICV). Teve apenas duas alternâncias de poder na AN durante os vinte quatro anos (de 1991 até hoje) do regime pluripartidário. Dessa forma, estabelecendo uma comparação com os

⁶⁴ Em Cabo Verde, desde sempre o governo têm sido formado por um único partido. O governo unitário ou unipartidário, segundo Lowell (1896) costuma ser mais estável e eficaz em relação aos governos de coligação. Isso, no sentido em que a coligação exige a conciliação de opiniões diversas, tornando as decisões do governo mais fraca e instável.

⁶⁵ ADM (Aliança Democrática para a Mudança); MpD (Movimento para Democracia); PAICV (Partido Africano para Independência de Cabo Verde); PCD (Partido de Convergência democrática); e UCID (União Cabo-verdiana Independente e Democrata).

⁶⁶ Tendo em conta o sistema bipartidário, os nossos dados empíricos ao longo do trabalho vão focar sobre os dois grandes partidos (MpD e PAICV).

dados relativos à taxa de abstenção apresentada na tabela anterior, nota-se que na eleição de 2001 que resultou na alternância do partido no poder (PAICV voltou ao poder), foi um dos anos em que a taxa de abstenção atingiu seu ponto mais alto (45,5%). O MpD, que estava no poder há dez anos, cedeu lugar ao PAICV. Na eleição seguinte a abstenção continuou na mesma escala percentual e caiu quase pela metade na última eleição.

Tabela 5 - Taxa de volatilidade eleitoral⁶⁷

	1991/1995	1995/2001	2001/2006	2006/2011
SV Maio	20,3%	9,3%	7,3%	0,2%
XT Africa	21,6%	24,3%	20,6%	10,4%
XT Americas	28,2%	25,4%	6,3%	7,1%
BV Boa Vista	15,0%	16,0%	9,4%	1,3%
SV Brava	11,6%	16,3%	6,3%	3,9%
XT Europa +	22,6%	37,7%	18,8%	4,7%
SV Fogo	8,4%	8,9%	3,6%	2,2%
BV Sal	5,3%	19,2%	4,9%	9,5%
SV Santiago Norte	12,2%	33,4%	6,8%	3,8%
SV Santiago Sul	8,7%	33,8%	12,5%	4,5%
BV Santo Antao	11,5%	27,1%	6,4%	5,7%
BV Sao Nicolau	10,5%	16,1%	10,9%	3,3%
BV Sao Vicente	14,1%	38,3%	18,1%	3,9%
Total geral	9,2%	28,4%	8,9%	2,6%

Fonte: elaboração própria

Continuando, a tabela acima espelha informação sobre a forma como os eleitores cabo-verdianos mudam a direção dos seus votos de uma eleição para outra, na escolha desses eleitos. Ou a taxa de volatilidade eleitoral que permite compreender a estabilidade do sistema. Deste modo, verifica-se que os maiores índices de volatilidade são observadas entre a eleição de 1995/2001 (28,4%), quando o MpD perde o poder e o PAICV volta a ascender. Os maiores aumentos podem ser observados nos seguintes círculos eleitorais:

⁶⁷Na tabela, as siglas em frente do nome de cada círculo eleitoral, significa o seguinte: XT - Círculo exterior; BV – ilhas do barlavento (do norte); SV – ilhas do Sotavento (do sul).

XT Europa + (passou de 22,6 para 37,7%); BV Sal (de 5,3 para 19,2%); SV Santiago Norte (12,2 para 33,4%); BV Santo Antônio (11,5 para 27,1%); SV Santiago Sul (8,7 para 33,8%); e BV São Vicente (14,1 para 38,3%). A partir da eleição de 2001 os dados apontam para a queda da volatilidade eleitoral em todos os círculos, em torno de 2,6%, tornando o sistema bastante previsível.

3.1.1. A atuação dos pequenos partidos no cenário bipolarizado

Na seção anterior, explicitamos a preferência bipolarizada do eleitor cabo-verdiano em torno dos dois partidos históricos (PAICV e MpD). No entanto, isso não significa que o cenário eleitoral não tem tido presença de outros partidos políticos. Os pequenos partidos têm participado, mas nunca conseguiram canalizar preferências eleitorais suficientes, que lhes permitissem eleger pelo menos cinco deputados e formar uma bancada parlamentar. A formação da bancada permitiria mais influênciana tomada de decisões, para além de garantir os subsídios estatais que, em princípio, possibilitaria melhor funcionamento desses partidos.

Tabela 6 - Relação de votos e círculos onde os partidos candidatam

Eleição	Partido	Percentagem (%) de votos	Nº DN_eleito	Nº_Circulo onde o partido concorreu	Nº total de circulos no país
1991	MpD	62%	56	25	25
	PAICV	32%	23	25	
1995	MpD	61,29%	50	19	19
	PCD	6,71%	1	19	
	PAICV	29,75%	21	19	
	UCID	1,55%	0	12	
	PSD	0,67%	0	6	
2001	MpD	39,20%	30	19	19
	PAICV	47,80%	40	19	
	ADM	5,90%	2	19	
	PRD	3,30%	0	19	
	PSD	0,40%	0	14	
2006	MpD	44%	29	20	20
	PAICV	52,28%	41	20	
	PRD	0,64%	0	9	
	PSD	0,41%	0	9	
	UCID	2,64%	2	1	
2011	MpD	42%	32	13	13
	PAICV	52,40%	38	13	
	UCID	4,40%	2	10	

PSD	0,20%	0	2
PTS	0,50%	0	5

Fonte: Elaboração própria a partir do mapa de resultado eleitoral da CNE

Observa-se que na primeira eleição (1991) sequer teve a presença de uma terceira força política. Em 1995 teve a presença de um terceiro partido no parlamento, elegendo apenas um de entre os setenta e dois deputados. Nas legislaturas seguintes conseguiram eleger apenas dois deputados, mesmo em 2001 quando os pequenos partidos - PCD (Partido de Convergência Democrática), UCID (União Cabo-verdiana Independente e Democrática) e PTS (Partido do Trabalho e da Solidariedade) - resolveram fazer coligação eleitoral (ADM - Aliança Democrática para a Mudança) na tentativa de conseguir eleger mais de dois deputados.

Ademais, os pequenos partidos não apresentam candidatura em todos os círculos eleitorais e nem apresentam o mesmo número de candidatos suplentes, se comparado com os dominadores do sistema (PAICV e MpD). Eles costumam apresentar tendência à regionalização, não obstante a regra jurídica do partido proibir a criação de partidos com caráter regional. A UCID, por exemplo, candidatou apenas em São Vicente na eleição de 2006 e conseguiu eleger dois DN's. Em 2011, participou em dez dos treze círculos eleitorais, mas teve votos que lhe permitisse eleger apenas dois DN's em São Vicente, novamente. E, o fato desses partidos não conseguirem participar em todos os círculos eleitorais, faz com que o aumento do número de partidos em disputa não venha seguido do aumento de número de candidatos interessados na disputa eleitoral.

Tabela 7 - Partido e candidatos nas eleições legislativas

Ano	Vaga	Nº de partidos	Nº de candidato	*Can_por_vaga	**Cand_por_vaga_part
1991	79	2	356	4,5	2,5
1995	72	5	606	8,4	1,6
2001	72	5	717	9,9	1,9
2006	72	5	471	6,5	1,3
2011	72	5	507	7	1,4

$$\text{*Cand. por vaga e partido} = \frac{C}{V \cdot P}$$

$$\text{**Cand. por vaga} = \frac{C}{V}$$

Onde C = Candidato; V= Vaga; e P = Partido

Fonte: Elaboração própria

Na tabela acima tecemos uma observação sobre o ritmo evolutivo dos partidos e candidatos interessados na gerência da coisa pública. Os resultados indicam que o aumento do número de partidos (de dois em 1991 para cinco nas eleições seguintes) no jogo eleitoral não significou um aumento, no mesmo ritmo, do número de candidatos em disputa. Em 1991, os dados demostram que tínhamos cerca de 2 candidatos por vaga e por partidos. Esse número baixou nas eleições seguintes, não obstante a duplicação do número de partidos e candidato em disputa. Posto isso, na seção seguinte vamos conhecer as características individuais dos eleitos.

3.2. Composição do parlamento: características dos políticos individuais

Nessa seção abordaremos sobre as características dos eleitos DN e a manifestação da vontade em continuar ou não ocupando cadeiras no parlamento nacional. Normalmente, na compreensão das características dos políticos eleitos se analisa variáveis como o sexo, a idade a profissão, entre outras. No entanto, no nosso trabalho não tiremos a possibilidade de abordar sobre todas essas características, tendo em conta que não temos dados suficientes para tal abordagem. As listas de candidaturas publicadas nos jornais, aos quais tivemos acesso, relatam apenas o nome do candidato, a sigla da lista partidária através do qual se candidata; a posição hierárquica que ocupa na lista; e o círculo eleitoral. Analisaremos a variável sexo que é a única que podemos definir pelo nome do candidato.

a) Sexo dos eleitos

A variável sexo permite aferir sobre o quão equilibrado é a representação parlamentar, relativamente à categoria: homens e mulheres. De forma geral, existe um consenso sobre a fraca representação do extrato feminino em relação ao masculino. No trabalho sobre gênero e carreiras políticas, Miguel e Biroli (2010) traçam um mapa de orientação sobre os estudos voltados para essa problemática e distinguem três vertentes que explicam a fraca participação das mulheres na cúpula decisória.

A primeira vertente - representada por Pateman (1989) - tenta encontrar as explicações no caráter patriarcal das instituições políticas liberais. Mais precisamente, na contradição dos direitos liberais, proclamados como igualitários e universais, mas que não eliminam as formas concretas de dominação. Resumindo, essa vertente alega que tais direitos não são suficientes para criar situações de igual posição dos diferentes grupos

sociais, entre os quais, as mulheres. Daí que, para resolver esse problema, será necessário efetuar alterações nos aspetos institucionais e estruturais da democracia.

A segunda vertente tenta demonstrar que o sexo influencia a trajetória política. E, que a ambição política se manifesta de forma diferente entre homens e mulheres, como resultado dos padrões culturais de socialização que evidencia a arena política como sendo um espaço masculino. Essa vertente é representada por autores como Burt-Way e Kelly (1992) e Lawless e Fox (2005). Os primeiros explicam que o gerenciamento de carreira política das mulheres é limitado, principalmente, pelos afazeres domésticos e acrescentam que na arena legislativa:

“Legisladoras estaduais mostram-se divididas entre a dinâmica progressiva da carreira política e os imperativos familiares. Já aquelas que alcançam cargos mais elevados, chegando ao Congresso, tendem a se aproximar do modelo masculino” (MIGUEL e BIROLI, 2010, p. 664).

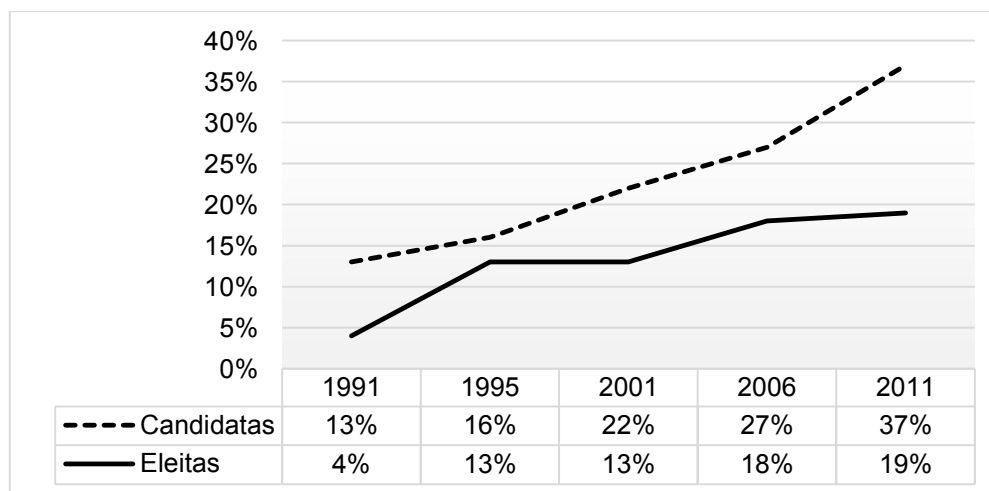
Complementando, Lawless e Fox (*apud* MIGUEL e BIROLI, 2010) argumentam que a principal causa da baixa representação das mulheres na arena decisória são os “*mecanismos de socialização que fazem com que as mulheres não se sintam chamadas a ingressar nas disputas eleitorais*”. Eles assumem que as limitações, citadas anteriormente, apresentam-se como empecilho a uma carreira política de sucesso, mas afirmam que elas não inibem o nascimento da ambição política. Todavia, tais limitações influenciam a manifestação dessa ambição política.

A última vertente trás para o debate o peso da influência de recursos materiais, como tempo livre, dinheiro e rede de contatos, no processo de participação política das mulheres. Alega-se então, que o tempo livre é um dos principais problemas, tendo em vista a dupla jornada da mulher (no espaço público e privado) e o consequente dispêndio de tempo em relação aos homens. E, além dessa desvantagem, as mulheres têm menos rede de contatos políticos que poderão se transformar em recursos financeiros na hora da campanha eleitoral. Esses argumentos refletem o panorama genérico desse problema. Os parágrafos seguintes evidenciam os dados sobre a participação da mulher na arena legislativa cabo-verdiana.

No caso de Cabo Verde não existe lei de cotas, reservando um determinado número ou determinadas posições nas listas para as mulheres. No entanto, as regras do jogo eleitoral garantem incentivos para os partidos cujas listas tiverem um determinado número de mulheres: “2. *Por subvenção eleitoral do Estado serão premiados, nos termos da lei, os partidos políticos ou coligações de partidos políticos em cujas listas, se façam eleger, no*

plano nacional, pelo menos vinte e cinco por cento de candidatos do sexo feminino (artigo 415º, do CE)”.

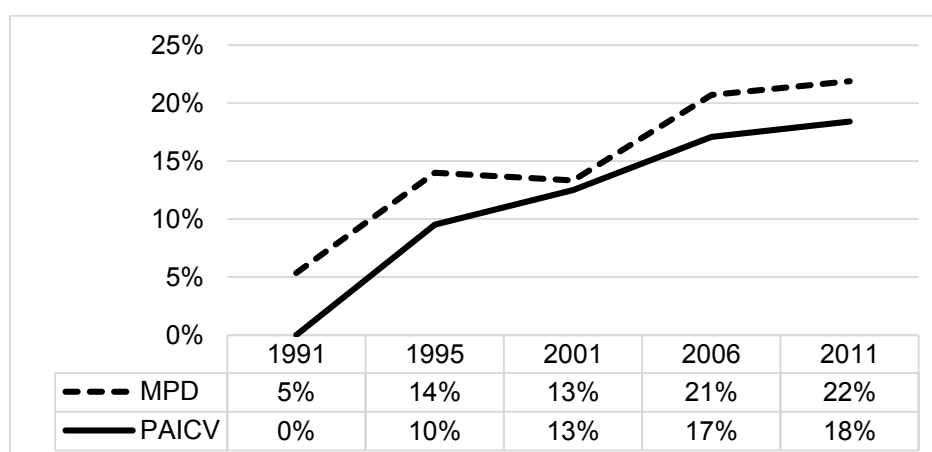
Gráfico 3 - Taxa de mulheres candidatas e eleitas por eleição



Fonte: Elaboração própria.

A partir desses incentivos, os dados do gráfico acima detalham a composição do parlamento nacional, tendo em vista a variável sexo. O gráfico permite fazer uma leitura detalhada dos dados sobre sexo, levando em consideração o ano eleitoral. Os dados desagregados possibilitam verificar que na primeira legislatura apenas 4% dos 79 deputados eleitos eram mulheres. Essa percentagem foi aumentando e ficou em torno de 19% na última eleição. Todavia, observa-se que a percentagem de mulheres candidatas continua muito acima da percentagem de mulheres eleitas.

Gráfico 4 - Percentagem de mulheres eleitas por ano e partido⁶⁸

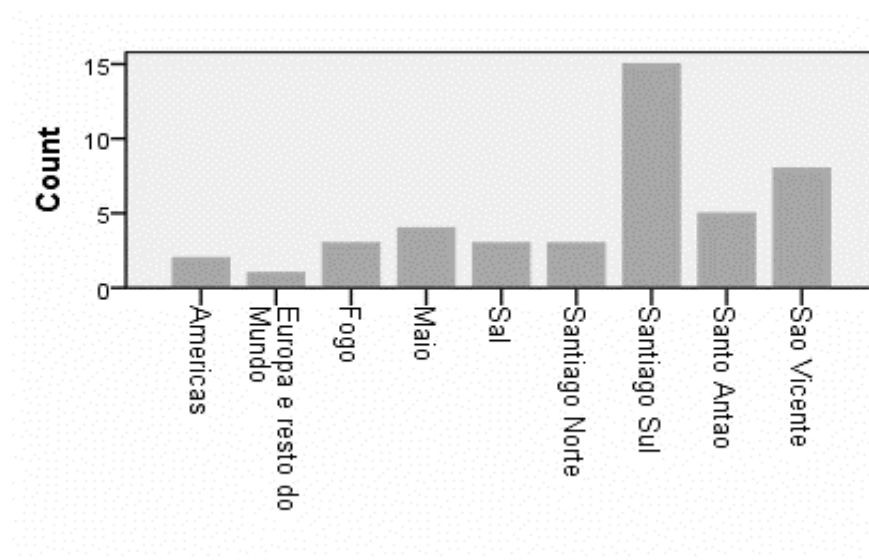


Fonte: Elaboração própria

⁶⁸ Somente os dois grandes partidos conseguiram eleger mulheres. Um resultado obvio, já que as mulheres, na maioria das vezes ocupam posições menos elegíveis nas listas partidárias. Sendo assim, os pequenos partidos que elegem um a dois deputados, acabam elegendo indivíduos de sexo masculino.

Em seguida apresentamos a dinâmica (em percentagem) da eleição das mulheres nos dois partidos. Nota-se, no gráfico acima, um aumento na percentagem de mulheres eleitas em ambos os partidos. O MpD aumentou a percentagem de indivíduos de sexo feminino de 5% em 1991 para 22% na última eleição. No entanto, esse aumento não foi linear. Ela aumenta em 1995 (14%), cai menos um ponto percentual em 2001 (ano em que perde a eleição) e volta a subir nas eleições seguintes. Por seu lado, o PAICV aumenta o percentual de mulheres eleitas de zero em 1991 para 18% em 2011. A percentagem aumenta mais a partir de 2001 quando o partido elege maior número de DN's e ascende ao poder.

Gráfico 5 - Mulheres eleitas por círculo eleitoral



Fonte: Elaboração própria

E, desagregamos os dados, ainda mais, demonstrando os círculos eleitorais onde as mulheres são eleitas. Percebe-se então, que elas têm maior probabilidade de serem eleitas nos maiores círculos, como Santiago Sul e São Vicente. A explicação de elas serem eleitas nos círculos de maiores dimensões pode ser encontrada no fato desses círculos terem maior número de cadeiras em jogo, aumentando a chance eleitoral de elegerem, já que normalmente encontram-se colocadas nas posições inferiores da lista, se comparadas com os homens.

Se olharmos para as cinco primeiras posições na lista, por exemplo, percebe-se um movimento ascendente da escalação da mulher nessas posições, de 1991 a 2011. Porém, essa ascensão ainda não atingiu uma situação equânime em relação aos homens que ainda comandam as primeiras posições. Percebe-se então, que a nível dos políticos

individuais o parlamento nacional cabo-verdiano é composto, na sua maioria, por indivíduos de sexo masculino. Até o momento, os dados evidenciam um cenário de sub-representação das mulheres na arena parlamentar, tal como acontece noutros países poliárquicos⁶⁹. Esse panorama pode ser evidenciado na tabela seguinte.

Tabela 8 - Média mundial de mulheres no parlamento

País agrupados em regiões	Câmara única ou baixa	Câmara alta ou senado	Ambas as câmaras combinadas
Países nórdicos	41,5%	—	—
Américas	26,5%	25,50%	26,40%
Europa (países nórdicos incluídos)	25,2%	24,40%	25%
Europa (países nórdicos não incluídos)	23,6%	24,40%	23,80%
África Subsahariana	22,4%	20,30%	22,20%
Ásia	19,0%	14,20%	18,50%
Estados árabes	18,1%	7,30%	16,10%
Média mundial	22,3%	20,50%	22%

Fonte: Dados da IPU (*Inter-Parliamentary Union*) de 2015

Essa situação desigual entre homens e mulheres na ocupação dos cargos de poder em Cabo Verde é justificada, segundo Monteiro (2009), pela dominação masculina na esfera social e simbólica existente no país. Essa dominação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

“Indisponibilidade de tempo das mulheres para investirem nesses campos, devido às responsabilidades familiares acrescidas que sobre elas impedem; pela dominância de representações sociais sobre o mundo masculino e feminino, inscritas nas consciências e disposições dos homens e, também, das próprias mulheres, que as tendem a afastar de certas áreas ou posições sociais” (MONTEIRO, 2009, p. 45).

A participação política das mulheres nos cargos de poder sempre foi desigual em relação aos homens, principalmente nos cargos de decisão política (a nível nacional e municipal). E essa desigualdade de participação é um dos fatores que afeta a qualidade da nossa democracia segundo Évora (2011).

Évora e Ramos (2014) acrescentam que, não obstante a posição do país em relação à paridade de nível das mulheres nos ministérios, elas continuam com fraca representação

⁶⁹Ver em anexo a comparação da percentagem de mulheres no parlamento entre Cabo Verde e os outros países africanos de língua portuguesa.

no legislativo e no poder local onde os cargos são conquistados através de eleições diretas. Essa fraca representação é explicada por variáveis culturais (herança da cultural patriarcal), bem como pelas variáveis socioeconómico e institucionais (sistema proporcional de lista fechada).

Nesse quesito, Costa (2011) afirma que essa paridade a nível governamental não passa de um:

“... argumento sociologicamente enganador (Costa, 2010, p. 23) – com diminuta significância estatística e não representativa da realidade sociopolítica nacional... Paradoxalmente, mesmo nos cargos de topo da hierarquia diplomática que resultam, à semelhança do recrutamento ministerial de um processo de nomeação, verificamos uma notável sub-representação política das mulheres. A exceção confirma a regra” (COSTA, 2011, p. 80).

Ele demonstra a existência de uma relação proporcional direta entre sub-representação das mulheres na esfera política eleitoral, na cúpula administrativa e governamental e o andamento de uma agenda de políticas públicas capazes de *articular, estimular e representar os interesses das mulheres e o seu imaginário emancipatório* (p. 87). Resumindo, ele compartilha o argumento das autoras citadas, anteriormente, de que a fraca representação política das mulheres é fruto do condicionamento cultural (os valores patriarcais dominantes e as lógicas falocráticas) e institucional (inexistência de incentivos à ocupação de cargos políticos).

E, para enriquecer o argumento dele, trazemos os dados da IPU (*Inter-Parliamentary Union*) da média mundial referente à representação de mulheres no governo e no parlamento. Cabo Verde aparece na segunda posição, dos cento e setenta e sete países analisados, dos países com maior representação de mulheres no governo. Dos dezassete ministérios (17), nove (9) são chefiados por mulheres, representando um total de 52,9%. E estas não ocupam apenas as pastas sociais, mas financeiras e de administração interna do país.⁷⁰ Apenas Finlândia aparece na frente deste país, com uma pontuação de 62,5%. Entretanto, a nível da representar parlamentar, o país se encontra na 64ª posição.

Finda essa observação sobre a composição do parlamento nacional, a etapa seguinte seria compreender o comportamento dos eleitos no sentido de reeleição ou saída

⁷⁰Ministérios chefiados por mulheres: 1) Ministério das comunidades; 2) do desenvolvimento rural; 3) da educação e desporto; 4) do turismo, investimento e desenvolvimento empresarial; 5) da juventude, emprego e desenvolvimento dos recursos humanos; 6) da infra-estruturas e economia marítima; 7) da administração interna; 8) das finanças e planeamento; e 9) da saúde.

desta casa. Porém, tendo em conta o sistema de lista fechada no país, acreditamos que esse resultado é fruto do processo anterior de elaboração de lista. Por isso, propomos esmiuçar esse processo no capítulo e entender a forma como influencia a entrada e continuidade dos parlamentares.

3.3. Considerações gerais

Sintetizando as ideias analisadas nesse capítulo, podemos verificar que a competição na arena legislativa cabo-verdiana tem criado um cenário político bipolarizado, com o poder girando em torno de dois grandes partidos PAICV (partido libertador) e MpD (partido democratizador, cujos vários membros fundadores fizeram parte do governo de partido único). A institucionalização do bipartidarismo é confirmada através da baixa taxa de volatilidade eleitoral, principalmente a partir de 2001, que tem tornado o sistema bastante estável e previsível. No que diz respeito à composição do parlamento, temos um parlamento composto, na sua maioria qualificada, por pessoas de sexo masculino.

Esses são os resultados práticos do processo da eleição geral. No entanto, quando se quer compreender a construção de carreira parlamentar, a análise não pode centrar e terminar no conhecimento da direção dos votos dos eleitores e da composição da casa parlamentar ou do perfil dos eleitos. E no sistema de lista fechada, particularmente, exige-se a compreensão de toda a dinâmica anterior (elaboração da lista dos candidatos) e posterior (interesse dos eleitos em permanecerem ou não na casa parlamentar), a composição do parlamento. No próximo capítulo debruçaremos sobre esses processos.

Capítulo 4 - O peso das lideranças na construção de lista e sua influência na ambição parlamentar dos eleitos

Os estudos sobre partidos, sistemas eleitorais e carreiras políticas indicam que nos sistemas de lista fechada os candidatos são politicamente relevantes, enquanto sujeitos ligados aos partidos políticos. Isso, na medida em que o eleitor vota no partido e não no candidato individual (NICOLAU e SCHMITT, 1995; SANTOS, 2006). Por outras palavras, podemos dizer que a concretização de uma candidatura para a arena parlamentar não acontece sem que o candidato esteja ligado ao partido político e, consequentemente, *“uma carreira política não irá depender da ambição irrestrita de um sujeito, mas da forma como se relaciona e influencia no partido que abriga suas pretensões”* (MARQUES, 2010, p. 127).

Ciente deste fato e da realidade eleitoral legislativa cabo-verdiana, acreditamos que a entrada e a permanência de um político no parlamento nacional não depende apenas da sua ambição, mas depende do interesse do partido em colocá-lo e recolocá-lo na sua lista. Assim, a construção e a reconstrução de listas partidárias são fatores que devem ser observados para melhor entender a dinâmica da composição parlamentar. Realçamos que no nosso trabalho não procuramos tratar de todas as dimensões de carreira política dos ocupantes do cargo de deputado nacional⁷¹. Intentamos sim, adentrar sobre a dimensão de estudo de carreira que tenta compreender a forma como os candidatos ascendem ao parlamento e o tempo de sua permanência na arena legislativa. Questionamos assim, sobre: como se constrói carreira política parlamentar, num quadro em que as manobras da cúpula partidária são decisivas para a definição de posições elegíveis nas listas?

Para começar, Costa (2003) presume que o sistema eleitoral de lista fechada, existente no país, faz com que os partidos tenham o poder de controlar o perfil daqueles que ascendem ao cargo de deputado nacional, privilegiando setores particulares que irão ocupar as primeiras posições nas listas. Nesse sentido, a pressuposição de Costa (2003)

⁷¹De salientar que gostaríamos de fazer uma análise mais aprofundada. No entanto não temos recursos suficientes para tal. O mestrado é curto e exige uma abordagem mais sintetizada e a pesquisa empírica em Cabo Verde exige tempo e dinheiro. Exige um trabalho árduo que garante a obtenção de dados desorganizados e em estruturas com péssima qualidade de arquivos.

se transforma em uma das hipóteses a ser testada no nosso trabalho, ao acreditarmos que no caso cabo-verdiano existe uma grande probabilidade da verdadeira eleição para a escolha dos DN's não ocorrer no dia da eleição legislativa formal, mas ocorre anteriormente, no seio do partido. Posto isso, primeiramente vamos tentar compreender o processo da elaboração da lista (filtro partidário) e a sua influência no processo de eleição e reeleição dos aspirantes ao cargo de DN; e por último, debruçamos sobre os padrões de carreira parlamentar.

4.1. As regras estatutárias sobre a elaboração de listas pelos partidos políticos

Neste tipo de estudo, a percepção do processo da elaboração de lista de candidatos à eleição parlamentar, nada mais é do que a compreensão da seleção de candidatos na arena intrapartidária ou do filtro partidário, como referido no final do capítulo anterior. O entendimento sobre esse procedimento seletivo passa primeiramente pela observação da hierarquia organizacional interna dos partidos políticos. E a estrutura do poder interno dos partidos políticos é manifestada legalmente pelos estatutos destes, mas também pode ser observada a partir da prática de *ação e trâmites internos pelos seus principais expoentes* (MARQUES, 2010, p. 126).

4.1.1. As estruturas dos partidos e as regras formais da elaboração das listas de candidatos

Tendo em conta o sistema bipartidário existente em Cabo Verde, daremos atenção ao processo de elaboração de lista nos dois grandes partidos (MpD e PAICV). Para começar, a Lei Jurídica dos Partidos Políticos determina que a escolha dos órgãos da cúpula partidária seja feita por via democrática e exige que seja explicitado nos estatutos dos partidos os procedimentos e os órgãos responsáveis pela escolha dos candidatos às eleições externas aos partidos (assembleia nacional e demais órgãos eletivos). Todavia ela não exige que a escolha dos candidatos às eleições externas aos partidos - como a escolha dos candidatos a deputado nacional, por exemplo - seja feita de acordo com os moldes democráticos.

Antes de aferir sobre os estatutos de cada partido, lançaremos um olhar sobre as estruturas organizacionais destes partidos. Destacamos que ambos os partidos são

organizações fortes, organizados a nível nacional e com fortes bases a nível regional e local. O MpD tem como base territorial nacional os concelhos e, no estrangeiro, sua base territorial são os PERCS (país estrangeiro de residência de comunidade cabo-verdiana significativa). O partido se organiza a nível nacional a partir dos seguintes órgãos: a Convenção Nacional (CN); a Direção Nacional (DN); o Conselho de Jurisdição (CJ); a Comissão Política Nacional (CPN); o Presidente do MpD; e o Grupo Parlamentar do MpD. E, a nível de base tem os seguintes órgãos: Comissão Política Concelhia (CPC); Assembleia Política Concelhia (APC); Grupo de deputados municipais (GDM); e estruturas locais do partido nos bairros, zonas e localidades.

Por seu lado, o PAICV tem como órgãos nacionais: o Congresso; o Conselho Nacional (CN); o Presidente do PAICV; a Comissão Política Nacional (CPN); a Comissão Permanente (CP); o Secretariado Geral (SG); e a Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização (CNJF). A nível de base, o partido se organiza através de: órgãos regionais (a nível da ilha) através de Assembleia Regional (AR), Comissão Política Regional (CPR), Presidente da Comissão Política Regional (PCPR), Secretariado Regional (SR) e Comissão Regional de Jurisdição e Fiscalização (CRJF); estruturas sectoriais (concelhos) através do Sector (Conferência do sector, conselho do sector, Primeiro secretário do sector, secretariado permanente) e Grupo de base (assembleia de grupo, secretário coordenador e direção do grupo).

Relativamente às regras estatutárias para a elaboração de lista dos candidatos às eleições legislativas, temos a seguinte situação: no caso do MpD, o estatuto diz que compete ao Presidente do MpD “propor aos órgãos nacionais competentes listas eleitorais e candidaturas individuais para órgãos do Estado que compitam ao partido” (alínea f do artigo 33º do Estatuto do MpD, 2013). Feito a proposta, a lista dos candidatos às eleições legislativas será elaborada pela CPN (Comissão Política Nacional)⁷² que irá submeter à aprovação da Direção Nacional⁷³. No entanto, o artigo 90º (regulamento de escolha de candidatos a eleições externas) explica que: “1) *O modo de escolha dos candidatos do MpD a deputados da Nação, a presidentes de câmara municipal e a deputados*

⁷²Alínea f) do artigo 28º do estatuto do MpD.

⁷³Que segundo a alínea c) do artigo 24º tem a competência de aprovar as propostas de apoio a candidato a PR e de designação de candidatos a PM e a Presidente da AN, bem como as listas de candidatos à DNs.

municipais será determinado por regulamento aprovado pela Direção Nacional, sob proposta da Comissão Política Nacional”.⁷⁴

Comparativamente, no PAICV a Comissão Política é o órgão que apresenta as propostas de apoio a candidaturas para Presidente da República e designação para o cargo de Primeiro-Ministro. É o órgão que também designa os membros para os restantes cargos políticos nacionais (alíneas e e f do Estatuto do PAICV, 2010), dentre os quais os membros ao cargo de DN. A designação é feita a partir da proposta da Comissão Política Regional, que por sua vez recebe a proposta - quando couber – do Conselho de Sector. A escolha passa ainda pela Assembleia Regional (que é o órgão de representação regional do partido), que também pode dar parecer sobre as candidaturas à AN (artigo 66º do Estatuto do PAICV).

Resumindo as regras estatutárias, parece que em ambos os partidos o processo de elaboração de listas de candidatura se configura como um processo conciliatório entre os vários órgãos dirigentes desses partidos. Entretanto, acreditando que nem todos os dirigentes (englobando os dirigentes locais e nacionais) têm a mesma força de decisão, propomos, na subseção seguinte, adentrar sobre a prática da elaboração de lista. Isso possibilita entender quem decide, na prática, sobre quem irá entrar na lista e representar o partido e os cidadãos no parlamento nacional.

4.1.2. A prática da elaboração das listas partidárias: quem é ou quem são o(s) verdadeiro(s) decisor(es) partidário(s)?

A subseção anterior evidencia o panorama da elaboração de listas partidárias, a partir das regras estatutárias. Mas, partilhamos da ideia de Marques (2010) de que as estruturas do poder de partido não podem ser observadas apenas pelas regras formais, mas também pela prática de ação dos seus principais representantes. Dessa forma, tentamos compreender como se dá o processo, na prática, de seleção dos candidatos que irão compor as listas dos partidos. Para isso, elaboramos um pequeno questionário com caráter semiaberto onde questionamos os presidentes⁷⁵ e ex-presidentes dos dois partidos

⁷⁴Faz parte de novos regulamentos ainda a serem elaborados e implementados.

⁷⁵Questionamos os Presidentes. Porém, somos consciente de que o entendimento da prática de elaboração das listas de candidatura não passa exclusivamente, pelo ponto de vista dos Presidentes. Realçamos que não pretendemos fazer afirmações acabadas, mas trazer pistas sobre esse assunto que poderão ser melhor aprofundadas em pesquisas futuras. No momento não tínhamos tempo suficiente e nem condições de fazer isso, já que estamos no Brasil e os escolhidos são em números maiores.

políticos sobre o processo de elaboração das listas. Para começar, aferimos sobre o papel destes em cada uma dessas organizações partidárias, como forma de entender sua opinião sobre este processo seletivo.

No caso do MpD, o Presidente é o órgão nacional que representa o partido e que mantém a relação política do MpD com os órgãos políticos do Estado e do poder político, bem como com os demais partidos políticos (alínea a do artigo 33º do Estatuto do MpD, 2013). Ele tem o poder de propor aos “*órgãos nacionais competentes listas eleitorais e candidaturas individuais para órgãos do Estado que compitam ao partido*” (alínea f do artigo 33º do Estatuto do MpD, 2013). Desde 2006, o Presidente do MpD é eleito pelos militantes do partido, por via direta. Antes disso, ele era eleito pela Convenção Nacional através dos delegados. Por seu lado, o Presidente do PAICV é considerado a “*mais alta instância singular de representação do partido*” (nº 1 do artigo 51º do Estatuto PAICV, 2010). Ele, assim como o Presidente do MpD, é o representante do PAICV junto das instâncias estatais e outros partidos políticos. Atualmente os Presidentes do PAICV são eleitos de forma direta também pelos militantes do partido.

De modo geral, o Presidente do partido é um cargo muito relevante e possibilita muito *status* e poder no cenário político cabo-verdiano. Normalmente este costuma ser o cabeça-de-lista do partido no principal círculo eleitoral (Praia/Santiago Sul) nas eleições legislativas. Caso seu partido vencer as eleições, ele se transforma no Primeiro-Ministro do país (chefe do governo). Até a última eleição essa prática se manteve⁷⁶. E, geralmente, logo que o candidato for eleito como Presidente do partido, ele se prepara para assumir o cargo de PM antes de qualquer coisa. Podemos evidenciar isso, em algumas declarações dos eleitos presidentes partidários:

- 1- “Agora é preciso preparar um candidato a Primeiro-Ministro e tendo sido eu o escolhido do partido para ser esse candidato, o mais natural é que a minha postura seja direcionada neste sentido” (Declaração de Agostinho Lopes, ex-presidente do MpD, logo após a sua reeleição para o cargo de Presidente na VII Convenção do partido, 2003).

⁷⁶No último congresso do PAICV, o atual PM José Maria Neves deixou de ser Presidente do PAICV. Mas ele já está no seu terceiro mandato e afirmou que não tem intenção de se recandidatar para o cargo de PM na próxima legislativa, em 2016. Entretanto a atual Ministra da Juventude Janira Hopffer Almada que foi eleita Presidente do Partido já demonstrou que está trabalhando no sentido de ocupar o cargo de PM em 2016.

Entende-se que em ambos os discursos, a preocupação maior dos eleitos presidentes partidários é vencer as eleições legislativas e governar o país. De forma geral, os Presidentes destes partidos conseguem influenciar a tomada de decisão a nível partidário e dos órgãos do poder estatal. Essa grande importância do presidente partidário no cenário político nacional, faz com que o momento de escolha do líder do partido e da cúpula partidária, em se, seja momento de tensão e severa concorrência entre os líderes partidários.

No caso do MpD particularmente, isso tem sido demonstrado com mais intensidade. Na II Convenção (Janeiro de 1993) do partido, teve-se uma crise interna e no momento da escolha da cúpula foram apresentadas duas listas para a direção nacional do partido; e na III Convenção (extraordinária, Fevereiro de 1994) tiveram dois candidatos à presidência do partido. Um deles acabou desistindo nas vésperas da eleição. Mas isso levou à cisão do partido e à criação de um novo partido: Partido de Convergência Democrática (PCD).⁷⁷

De forma menos transparente e conflituoso, o cenário de escolha da cúpula partidária no PAICV também tem sido de alguma tensão. O episódio mais tenso foi verificado na última eleição para o presidente do partido e, seguidamente, da cúpula partidária. A competição interna contou com três candidatos (três alas).⁷⁸ Para os órgãos nacionais do partido também foram apresentadas três listas diferentes. A primeira candidata, Janira Hopffer Almada, acabou vencendo a eleição, fazendo história como a única mulher a ser eleita presidente de um partido em Cabo Verde, por via da eleição direta. Na sequência da eleição, a candidata derrotada Cristina Fontes, titular da pasta do Ministério da Saúde, pôs o cargo à disposição do PM.⁷⁹

Analogamente ao número de presidentes que cada partido teve até hoje, temos a seguinte estatística: de 1991 até hoje o MpD teve seis Presidentes: 1) Carlos Veiga, com dois mandatos (1991-2000 e 2009-2013); 2) Gualberto do Rosário (2000-2001); 3) Filomena Delgado (2001-02, interinamente); 4) Agostinho Lopes (2002-06); 5) Jorge Santos (2007-09); e 6) Ulisses Correia e Silva (2013 até agora). E, ao longo da sua existência, o PAICV teve cinco presidentes: 1) Aristides Pereira (1981 a 1990)⁸⁰; 2) Pedro

⁷⁷Ver jornal Horizonte, de sábado 08 de Dezembro de 2001.

⁷⁸Janira Hopffer Almada (Ministra da Juventude, emprego e desenvolvimento dos recursos humanos); Felisberto Vieira (Líder parlamentar do PAICV); e Cristina Fontes (Ministra da saúde).

⁷⁹<http://www.asemana.publ.cv/spip.php/IMG/spip.php?article105782&ak=1>

⁸⁰Ele já morreu.

Pires (1990-1993 e 1997-2000); 3) Aristides Lima (1993-1997, na altura a denominação era de Secretário Geral); 4) José Maria Neves (2000 a 2014); e 5) Janira Almada (a partir de Dezembro 2014).

Estreitando sobre a prática do processo de seleção dos candidatos, realçamos que não conseguimos obter a resposta de todos os presidentes, mas as informações permitem lançar algumas pistas. No caso do MpD, dos seis presidentes, conseguimos obter respostas de quatro. Nesse caso o número das respostas é representativo e permite afirmar a prática da seleção dos candidatos a DN, do ponto de vista dos presidentes. Já no caso do PAICV, dos quatros presidentes (são cinco no total, mas Aristides Pereira já faleceu), conseguimos apenas uma colaboração⁸¹. Nesse sentido, lançaremos pistas para pesquisas futuras. A nível do MpD, analisamos os pontos semelhantes obtidos nas respostas dos quatros presidentes que colaboraram. E a nível do PAICV, citaremos a única resposta. Não citaremos o nome dos presidentes que colaboraram, mas usaremos códigos numéricos.

Prosseguindo, no caso MpD, quando questionamos sobre o processo passo-a-passo da escolha dos candidatos tivemos respostas semelhantes evidenciando em princípio, que – do ponto de vista dos presidentes do partido - a escolha dos candidatos que irão compor a lista concorrente nas eleições legislativas, é uma decisão conjunta entre os órgãos locais e os órgãos nacionais do partido (Comissão Política Nacional e Presidente). Essa resposta corresponde ao pré-determinado no Estatuto do partido.

Entretanto, quando questionamos sobre quem é ou quem são os verdadeiros seletores, fica evidente que o peso da decisão não é equânime para todos os órgãos citados na resposta anterior. As informações demonstram que a voz do Presidente do partido soa mais forte. Ele seria o verdadeiro seletor! Vejamos algumas respostas:

1.“A responsabilidade é partilhada por diversos órgãos do Partido (Presidente, Comissões Políticas Concelhias, Comissão Política Nacional e Direção Nacional), embora caiba ao Presidente protagonismo e dever especial e politicamente decisivo. Ele faz as primeiras escolhas e acaba por ficar com a decisão final” (Presidente 020).

2.“O Presidente do Partido, os dirigentes mais próximos destes e, por vezes, alguns dirigentes concelhios” (Presidente 030).

⁸¹Teve um presidente que respondeu a nossa mensagem dizendo que não iria colaborar. Não tivemos justificativa.

3.”O Presidente do Partido, pelas responsabilidades estatutárias e pela capacidade de influência das decisões” (Presidente 040).

As declarações evidenciam claramente o peso que o presidente do partido tem no processo seletivo dos que irão compor a casa parlamentar. Analisando o processo no PAICV, começamos por lembrar que aqui daremos apenas pistas, sendo que não conseguimos respostas suficientes que nos permitem fazer afirmações gerais e significativamente rigorosas. Faremos uma análise com considerações aproximativas e não exaustivas. Assim, das informações obtidas, os dados sugerem que no seio do PAICV a seleção dos candidatos à eleição legislativa não diferencia muito do MpD. Aqui também a decisão passa pelos órgãos nacionais e locais do partido e a determinação do presidente parece ser mais relevantes dentre esses órgãos. Questionado sobre o processo passo-a-passo, o Presidente 050 afirma que a seleção se dá da seguinte forma: *“Proposta do setor da região; decisão da Comissão Política Nacional sob a proposta do Presidente do partido que ouve os seus colaboradores e pessoas de relevo na vida do partido”*.

Prosseguindo, questionamos sobre os critérios que os partidos levam em consideração no processo de escolha dos seus candidatos. Nesse quesito, as respostas evidenciam que os critérios não são uniformes. Entretanto, a nível do MpD, as respostas de forma geral realçam: a notoriedade ou o reconhecimento social como requisito indispensável. A capacidade de trabalho e a capacidade de atrair votos para lista também aparecem com alguma força. De forma semelhante, no PAICV as pistas apontam que a aceitação popular e a competência pessoal sejam requisitos básicos para escalar um candidato na lista.

E, sem esquecer que no processo de escalação dos candidatos nesse sistema de lista fechada, os seletores sede brucham primeiramente na escolha dos candidatos que irão ocupar a “cabeça-de-lista”. Questionamos sobre as características que diferenciam esses candidatos dos demais integrantes da lista. De aferir que em cada círculo eleitoral se escolhe um “cabeça-de-lista”. Estes são os candidatos que irão liderar a lista do partido em cada círculo eleitoral. No caso do MpD, eles se destacam: primeiramente, pela liderança; pela capacidade de atrair votos à lista partidária; e devem ser pessoas conhecidas nos círculos eleitorais pelos quais se candidatam. No PAICV, a resposta indica que provavelmente os “cabeças-de-listas” devem ser figuras de prestígio nos círculos eleitorais nos quais se candidatam; e, normalmente, são indivíduos que ocupam posições de destaques na direção da estrutura partidária. Posto isso, na subseção seguinte analisaremos o impacto da escolha partidária no sucesso eleitoral dos candidatos.

Feitas essas observações sobre as regras e as práticas da elaboração de lista e levando em consideração as diversas regras de escolha dos DN's salientados ao longo do trabalho, tentaremos entender, nas subseções seguintes, a consequência dessas regras e do filtro partidário na dinâmica do sucesso ou insucesso eleitoral dos aspirantes ao parlamento.

4.2. Criando tipologia de candidatos/políticos a partir das regras eleitorais e do filtro partidário

Quando se pensa na dinâmica política de um país, deve-se levar em consideração as instituições formais adotadas para auxiliar o funcionamento do sistema. Essas instituições, geralmente, são capazes de gerar incentivos que fazem com que os atores envolvidos na vida política tenham comportamentos diversos. As regras podem “*oferecer regularidade, estabilidade e previsibilidade*”, segundo Costa (2003). Este autor explica que o sistema eleitoral, particularmente, enquanto mecanismo de transformação de votos nos partidos em cadeiras parlamentares, acaba exercendo impacto mecânico⁸² sobre o sistema político partidário e comportamento do eleitor. E em Cabo Verde ele tem configurado um sistema partidário bipolarizado, como demonstrado anteriormente.

Ademais, as regras eleitorais determinam a eleição dos candidatos em lista fechada de partidos e a transformação de votos em cadeiras através do método proporcional D'Hondt. Essas regras são combinadas com círculos eleitorais de pequenas magnitudes. A maioria dos círculos eleitorais em Cabo Verde são círculos de pequenas magnitudes e sofreram reformas ao longo do tempo⁸³. Nesse contexto, Costa (idem) realça que essa combinação tem levantado sérios questionamentos sobre a representatividade do sistema. Assegura que esse sistema, na prática, tem funcionado com muitas deformações, o que tem causado barreiras na maioria dos círculos.

⁸²Do efeito mecânico de Duverger (1954).

⁸³ Em 1991, dos 25 círculos eleitorais mais da metade (15) elegia apenas dois DN's. Em 1995, existia 19 círculos e deste 11 elegia dois DN's. Nas eleições de 2001 e 2006 havia 20 círculos eleitorais, onde 13 elegiam apenas dois DN's. Em 2011 foram diminuído o número de círculos para 13 e sete elegiam apenas dois. Veja em anexo, o mapa de denominação dos círculos, por ano e número de DN's a serem eleitos por partido.

O questionamento sobre a representatividade do sistema foi realçado ainda mais após as legislativas de 2006, quando criados mais cinco concelhos no país⁸⁴. E, isso foi uma das causas que levaram à alteração do código eleitoral em 2007, configurando o sistema em círculo/ilha. Numa análise no jornal *Asemana* sobre esse assunto, o analista António Ludgero Correia afirma que:

“Se os círculos eleitorais continuarem a coincidir com os concelhos, nas legislativas de 2011 passaríamos a ter vinte e cinco (25) círculos eleitorais, dos quais, previsivelmente, vinte (20) de 02 mandatos. Quer isso dizer que, enquanto em 2006, 26 dos 72 deputados da Nação (pouco mais de 1/3) foram eleitos por 13 círculos eleitorais de 02 mandatos em 2011 esse número elevar-se-ia para 40, caso se manter a correspondência círculo eleitoral/concelho. Traduzido em miúdos, e face à atual correlação de forças no cenário nacional e ao método em vigor, de transformação de votos em mandatos, agora mais de 55% dos mandatos ficariam «reservados» para os dois maiores partidos (o PAI e o MpD). (...). A manter-se este estado de coisas seria a consagração e a consolidação de uma representação parlamentar a preto-e-branco, muito distante do pluralismo vivenciado na sociedade” (Jornal *A semana*, sexta-feira, 23 de Fevereiro de 2007).

Observamos entretanto, que mesmo com essa revisão, a maioria dos círculos continuaram sendo círculos de pequenas magnitudes. Mais da metade (sete dos treze) continuou elegendo dois DNs. Nesse caso, pressupomos que o sistema ainda continua sendo previsível e favorecendo os dois grandes partidos. Nesse sentido, os dados sobre a seleção interna nesses partidos possibilitam a criação de tipologias de candidatos/políticos. E isso permite demonstrar que a possibilidade de construção de carreira parlamentar dos candidatos é garantida com maior intensidade aos integrantes das listas do PAICV e MpD.

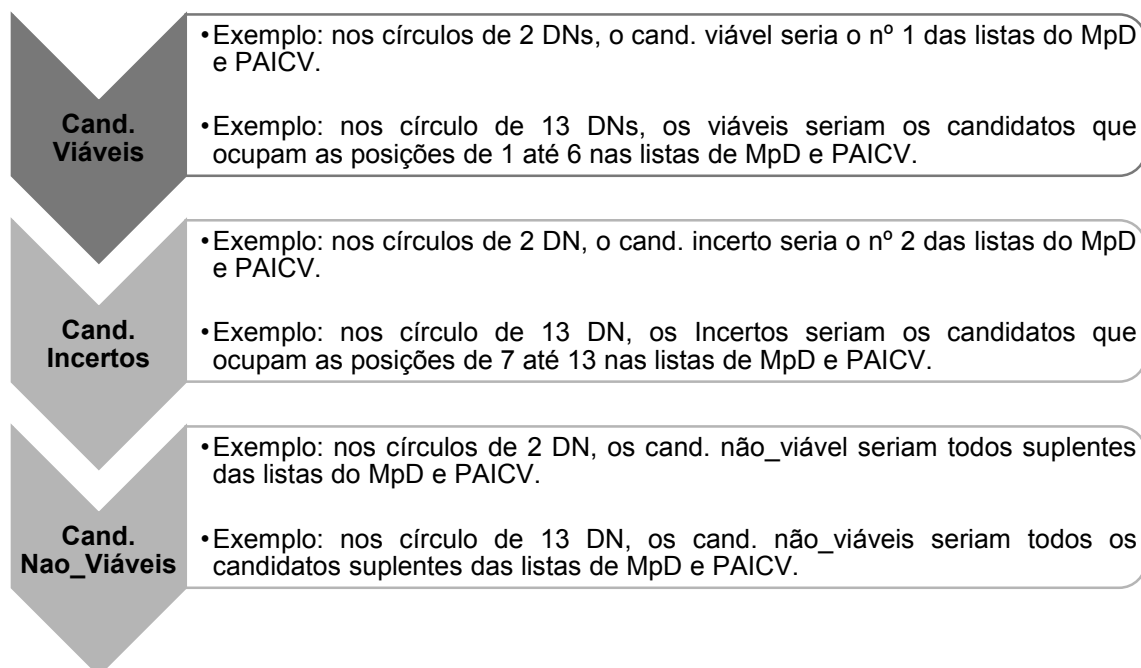
A partir dos nossos dados, criamos uma tipologia de políticos/candidatos, levando em conta o sistema eleitoral de lista fechada existente em Cabo Verde, combinado com alguns resultados da prática eleitoral, tais como: o bipartidarismo (PAICV e MpD) e círculos eleitorais de pequenas magnitudes⁸⁵. Seguimos o seguinte caminho para a

⁸⁴1) Ribeira Grande de Santiago (antes pertencia a Praia); 2) São Lourenço (fazia parte de Santa Cruz); 3) São Salvador do Mundo (era integrante de Santa Catarina de Santiago); Santa Catarina do Fogo (Pertencia a São Filipe); e Tarrafal de São Nicolau (fazia parte do concelho de São Nicolau).

⁸⁵ Nas cinco eleições em análise, mais da metade dos círculos eleitorais elegem apenas dois DNs. Em 1991, quinze (15) dos vinte e cinco (25) círculos eleitorais elegiam dois DNs; em 1996, onze (11) dos dezanove (19) elegeram dois DNs; em 2001, treze (13) dos vinte (20) círculos elegeram dois DNs; em 2006, treze (13) dos vinte (20) elegeram dois DNs; e em 2011, dos treze (13) círculos eleitorais, sete (7) elege apenas 2 deputados nacionais.

materialização da classificação dos políticos: 1) dividimos o número de cadeiras em jogo por dois, tendo em vista o bipartidarismo; 2) verificamos a posição do candidato na lista; e c) verificamos se o candidato faz parte da lista dos efetivos ou suplentes.

Ilustração 5 - Tipologia de candidatos a partir do filtro partidário



Fonte: Elaboração própria

Assim, o filtro partidário resultaria na classificação dos candidatos nas seguintes categorias: os candidatos que estiverem na posição menor ou igual ao resultado da divisão de cadeiras em jogo; pertencer à lista do MpD ou PAICV; e, estar na situação de efetivo, pertencer à categoria de *candidatos/políticos viáveis*. Eles estão no topo da hierarquia da lista partidária. Por outro lado, os candidatos que estiverem na posição superior ao resultado da divisão de cadeiras em jogo; pertencer à lista do MpD ou do PAICV; e fazer parte dos efetivos, seriam os *candidatos/políticos incertos*, tendo em vista a incerteza deles serem eleitos ou não. Por fim, todos os candidatos que estiverem na posição de suplentes (independente da sua hierarquia nessa categoria) são *candidatos/políticos não viáveis*. De realçar que o nosso modelo não tem a intenção de ser determinístico, mas probabilístico.

Esse cálculo se faz diferente em cada círculo eleitoral, dependendo da sua magnitude. Num círculo onde se elege dois DNs, por exemplo, o candidato viável seria o

primeiro candidato na lista dos efetivos. Isso porque, dividindo as duas cadeiras em jogo por dois (tendo em conta o sistema bipartidário), o viável seria o número um da lista do MpD e PAICV. O segundo candidato seria um político incerto, já que a sua eleição é incerta, dependendo do sucesso do seu partido em conseguir eleger as duas cadeiras em jogo. Os candidatos suplentes seriam políticos não viáveis, já que a probabilidade deles se elegerem é quase nula. Sendo possível apenas nos casos em que seu partido levar as duas cadeiras em disputa; conseguir uma maioria que lhe permite formar o executivo; e nomear um desses eleitos para o cargo de ministro. Nesse caso, o primeiro na lista dos suplentes ascende para categoria dos eleitos.

4.3. O peso do filtro partidário versus filtro do eleitor: a escolha do partido predetermina o sucesso nas urnas

Feita a classificação acima, vale realçar que no cenário eleitoral legislativo em Cabo Verde, de modo geral, os dados eleitorais demonstram que para ascender ao parlamento nacional o candidato terá que passar por dois processos seletivos. Primeiro ele terá de passar pelo filtro interno dos partidos políticos. Esse filtro funciona como funil de separação, onde os partidos determinam quais os candidatos irão compor a lista e a posição hierárquica que cada um irá ocupar. Nesse sentido presumimos que a eleição interna do partido é mais importante do que a eleição formal. O filtro intrapartidário é determinante para a eleição geral, no sentido em que o eleitor não poderá votar em candidatos avulsos, mas sim em lista partidária fechada e ordenada. A partir dessa classificação, intencionamos testar a hipótese de que o filtro intrapartidário é mais importante do que o filtro do eleitor.

Para comparar a força do filtro do partido com o filtro do eleitor, faremos correlações estatísticas para traçar duas comparações: 1) vamos comparar a situação do candidato no filtro da seleção intrapartidária (funil partido) e no filtro da eleição geral (funil eleitor), no mesmo ano eleitoral; e 2) comparar a situação do candidato na eleição geral (funil eleitor) e sua situação no filtro partidário (funil partido) para a eleição seguinte. Vale relembrar que no filtro intrapartidário se escolhe os candidatos que vão fazer parte da categoria dos viáveis, incertos e não viáveis e, no filtro da eleição legislativa formal, se escolhe os eleitos e não eleitos.

a) Comparação um

Na primeira comparação a intenção é ver como a situação do candidato na lista partidária determina ou influencia seu desempenho ou sucesso na urna do eleitorado. Os resultados dessa comparação mostra que, de forma geral (desde 1991 a 2011), os candidatos não viáveis não conseguem ser eleitos. Relativamente aos políticos incertos, dados evidenciam uma chance de conseguir ter sucesso nas urnas, em torno de 7%. Analogamente aos candidatos viáveis, estes têm a certeza eleitoral em torno de 85%. Isso significa que os primeiros lugares nas listas são mais cobiçados, por quase garantirem a eleição, tendo em conta que outros lugares oferecem menos chances de sucesso na eleição.

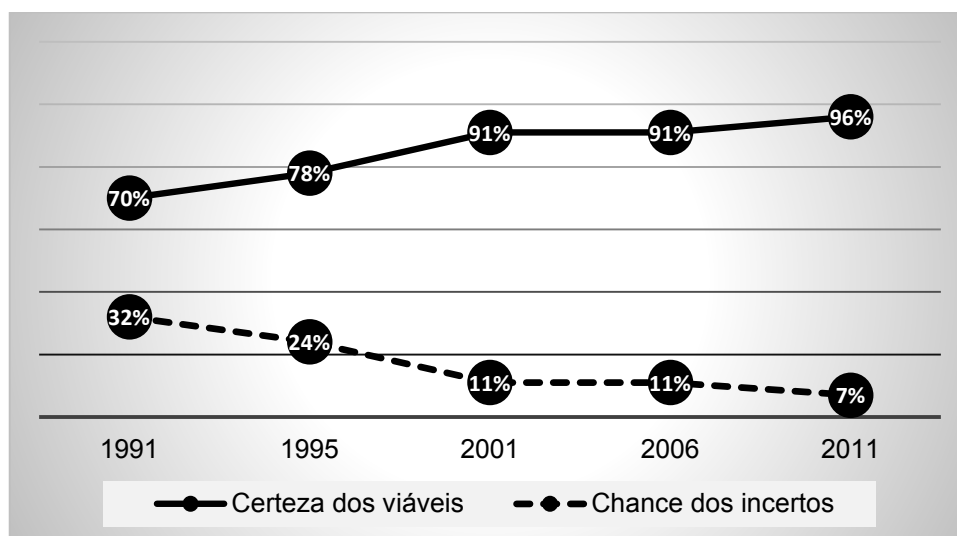
Tabela 9 - Situação_eleição_geralT1*Situação_eleição_partidoT1 Crosstabulation

			Situacao_Eleicao_Partido_T1			Total
			1 não viável	2 incerto	3 viável	
Situacao_Eleicao_GeralT1	1 Não Eleito	Count	1312	929	52	2293
		% within Situacao_Eleicao_Partido_T1	100%	93%	15%	86%
		Adjusted Residual	20,4	7,6	-41,2	
	2 eleito	Count	0	73	294	367
		% within Situacao_Eleicao_Partido_T1	0%	7%	85%	14%
		Adjusted Residual	-20,4	-7,6	41,2	
Total		Count	1312	1002	346	2660
		% within Situacao_Eleicao_Partido_T1	1,0	1,0	1,0	1,0

Fonte: elaboração própria

Os resíduos ajustados mostram que esses dados não aparecem por acaso. Eles são estatisticamente significativos. Utilizamos a ferramenta que mede os resíduos ajustados, de modo a ver quais categorias estão mais ajustadas localmente. Os maiores valores positivos indicam forte associação. Esses valores são observados nas seguintes relações: primeiramente, forte associação entre os candidatos não viáveis (escalação intrapartidária) e os candidatos não eleitos (escalação eleição geral), onde o valor do resíduo ajustado gira em torno de 20,4; e os dados (resíduo ajustado de 41,2) indicam uma associação bastante forte entre ser viável na lista partidária e conseguir entrar na categoria dos eleitos.

Gráfico 6 - Situação_eleição_geralT1*Situação_eleição_partido_T1

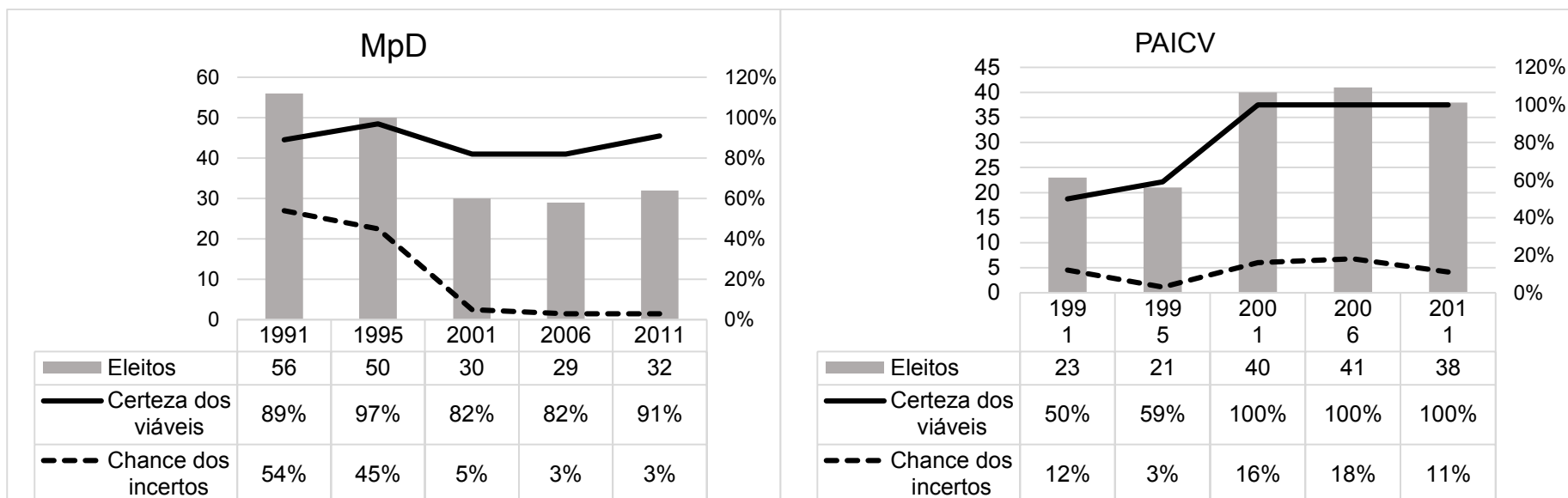


Fonte: elaboração própria

No gráfico acima detalhamos as informações por ano eleitoral. E, no gráfico 9, desagregamos as possibilidades eleitorais dos candidatos por partidos políticos. Vê-se que a chance eleitoral dos políticos incertos vem diminuindo com o tempo, passando de 32% em 1991 para 7% no último pleito eleitoral. Na medida em que diminui a chance eleitoral dos incertos, vai aumentando a certeza de que os políticos viáveis terão sucesso nas urnas. A certeza da eleição dos viáveis sempre ficou acima de 70%. A percentagem mais baixa foi registada em 1991 (70%) e a mais alta foi verificada na última eleição (96%).

Quando separados os dados por partidos teremos as seguintes informações: a certeza dos candidatos viáveis varia de acordo com o sucesso eleitoral do seu partido e a chance dos incertos vem apresentando tendência declinatória. Nas eleições de 1991 e 1995, quando o MpD conseguiu ascender ao poder com maioria qualificada, a certeza dos candidatos viáveis se eleger foi de 89% na primeira e 97% na segunda eleição. Esse percentual caiu a partir de 2001, quando PAICV volta ao poder. No sentido contrário, na década de noventa, quando o PAICV estava na oposição, a certeza dos viáveis se elegerem era de 50% em 1991 e 59% em 1995. Essa certeza aumentou para 100% quando o partido voltou ao poder a partir de 2001. A chance dos incertos elegerem vem diminuindo em ambos os partidos políticos, com menores percentuais registados a partir de 2001, não passando de 5%.

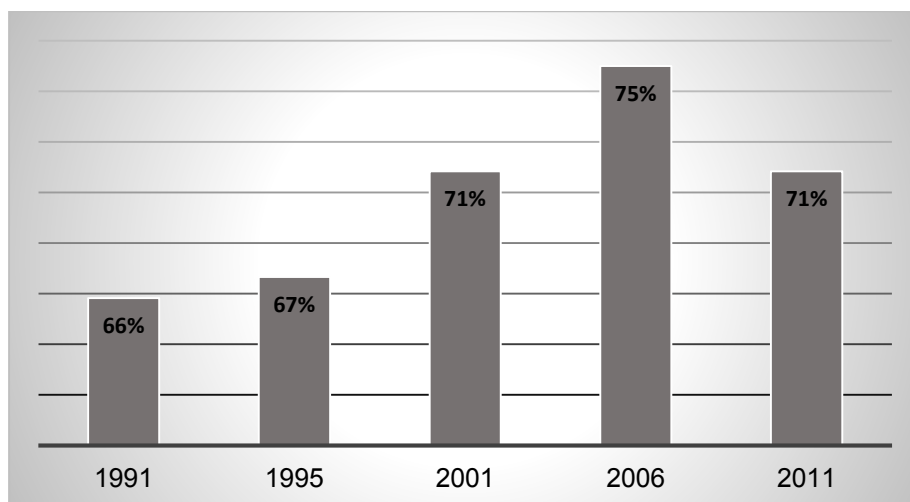
Gráfico 7 - Situação dos viáveis e incertos por partido



Fonte: Elaboração própria

De modo geral, os resultados da primeira comparação indicam, praticamente, que os candidatos que conseguem ocupar as primeiras posições nas listas (viáveis) são os que também conseguem se eleger. Daí, importante perguntar quem são esses políticos viáveis? Sobre essa questão, os dados do gráfico abaixo indicam que - não ignorando os critérios citados pelos Presidentes partidários, tais como a liderança e reputação social - estes são, normalmente, pessoas ligadas ao partido político.⁸⁶

Gráfico 8 - Viáveis pertencentes aos órgãos partidários



Fonte: Elaboração própria

Os dados apontam que a porcentagem dos viáveis que fazem parte das estruturas internas dos partidos políticos tem girado entre 66% a 75%. Ou seja, para poder ocupar uma posição viável e, conseqüentemente elegível, o aspirante ao cargo de DN terá mais probabilidade se fizer parte dos órgãos internos dos partidos políticos. E essa informação explica o porquê das mulheres terem baixa representação, por exemplo, já que elas também são uma minoria no interior do partido.⁸⁷

b) Comparação dois

Em segundo lugar, comparamos a situação do candidato na eleição geral 1 (funil leitor) e sua situação no filtro partidário (funil partido) para a eleição seguinte. A tabela seguinte detalha os dados sobre essa comparação. Aqui pretendemos verificar como a situação do candidato na eleição geral 1 (eleito e não eleito) influencia o processo de

⁸⁶ Realçamos que algumas personalidades, consideradas independentes do ponto de vista da pertença partidária, são integradas em listas dos dois grandes partidos e muitas vezes em posições elegíveis. Muitos acabam se elegendo. É uma estratégia dos partidos de atrair votos para suas listas.

⁸⁷ Ver o gráfico da representação da mulher nos partidos em anexo.

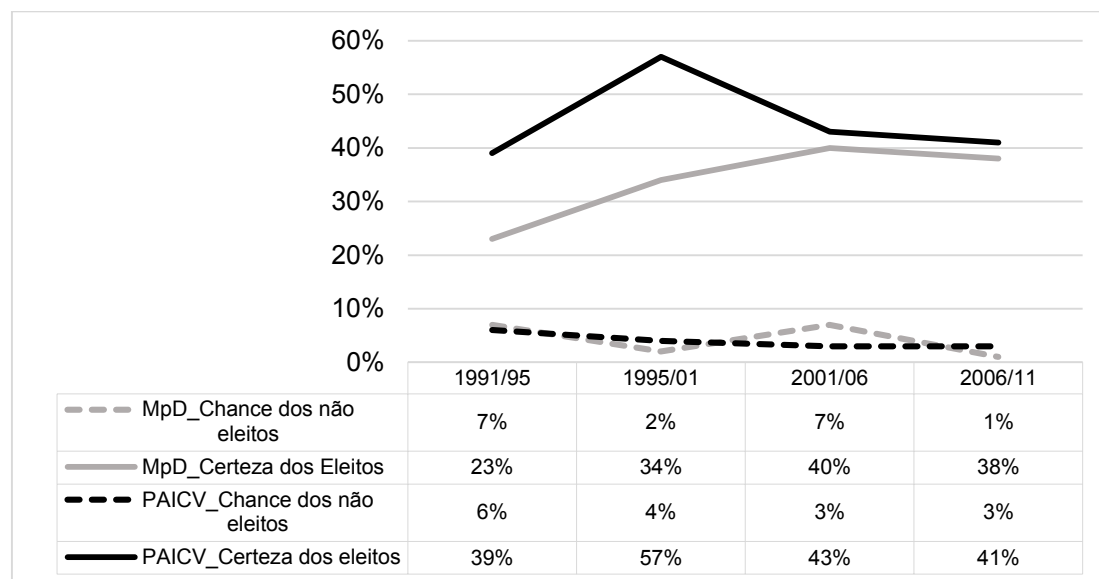
seleção dos candidatos que vão compor as listas partidárias (viável, incerto e não viável) para a eleição geral 2. Ou o quanto os partidos preservam os candidatos da primeira eleição, recolocando-os nas suas listas para a eleição seguinte.

Tabela 10 -Situação_eleição_partidoT2*Situação_eleição_geralT1 Crosstabulation

			Situacao_Eleicao_Geral_T1		Total
			1 não eleito	2 eleito	
Situacao_Eleicao_PartidoT2	1 Não Recolocado	Count	1577	140	1717
		% within Situacao_E_Geral_T1	85%	47%	80%
		Adjusted Residual	14,9	-14,9	
	2 não viável	Count	87	5	92
		% within Situacao_E_Geral_T1	5%	2%	4%
		Adjusted Residual	2,4	-2,4	
	3 incerto	Count	151	40	191
		% within Situacao_E_Geral_T1	8%	14%	9%
		Adjusted Residual	-3,0	3,0	
	4 viável	Count	43	110	153
		% within Situacao_E_Geral_T1	2%	37%	7%
		Adjusted Residual	-21,7	21,7	
Total		Count	1858	295	2153
		% within Situacao_E_Geral_T1	1,0	1,0	1,0

Fonte: Elaboração própria

Os resíduos ajustados apresentados na tabela 12 evidenciam um cenário onde: existe uma associação forte (resíduo ajustado de 14,9) entre o candidato que não conseguir ser eleito (na eleição geral) e os candidatos não recolocados nas listas partidárias para a eleição seguinte; e ainda, uma forte relação (resíduo ajustado de 41,7) entre os candidatos eleitos (na eleição geral 1) ser recolocados na categoria dos viáveis na lista partidária para a eleição geral seguinte. Ou seja, a probabilidade dos candidatos não eleitos não serem recolocados na lista do partido para a eleição seguinte gira em torno de 85%, e a probabilidade dos eleitos serem recolocados na posição viável é de aproximadamente 37%.

Gráfico 9 - Situação_eleição_partidoT2*Situação_eleição_geralT1 por partido

Fonte: Elaboração própria

Os dados do gráfico 10 trazem informações dessa comparação por partido e sequência eleitoral. Compara a chance dos candidatos da eleição geral 1 (eleitos e não eleitos) serem recolocados na posição viável na lista partidária para a eleição seguinte, por partido. Observa-se que a chance dos não eleitos na eleição um tornar viável na eleição dois é muito baixa em ambos os partidos políticos. Todavia, a certeza dos eleitos na eleição um ser recolocado na categoria de viável na eleição dois acontece de forma diferente. A certeza dos eleitos da lista do PAICV em se tornarem candidatos viáveis na eleição sequencial, sempre foi maior do que os candidatos do MpD.

Com a comparação dois, percebe-se então que o filtro do eleitorado parece não determinar a decisão do partido na elaboração da lista. Na lógica das escolhas possíveis, espera-se que na escalação da lista partidária os partidos considerem mais os candidatos com precedência eleitoral. No entanto, observa-se que os partidos optam por escolher, na maioria das vezes, candidatos que não tenham participado na competição eleitoral. Feitas essas comparações sobre o acesso, o passo seguinte é ver como os candidatos se comportam após acederem ao parlamento. Eles permanecem ou saem do poder?

4.4. Ambição parlamentar: renovação ou permanência dos DN's?

Findo a análise sobre o processo de elaboração da lista e sua influência sobre os resultados da eleição formal, tentaremos compreender a intenção dos parlamentares em continuarem ou não no parlamento nacional. As taxas de recandidatura e de reeleição são indicadores que permitem obter as informações sobre a renovação ou a permanência dos eleitos parlamentares. E a obtenção dos dados sobre recandidatura e reeleição passa pela comparação da situação do candidato em duas eleições legislativas sequenciais. Posto isso, os dados da tabela seguinte espelham os dados sobre a taxa de recandidatura e reeleição dos candidatos e eleitos DN's.

Tabela 11 - Taxa de recandidatura e reeleição dos DN's

	1991-1995	1995-2001	2001-2006	2006-2011	Média
Nº recandidatura	37	39	36	34	36,5
Taxa (%)	47%	54%	50%	47%	50%
Nº dos recandidatos reeleitos	27	27	31	29	28,5
Taxa (%)	73%	69%	86%	85%	78%
Taxa (%) de renovação institucional	34%	38%	43%	40%	39%

Fonte: elaboração própria

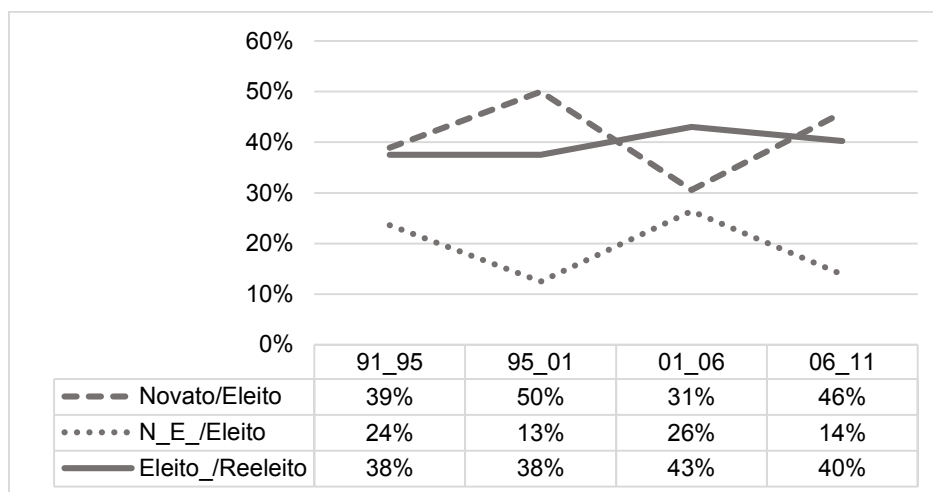
Analogamente à recandidatura, os dados indicam que aproximadamente 50% dos deputados se recandidatam de uma eleição para outra. E, destes que se reencandidatam, cerca de 78% conseguem ter sucesso, ou se reelegem. Porém, se olharmos para a renovação institucional, verifica-se que, em média, apenas 39% dos candidatos que foram DN's numa legislatura são reeleitos e permanecem na legislatura seguinte. Ou seja, cerca de 61% dos candidatos eleitos na eleição seguinte são novatos na arena parlamentar nacional, de uma eleição para outra. A taxa de reeleição e renovação do parlamento permite ver ainda, a experiência legislativa dos DN ou o quanto eles são *expert* ou profissionais no ofício de propor e criar leis nacionais. Percebe-se então que no caso caboverdiano, em cada legislatura diferente, cerca de 60% dos deputados não têm familiaridade com os ofícios dessa casa parlamentar.

Tabela 12 - Número de mandatos e tempo de permanência dos DNs

N	Fr	%	Ano_permanencia
1	150	64%	5 anos
2	49	21%	10 anos
3	24	10%	15 anos
4	8	3%	20 anos
5	3	1%	25 anos
Total	234	100%	

Fonte: Elaboração própria

Prosseguindo, com base na tabela acima, nota-se que a baixa taxa de permanência dos eleitos parlamentares indica, inicialmente, um terreno árido para a construção de carreira. Percebe-se que cerca de 64% do total dos eleitos nas cinco eleições tiveram um único mandato. Os restantes 36% tiveram pelo menos dois mandatos. Os que permaneceram por mais tempo no parlamento (com pelo menos 3 mandatos) são, na maioria das vezes, as principais figuras do partido. A alta taxa de candidatos com apenas um mandato demonstra a grande ascensão de novatos em cada ano eleitoral. E tudo indica que eles tenham maior probabilidade de serem eleitos do que os candidatos com precedência eleitoral. Para confirmar essa afirmação, o gráfico 10 evidencia a chance eleitoral dos que não participaram da eleição um (os novatos), em relação aos candidatos eleitos e não eleitos na eleição um. Para obter essas informações, pegamos no total dos eleitos (72), numa eleição, e separamos os que tinham candidatado na eleição anterior (classificando nas categorias dos não eleitos e eleitos) e os que entraram direto na eleição dois.

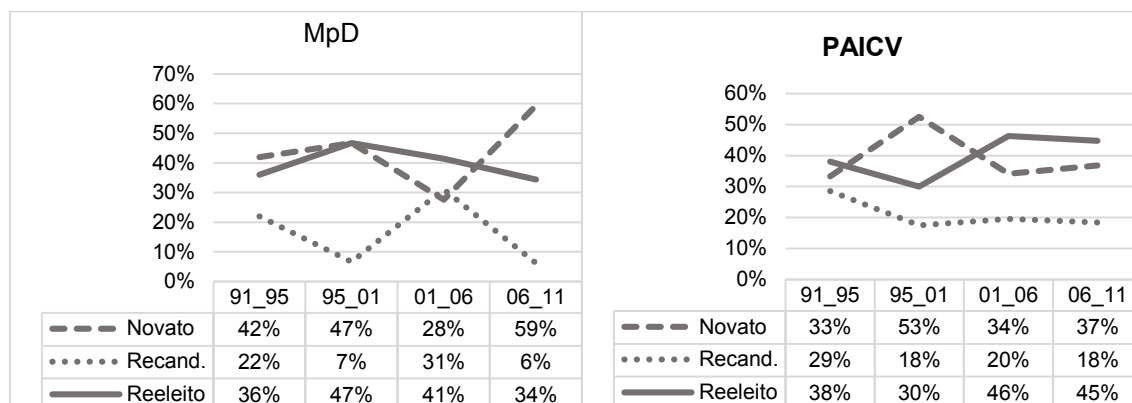
Gráfico 10 - Chance dos novatos em relação aos candidatos com precedência eleitoral

Legenda: Novato/Eleito = Novatos que se elegeram; N_E_/Eleito = Candidatos sem sucesso na eleição um e com sucesso na eleição dois; Eleito_/Reeleito = Candidato com sucesso nas duas eleições.

Fonte: Elaboração própria

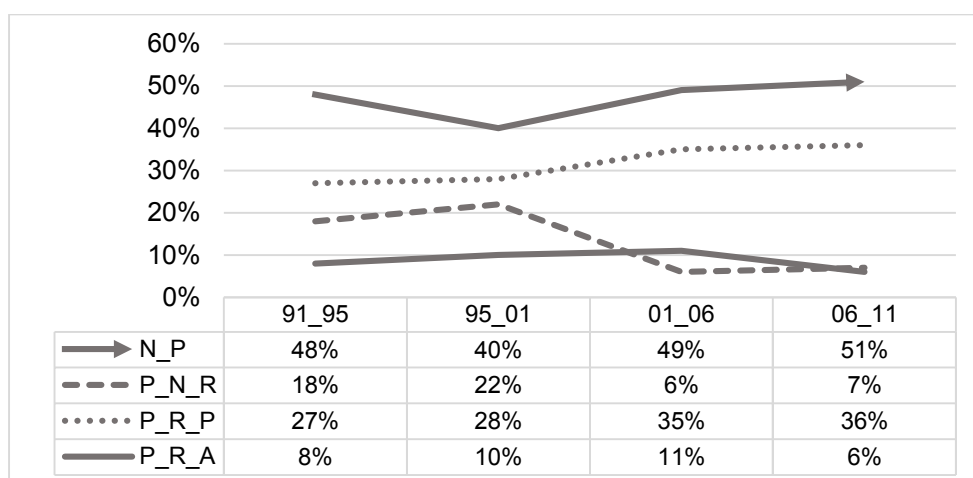
As informações do gráfico acima mostram que nas eleições legislativas em Cabo Verde, de modo geral, a probabilidade de um candidato novato se eleger é maior de que candidatos com precedência eleitoral, independentemente de este ter ficado na categoria de eleito ou não eleito. Em relação aos candidatos eleitos, a taxa de eleição dos novatos só não foi mais alta na sequência da eleição de 2001 para 2006. Esta foi a sequência eleitoral em que os novatos obtiveram a menor fatia de bolo dos eleitos. Por outro lado, os candidatos não eleitos numa eleição, que tentam atingir a categoria dos eleitos na eleição seguinte, nunca conseguiram ficar com a maior fatia de bolo em relação aos novatos.

Desagregamos essas informações por partido e percebemos algumas diferenças. Os eleitos que se candidatam à reeleição, de modo geral, têm mais chance em relação aos novatos no PAICV. Os novatos tiveram mais chances eleitorais em relação aos candidatos que buscavam reeleição nesse partido somente na sequência da eleição de 1995 para 2001. Parece que no PAICV a tendência é de preservar os políticos com experiência parlamentar, particularmente a partir da eleição de 2001, quando eles voltaram a ocupar o poder.

Gráfico 11 - Chance dos novatos em relação aos candidatos anterior por partido

Fonte: elaboração própria

Já no MpD, esse movimento não é linear. Na sequência de 1991-1995 os novatos tiveram mais probabilidades do que os experientes; empataram na sequência seguinte; viram suas chances diminuídas em seguida; e voltaram a ficar com maior fatia dos experientes na última sequência de 2006 a 2011. A única semelhança observada, entre os dois partidos, é o fato dos não eleitos que se recandidatam sempre ficarem em situação de desvantagem em relação aos novatos. Feito esse parêntese sobre as chances dos novatos, em relação aos candidatos com precedência eleitoral - sem levar em consideração o sucesso (eleitos) ou o insucesso destes (não eleitos) -, debruçaremos sobre o movimento dos eleitos em busca da reeleição e, conseqüentemente, do tipo de ambição parlamentar.

Gráfico 12 - Movimento dos eleitos de uma eleição para outra

N_P = Não participou; P_N_R = Participou e não se reelegeu; P_R_P = Participou, se reelegeu e permaneceu no parlamento; P_R_A = Participou, se reelegeu e ascendeu para o governo.

Fonte: Elaboração própria

O movimento se dá em quatro sentidos como demonstrado no esquema 2. Assim, o eleito na eleição um poderá: 1) não participar (N_P); 2) participar e não se reeleger (P_N_R); 3) participar, conseguir se reeleger e permanecer no parlamento (P_R_P); e ele poderá participar, conseguir se reeleger e ascender para o governo. Percebe-se no gráfico acima que, de uma eleição para outra, cerca de 48% (sequência eleição 1991-1995) a 51% (2006-2011) dos eleitos não participam. A percentagem dos que participam com sucesso e permanecem gira na escala de 27% a 36%, evidenciando um ritmo de crescimento. A partir desses movimentos tentamos traçar alguns padrões de ambição parlamentar.

Tabela 13 - Movimento dos candidatos de uma eleição geral para outra

Movimento_sequencial	Tipo_Carreira_Parlamentar
1 Nao_Participa	1 Discreta
2 Participa_N_Reelege	2 Fracassada
3 Participa_Relege_Permanece	3 Estática
4 Participa_Reelege_Ascende	4 Ascendente

Fonte: Elaboração própria

Assim, os eleitos que não participam (1) relevam uma ambição parlamentar discreta (1) - no sentido do exposto pelo clássico Schlesinger (1966) -, findo no primeiro mandato. Aqueles que participam mais não se reelegem (2) encontram-se diante de uma ambição parlamentar fracassada (2). Fracassada no sentido que o candidato consegue passar pelo filtro partidário (se escalar na lista), mas não consegue passar pelo filtro eleitoral. Sobre esses, as informações do gráfico anterior mostram tendência de declínio, já que a percentagem dos eleitos em busca da reeleição, sem sucesso, vem caindo de 18% na primeira sequência para 7% na última.

Por outro lado, os que participam, conseguem se reeleger e permanecem no parlamento (3) encontram-se diante de uma ambição estática (3) – também no sentido clássico – por permanecer na mesma arena do poder. Eles conseguem passar com sucesso, no filtro partidário e no filtro eleitoral. Por último, os que conseguem passar, com sucesso, nos dois filtros e ainda são nomeados para o governo (4), são possuidores de uma carreira ascendente. O movimento para o governo é considerado aqui como ascendente, tendo em conta que os cargos de ministros são cargos de caráter individual, que permitem maior

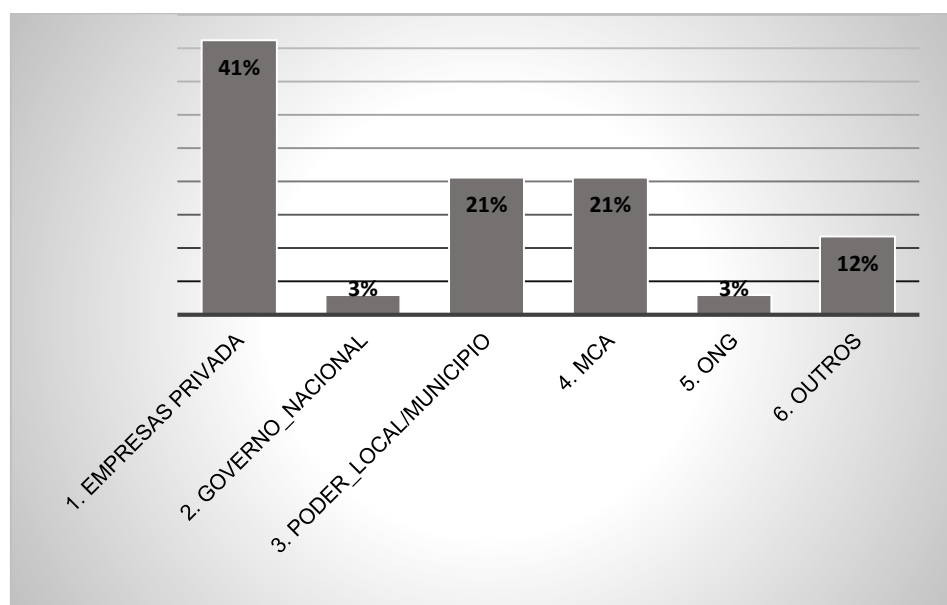
visibilidade e *status* para o político, em particular, e ainda permite melhores condições salariais do que o cargo de DN. Realçando aqui, que os ocupantes das pastas governamentais não precisam passar pelo parlamento, necessariamente.

De modo geral, as informações trazidas até aqui, evidenciam que o parlamento nacional cabo-verdiano se revela mais como um espaço de constante renovação de que permanência dos que conseguem adentrar nela. A alta taxa de renovação é assegurada pela elevada taxa de desistência ou não entrada na lista, dos eleitos anteriormente, fazendo com que a maioria dos eleitos tenham ambição parlamentar discreta findo no primeiro mandato.

4.4.1. Movimento institucional dos políticos de ambição parlamentar discreta

Os resultados da subseção anterior não nos deixam esquecer as afirmações de Borchert (2001) de que os políticos possuem a capacidade de movimentarem dentro do sistema articulando as diversas instituições existentes. Isso levanta a nossa curiosidade sobre o paradeiro desses candidatos, que revearam serem politicamente relevantes em determinado momento e depois desaparecem da competição parlamentar. Conseguiram trilhar e vencer as duas barreiras seletivas até adentrar no parlamento nacional e depois não continuaram. Para onde eles vão após terem sucesso eleitoral na arena parlamentar?

Tabela 14 - Movimento institucional dos DN's em 2006 que não participaram em 2011



Fonte: Elaboração própria

Realçamos que, particularmente, esse não é o foco principal deste trabalho, porém, pretendemos dar pistas que poderão ser desenvolvidas em pesquisas futuras. Não conseguiremos observar o movimento desses políticos em todas as sequências eleitorais, mas daremos pistas a partir dos dados da última sequência eleitoral (2006-2011). Tentamos, a partir do gráfico acima, entender o movimento institucional dos que foram eleitos na eleição de 2006 e não participaram nas eleições de 2011. Agregamos as informações obtidas em seis grupos de instituições evidenciados no gráfico acima.

Na categoria empresas privadas (1) agregamos os políticos que saíram do parlamento e foram exercer atividades em empresas privadas; governo nacional (2) aqueles que não participaram por estarem desenvolvendo cargos de ministros no governo; poder local/município (3) engloba os que não participaram por estarem exercendo cargos políticos a nível do poder local – no caso agrupamos os presidentes das C.M., presidentes de A.M. e vereadores; o MAC (membros de conselhos administrativos) (4) abrange os assessores dos gabinetes de ministros e presidentes e membros dos conselhos administrativos de empresas públicas tuteladas pelo governo; ONG (5) os que passaram a presidir Organizações Não Governamentais; e a última, outros (6), inclui aqueles que exercem outras atividades a nível público e privado.

A partir desse agrupamento, o gráfico acima destaca esses movimentos. O que chama maior atenção aqui é o movimento em torno de 41% desses políticos para empresas ou instituições privadas. Logo a seguir, na ordem percentual, vê-se que cerca de 21% fazem movimento descendente para os órgãos de poder municipal. Aqui realçamos que a maioria dos que fizeram parte desse grupo passou a ser Presidente de Câmara Municipal. Os que passam a fazer parte de conselhos administrativos também se encontram representados na mesma escala percentual de 21%. Interessante realçar que os que fazem parte desse grupo são candidatos do partido no governo.

Esses resultados - particularmente o forte movimento desses políticos no sentido das empresas privadas (1) e para presidência ou como membros de conselhos administrativos de empresas ou institutos públicos do Estado – demonstram que os parlamentares não movimentam para cargos que lhes conferem menores condições financeiras. Nas empresas privadas estes conseguem ter um maior salário do que o oferecido pelo cargo de DN, e a nível dos conselhos administrativos também conseguem obter um salário muito melhor. Realçamos ainda, que as nomeações para as presidências

e conselhos administrativos das empresas e institutos públicos são feitas pelo Primeiro-Ministro. Este, por sua vez – até a última legislatura analisada no trabalho – sempre foi o Presidente do partido e o verdadeiro seletor dos que ascendem ao cargo de DN. Esse fato nos leva a supor um cenário de recompensa e controle institucional, onde os candidatos viáveis em alguns momentos são alocados em cargos que lhes conferem melhores condições salariais e, ao mesmo tempo, o partido continua controlando a instituição, mantendo uma pessoa de confiança.

4.5. Considerações gerais

No capítulo quatro, de modo geral, debruçamos sobre as regras do acesso à casa parlamentar, particularmente sobre o processo da elaboração de listas dos partidos políticos e sua influência no sucesso ou insucesso do aspirante parlamentar nas urnas. As informações analisadas permitem algumas considerações gerais. Em primeiro lugar, percebe-se que o processo de elaboração de listas ou o processo seletivo dos candidatos dentro do partido é um processo comandado principalmente pelo Presidente do partido. Ele legitima a escalção dos candidatos na lista. E, normalmente, o candidato que consegue entrar na preferência do seletor terá de ser no mínimo um indivíduo que possui notoriedade social e capacidade pessoal. A liderança e a capacidade de atrair votos à lista, são características dos que irão encabeçar as listas partidárias.

Em segundo lugar, os dados demonstram que o filtro partidário predetermina o sucesso eleitor dos candidatos, de acordo com a posição ocupada nas listas. A partir do processo de hierarquização da lista - levando em conta as características do sistema, como o sistema proporcional d'Hondt combinado com círculos eleitorais de pequenas magnitudes e bipartidarismo – agrupamos os candidatos escalados em três grupos: viáveis, incertos e não viáveis. Com essa tipologia tecemos duas comparações que permitiram demonstrar que o peso da seleção partidária é mais importante no acesso ao parlamento. Verificamos relações fortes entre ser viável na lista partidária e conseguir se eleger.

Após isso, tentamos compreender os movimentos desses viáveis após chegarem ao parlamento. Se eles permanecem por muito tempo ou se saem. Os dados indicaram que cerca de 64% dos eleitos conseguem permanecer na casa parlamentar só no primeiro mandato. O parlamento se renova em torno de 61% de uma eleição para outra, fazendo

com que os candidatos sem precedência eleitoral tenham mais probabilidade de serem eleitos, na eleição sequencial, em relação aos que já tinham competido na eleição anterior. E, por fim, tentamos entender o caminho que fazem os candidatos desistentes. As pistas indicam que, na maioria das vezes, eles preferem sair do parlamento para exercer atividades privadas, ou para ocupar postos nos governos locais, bem como altos cargos na administração pública onde são bem remunerados.

Conclusão geral

De modo geral, este trabalho tenta dissertar sobre a dinâmica do acesso, composição e ambição parlamentar dos aspirantes ao cargo de deputados nacionais em Cabo Verde. A análise dessa dinâmica surge no sentido de tentar compreender o funcionamento do sistema político poliárquico cabo-verdiano. Para tal, percorremos os caminhos da transformação do país até chegar ao Estado poliárquico pluripartidário. Evidenciamos os momentos de luta pela independência junto com a Guiné-Bissau; o processo semi-unificado entre os dois países; o sistema de partido único implementado logo após a independência e a transformação de tal regime num regime pluripartidário. A partir daí afunilamos sobre a dinâmica do acesso parlamentar no período pluripartidário e a construção de carreira parlamentar.

A partir das análises traçadas no texto, podemos tecer algumas conclusões sobre a dinâmica eleitoral no acesso, composição e construção de carreira no interior da casa parlamentar, durante o período poliárquico. Primeiramente, as regras eleitorais ou o desenho institucional criado para o acesso à casa parlamentar nacional - sistema proporcional d'Hondt, lista fechada e círculos de pequenas magnitudes – acompanhado pelo sistema bipartidário, com o poder girando em torno do PAICV (partido libertador e impositor do regime de partido único) e MpD (partido democratizador que foi fundado pelos elementos saídos do PAICV), faz com que os integrantes do parlamento sejam, particularmente, candidatos afetos a esses dois partidos.

Os dados analisados no trabalho demonstram que o processo eleitoral para o acesso ao parlamento nacional cabo-verdiano, acontece em dois momentos: primeiramente, o aspirante terá de passar pelo filtro partidário e, posteriormente, ele passa pelo filtro do eleitor geral. Se tiver sucesso no filtro partidário, o aspirante consegue entrar na lista e se transformar num candidato à eleição legislativa formal. A partir daí, ele entra na corrida eleitoral formal, podendo ser eleito ou não. No nosso trabalho, partimos da hipótese inicial que o filtro partidário é mais importante nesse processo seletivo. Para testar a nossa hipótese, adentramos sobre a dinâmica da elaboração das listas e estabelecemos correlações estatísticas entre as posições ocupadas nas listas e as chances do sucesso nas urnas. Os resíduos padronizados testados no trabalho apresentam uma relação positiva, entre ser viável na lista partidária e conseguir sucesso eleitoral nas urnas.

Os candidatos viáveis são os escalados nas posições menores ou igual à metade do total de número de cadeiras em jogos, em cada círculo eleitoral, e pertencerem às listas de efetivos do MpD ou PAICV. A certeza desses candidatos viáveis serem eleitos, é garantida em torno de 85%, já no momento da elaboração da lista. Os viáveis são, na maioria das vezes, pessoas que pertencem aos órgãos partidários. E eles aparecem com mais chances de serem recolocados nas listas para eleições seguintes e fazer carreira no parlamento. A prática política institucionalizada no país faz com que a ambição política do aspirante ao parlamento nacional seja condicionada pela cúpula partidária e, mais precisamente, pelos Presidentes dos partidos. Estes têm a capacidade de decidir sobre aqueles que irão ascender ao parlamento nacional. O poder decisório acaba se concentrando, particularmente, no Presidente do partido, que normalmente é também candidato à chefe do governo.

E para conseguir entrar na lista partidária terá de cumprir os requisitos impostos pelo partido e não pelo eleitor. Dessa dinâmica podemos observar ainda, que apesar da abertura do sistema para o regime pluripartidário, a decisão da escolha dos “representantes do povo” (deputados nacionais) não é tomadas verdadeiramente pelos cidadãos. Estes continuam sendo meros legitimadores das escolhas, pré-determinadas pelos dirigentes partidários, que por sua vez continuam preservando a prática do poder concentrado na cúpula partidária. Em particular, na figura-chefe do partido (presidente).

Relativamente à renovação ou à permanência dos eleitos na arena parlamentar, os dados demonstram que o parlamento nacional cabo-verdiano se renova em torno de 60% de uma eleição para outra. Dessa alta taxa de renovação parlamentar, em cada mandato, cerca de 60% dos eleitos são novatos e não possuem experiência no ofício de fazer leis. Isso configura um cenário onde 64% dos eleitos nas cinco eleições legislativas acabam tendo uma ambição parlamentar discreta, que termina com o término do primeiro mandato. Os que ficam no parlamento são as figuras-chaves da cúpula partidária. Os que saem do parlamento acabam emigrando, particularmente, para empresas privadas, conselhos administrativos de empresas e institutos públicos do Estado e outros altos cargos da administração pública. Nota-se assim, que a dinâmica do parlamento nacional cabo-verdiano parece não seguir a lógica realçada na literatura por Polsby (2008), segundo o qual, a modernização e estabilização da instituição parlamentar vem acompanhada de uma fraca renovação parlamentar, onde os membros se especializam e perduram.

Mais uma questão analisada no trabalho foi o processo da transformação do cargo de DN numa atividade profissional renumerada. Essa preocupação veio seguida da ideia clássica de Weber (1994), segundo o qual, o recrutamento político no seio dos homens comuns, nas democracias, transformou a política numa atividade profissional remunerada. Ou seja, a política passou a ser exercida não apenas como uma atividade vocacional, mas também como uma atividade profissional. Os que exercem essa atividade recebem um salário. Nesse sentido, Garcês (2009) explica que as democracias modernas são caracterizadas pelos políticos profissionais – escolhidos pelo povo – e que dedicam tempo e especialização na política em troca de um salário. Porém, ela explica que este fato é pouco estudado e é negado pelos políticos, em prol da ideologia do mandato popular.

Nesse sentido, demonstramos no nosso trabalho que um dos fenômenos que acompanhou a abertura para o regime poliárquico em Cabo Verde, a nível parlamentar, foi a criação de condições salariais para que o exercício do cargo de DN pudesse ser exercido como uma atividade profissional a tempo inteiro e de impulsionar a ambição de construção de carreira no campo político. De realçar que no período de partido único, os DNs não recebiam um salário no exercício destas funções, mas construam suas bases de remuneração nas outras funções desempenhadas em simultâneo. O cargo de DN era exercido em conjunto com uma carreira profissional, principalmente a nível dos ministérios e da administração pública (Furtado: 1994).

A partir de 1991, as regras democráticas exigiam separação de poderes e os cargos de DNs passaram a ser incompatíveis com vários cargos, dentre os quais os cargos do governo, de quadros especiais (cargos de chefia da administração pública, que são de nomeação política) e empresas públicas. É neste contexto que se inicia o processo de profissionalização dos DNs e se cria as condições salariais. Os DNs passaram a usufruir de um salário que corresponde a 80% do salário do Presidente da República. Em 2006, cerca de 67 dos 72 DNs já exerciam o cargo de forma profissionalizada. Realçamos no trabalho ainda, que recentemente, os deputados aprovaram um Projeto de Lei sobre o Estatuto dos Titulares dos Cargos Políticos, propondo uma atualização ou aumento salarial dos dirigentes políticos, em torno de 64%. O argumento para este fato seria a dignificação dos cargos políticos através de salário atrativo. Tentaremos encontrar algumas explicações para a alta taxa de saída dos parlamentares, de uma eleição para

outra, a partir dessa questão salarial que acompanha o processo de profissionalização dos políticos.

Como demonstram os dados, há indícios de que uma grande parte dos que saem do parlamento migra para empresas privadas e conselhos administrativos de empresas e institutos públicos, que são instituições onde se beneficia de uma melhor condição salarial. Nesse sentido, somos tentados a afirmar que os DN's em Cabo Verde estão mais interessados em garantir uma estabilidade econômica pessoal do que em representarem o povo - que deveria ser, segundo a ideologia democrática, a preocupação primeira. Senão vejamos: como argumenta Furtado (1994), no processo de construção de Cabo Verde como um país independente e soberano e na configuração do campo de poder político, o Estado se transformando na principal fonte de rendimento econômico e de mobilidade social. Assim, ocupar cargos de direção no Estado (a nível do Governo, Presidência da República, Assembleia Nacional e Administração Pública) seria uma forma do indivíduo se ascender social e economicamente. A ascensão para esses cargos é muito difícil, como demonstrou Furtado (*idem*). Os combatentes e os militantes do PAICV eram os beneficiados. Nesse contexto inexistiam empresas privadas que poderiam garantir melhores propostas salariais.

Entretanto, com a abertura do sistema político, a liberação da atividade econômica e a aposta na privatização a partir de 1991, fez com que melhorou a situação econômica do país e impulsionou o surgimento ou crescimento de empresas privadas. A partir daí, o Estado continua sendo o *locus* de *status* e poder político, mas perde a hegemonia como fonte principal de ascensão e mobilidade econômica. Acreditamos que é nesse sentido que os políticos acabam do parlamento para as empresas privadas ou para conselhos administrativos de empresas e institutos públicos. Eles migram em busca de melhor condição econômica. E, o discurso do Primeiro-Ministro (PM), após o veto presidencial da PL do ETCP, de que é preciso repensar a grelha salarial dos gestores públicos e outros cargos públicos - onde se ganha maior salário em relação ao dos titulares de cargos políticos - evidencia um cenário de conflito distributivo dos recursos financeiros do Estado entre os configuradores e ocupantes dos cargos político-administrativos. Essas são algumas pistas explicativas que poderão ser melhor aprofundadas em pesquisas futuras.

Referências bibliográficas

1. Livros, artigos, monografias, dissertações e teses

ANDRADE, M. **Amílcar Cabral, unidade e luta: a arma da teoria**. Praia: Fundação Amílcar Cabral, v. Vol. 1, 2013. (Coord.).

BOBBIO, N.; MATTEACCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 12^a. ed. Brasília: UnB - Dinalivro, v. vol. I, 2004.

BORCHERT, J. Movement and linkage in political careers: individual ambition and institucional repercussions in a multi-lever setting. **ECPR**, Grenole, 6-11 April 2001.

BOURDOUKAN, A. Y. **Ambição e carreira políticas no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Dissertação de mestrado.

CARDOSO, H. **O partido único em Cabo Verde: um assalto à esperança**. Praia: Imprensa Nacional, 1993.

COSTA, D. H. **O semi-presidencialismo em Cabo Verde (1991-200)**. Instituto Universitário de Pesquisa, Rio de Janeiro: [s.n.], 2001. Dissertação de Mestrado.

COSTA, D. H. Sistema eleitoral e sistema partidário cabo-verdiano (1991-2001): com um olhar sobre o mundo. **Direito e Cidadania**, Praia, 2003.

COSTA, S. Mulheres e participação política no Cabo Verde democrático. In: SILVA, C.; FORTES, C. **As mulheres em Cabo Verde: experiências e perspectivas**. Praia: Edições da Universidade de Cabo Verde, v. Vol. 4, 2011. p. pp. 77-108.

DAHL, R. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 2009.

DALTON, R. J.; MCALLISTER, I.; WATTENBERG, M. P. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. **Análise Social**, vol. XXXVIII (167), 2003.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar/UnB, 1980.

ÉVORA, R. **A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde**. Unb, Brasília: [s.n.], 2001. Dissertação de Mestrado.

ÉVORA, R. **Poder legislativo no regime democrático em Cabo Verde**. UnB, Brasília: [s.n.], 2009. Tese de Doutorado.

ÉVORA, R. Um país de mulheres governado por homens: democracia e processo decisório em Cabo Verde. In: SILVA, C.; FORTES, C. **As mulheres em Cabo Verde: experiências e perspectivas**. Praia: Edições da Universidade de Cabo Verde, v. Vol. 4, 2011. p. pp. 67-76.

ÉVORA, R.; RAMOS, N. **Estudo sobre a participação eleitoral em Cabo Verde: uma perspectiva de género**. PNUD/UNICEF/UNIPA. Praia. 2014.

FERNANDES, A. D. C. M. **Guiné-Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação**. Universidade do Porto, Porto: [s.n.], 2007. Dissertação de Mestrado.

FURTADO, C. A. **Gênese e (re) produção das classes dirigentes em Cabo Verde: uma contribuição para o seu estudo**. Universidade de São Paulo, SP: FFLCH-USP, 1994. Tese de doutorado.

FURTADO, C. A. Democracia em África: possibilidades e limites. **Revista do Centro de Estudos Africanos**, USP, São Paulo, 1997/1998. pp. 20-21:199-217.

GARCÊS, A. P. Profissionalismo político e representação. In: CABRAL, M. V., et al. **Portugal uma democracia em construção: ensaios de homenagem a David B. Goldey**. Lisboa: ICS, 2009. p. pp. 139-284.

GONÇALVES, D. D. S. **Estudo das águas superficiais na Ribeira de Principal**. Praia: ISE, 2006. Monografia.

GUEDES, N. Quem lidera os governos europeus? A carreira dos primeiros-ministros (1946-2006). **Revista Análise Social**, Vol. XLIV (191), 2009. pp. 265-288.

HUNTINGTON, S. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

KATZ, R.; MAIR, P. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. **Party Politics**, London, vol. 1, 1995. pp. 5-28.

KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research**. Princeton: Princeton University, 1994.

KIRCHHEIMER, O. A transformação dos sistemas partiários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política [online]**, Brasília, 2012. Disponível em: <. Acesso em: 06 Julho 2014.

KOUDAWO, F. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal**. Bissau,: Instituto Nacional de eEstudos e Pesquisa, Coleção Kacu Martel, série Ciências Sociais, 2001. ISBN n. 14.

LAPALOMBARA, J. Reflections on political parties and political development, four decades later. **Party Politics**, 2007. pp. 13-141.

LEONI, E.; PEREIRA, C.; RENNÓ, L. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. IX, 2003.

MAIR, P. Os partidos políticos e a democracia. **Análise Social**, vol. XXXVIII (167), 2003. pp. 277-293.

MALUF, R. T. **A carreira política na câmara municipal de São Paulo (CMSP)**. Universidade de São Paulo: [s.n.], 2006. Tese de Doutorado.

MALUF, R. T. Carreiras políticas no Brasil: amadores e de passagem nas câmaras municipais de SP e RJ. **Revista Idéias**, Campinas, 2010.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 10, Outubro 1995.

MARQUES, J. E. D. C. Organizações partidárias potencializando carreiras políticas. **Revista de C. Humanas**, Vol. 10, jan./jun 2010. pp. 125-133.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, setembro-dezembro 2010. pp. 18(3):653-679.

MONTEIRO, E. **Mulheres, democracia e desafios pós-coloniais: uma análise da participação política das mulheres em Cabo Verde**. Praia: Edições Universidade de Cabo Verde, 2009.

NICOLAU, J. M.; SCHMITT, R. Sistema eleitoral e sistema partidário. **Lua Nova**, 1995. pp. 43-51.

NÓBREGA, Á. **A luta pelo poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Instituto Superior das Ciências Sociais e Políticas, v. Vol. I, 2003.

NOVAIS, J. **Ciência política: formas de governo**. Lisboa: Rio de Mouro, 2007.

PANEBIANCO, Â. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PARETO, V. Circulação das elites. In: CRUZ, M. B. D. **Teorias sociológicas: os fundadores e os clássicos (ontologia de textos)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. pp. 449-457.

PATEMAN, C. **The disorder of woman**. Stanford: Stanford University Press, 1989.

POLBYS, N. W. A institucionalização da camara dos deputados dos Estados Unidos. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, Vol. 16, 2008. pp. 221-251.

RAMOS, A. **Partidos políticos na democracia cabo-verdiana: um estudo de caso (1991-2011)**. Universidade de Cabo Verde, Praia: [s.n.], 2012. Dissertação de Mestrado.

RENNÓ, L.; PEIXOTO, V. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 17, Novembro 2011. pp. 304-332.

ROHDE, D. W. Propensão ao risco e ambição progressiva: o caso dos deputados federais nos Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, maio-agosto 2012. pp. 209-236.

SALIH, M. A. M.; ET ALL. **Political parties in África: challenges for sustained multiparty democracy**. International IDEA. Sweden. 2007.

SAMUELS, D. J. Political ambition in Brazil, 1945-95: theory and evidence. **Meeting of the Latin American Studies Association**, Chicago, 1998.

SAMUELS, D. J. Ambition and competition: explaining legislative turnover in Brazil. **Comparative legislative research center**, Chicago, Vol. 25, 2000.

SAMUELS, D.; SHUGART, M. S. **Presidents, parties, and prime ministers: how the separations of powers affects party organization and behavior**. Cambridge: Cambridge University, 2010.

SANTOS, A. M. D. Regras eleitorais importam? Modelos de listas eleitorais e seus efeitos sobre a competição partidária e o desempenho institucional. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 49, 2006. pp. 721-749.

SCHLESINGER, J. **Ambition and politics**. Chicago: Rand MacNally., 1966.

SILVA, M. R. **As constituições de Cabo Verde e textos históricos de direito constitucional cabo-verdiano**. 2ª edição. ed. Praia: Imprensa nacional, 2010.

VARELA, B. L. Notas sobre o sistema eleitoral cabo-verdiano e o papel da comunicação social no âmbito das eleições. **academia.edu**, 2011. Disponível em: <http://www.academia.edu/769540/O_Sistema_Eleitoral_Cabo-verdiano_e_o_papel_da_Comunica%C3%A7%C3%A3o_Social_no_%C3%A2mbito_das_Elei%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 23 janeiro 2015.

WEBER, M. A política como vocação. In: WEBER, M. **Ciência e política, duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1996. p. pp. 53-124.

WEBER, M. A política como vocação. In: WEBER, M. **Ciência política, duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1996. p. pp. 53-124.

2. Documentos oficiais: legislação, leis e estatutos

LOPE (Lei sobre a Organização Política do Estado)

Constituição da república de Cabo Verde (versões de 1980; 1992; 2010).

Código eleitoral de Cabo Verde (1999; 2007; e 2010).

Lei que define o regime jurídico dos partidos políticos (versões: 1990 e 1999).

Regimentos e leis orgânicas da Assembleia Nacional

Estatuto dos deputados

Estatuto dos titulares dos cargos políticos

Documentos do PAIGC (1981)

Estatuto do PAICV

Estatuto do MpD

3. Jornais nacionais

A semana

Horizonte

Novo Jornal

Opinião

Mantenha

AVoz

A n e x o s

Anexo 1 – Questionário seleção dos candidatos à Deputado Nacional em Cabo Verde

Identificação Pessoal	
1 - Nome:	<input type="text"/>
2 - Sexo:	<input type="radio"/> a) Feminino <input type="radio"/> b) Masculino
3 - Idade:	<input type="text"/>
4 – Local de nascimento:	<input type="text"/>
5 – Local de residência:	<input type="text"/>
Formação acadêmica e profissional	
6 - Indique o nível de instrução mais elevado que completou e obteve um certificado:	
<input type="checkbox"/> a) Ensino Médio <input type="checkbox"/> b) Bacharelato <input type="checkbox"/> c) Licenciatura <input type="checkbox"/> d) Mestrado	
<input type="checkbox"/> e) Doutorado Outro (especificar): <input type="text"/>	
7 - Qual é a sua profissão? (No caso de exercer várias profissões, indique aquela que considera a principal): <input type="text"/>	
Identificação partidária	
8 – Você é simpatizante de algum partido político? <input type="radio"/> a) Sim <input type="radio"/> b) Não	
8.1 – Se sim, indique o nome do partido: <input type="text"/>	
9 - Você é militante de algum partido político? <input type="radio"/> a) Sim <input type="radio"/> b) Não	
9.1 - Se sim, indique o nome do partido: <input type="text"/>	
9.2 – Se sim, indique o tempo de militância: <input type="text"/>	
7Trajetória partidária	
10 – Já ocupou cargo (s) partidário? <input type="radio"/> a) Sim <input type="radio"/> b) Não	
10.1 – Se sim, indique o (s) cargo (s) ocupado e o tempo de duração.	
a) Cargo 1:	<input type="text"/>
b) Cargo 2:	<input type="text"/>

- c) Cargo 3:
- d) Cargo 4:
- e) Cargo 5:
- f) Outro (s):

11 – Já ocupou cargo (s) de direção no partido em que é ou foi militante? ☐ a) Sim ☐ b) Não

11.1 – Se sim, indique o (s) cargo (s).

11.2 – Se sim, explica como foi o processo da sua escolha para membro da cúpula partidária.

Construção da lista dos candidatos à Deputado Nacional

12 – Poderias me descrever como se dá o processo de seleção/recrutamento, passo a passo, para a escolha de candidatos à Deputado Nacional?

13 – Quais os critérios o Senhor considera ser relevante para um indivíduo tornar candidato à Deputado Nacional?

☐ a) Sexo ☐ b) Idade ☐ c) Habilitação acadêmica ☐ Militância partidária

☐ e) Ocupação de cargo de direção no partido ☐ f) Ocupação de cargo político a nível nacional

☐ g) Ocupação de cargo a nível municipal ☐ h) Reputação em relação a liderança partidária

☐ i) Ocupação de cargo de direção na Administração Pública

Outro (s):

14 – Quais as característica o Senhor acha que diferencia um candidato “cabeça de lista” de um candidato normal?

15 - O estatuto de partido influência, de forma rígida, o processo de escolha do candidato à Deputado Nacional?

☐ a) Sim ☐ b) Não

15.1 – Se sim, explique como, se não também explique.

16 – Na sua opinião, quem é ou quem são o (s) verdadeiro (s) responsável (eis) pela escolha dos candidatos à Deputado Nacional? E porque?

Muito obrigada!

Anexo 4 – Alteração da denominação e tamanho dos círculos (destritos) eleitorais ao longo do tempo (1991 a 2011)

1991		
Nº	Circulo_eleitoral	Nº Cadeira
1	Africa	1
2	America (Americas)	1
3	Europa e Resto do Mundo	1
4	Joao Baptista/N. S. do Monte (Brava)	2
5	Joao Baptista/Santa Isabel (Boavista)	2
6	N. S. da Ajuda (Fogo)	2
7	N. S. da Conceicao/Santa Catarina (Fogo)	3
8	N. S. da Lapa (Sao Nicolau)	2
9	N. S. da Luz (Maio)	2
10	N. S. da Luz (Sao Vicente)	12
11	N. S. das Dores (Sal)	2
12	N. S. do Livramento/Rosario (Santo Antao)	2
13	N. S. do Rosario (Sao Nicolau)	3
14	Praia Rural 1 (Santiago Sul)	2
15	Praia Rural 2 (Santiago Sul)	2
16	Praia Urbano (Santiago Sul)	12
17	Sao Joao Baptista (Santo Antao)	2
18	Sao Lourenco dos Orgaos/Santiago Maior (Santiago Norte)	5
19	Sao Salvador do Mundo (Santiago Norte)	2
20	Santa Catarina (Santiago Norte)	6
21	Santo Amaro Abade/Sao Miguel (Santiago Norte)	5
22	Santo Andre (Santo Antao)	2
23	Santo Antonio das Pombas (Santo Antao)	2
24	Santo Crucifixo/Sao Paulo Apostolo (Santo Antao)	2
25	Sao Lourenco (Fogo)	2
Total (eleitos)		79

1995		
N	Circulo_eleitoral	Nº Cadeira
1	Boa Vista	2
2	Brava	2
3	Maio	2
4	Mosteiros (Fogo)	2
5	Países Africanos (Africa)	2
6	Países Americanos (Americas)	2
7	Países Europa/resto do Mundo	2
8	Paul (Santo Antao)	2
9	Porto Novo (Santo Antao)	3
10	Praia (Santiago Sul)	13
11	Ribeira Grande (Santo Antao)	4
12	Sal	2
13	Santa Catarina (Santiago Norte)	7
14	Santa Cruz (Santiago Norte)	4
15	Sao Domingos (Santiago Sul)	2
16	Sao Filipe (Fogo)	4
17	Sao Nicolau	2
18	Sao Vicente	11
19	Tarrafal	4
Total (eleitos)		72

2001		
N	Circulo_eleitoral	Nº Cadeira
1	Boa Vista	2
2	Brava	2
3	Maio	2
4	Mosteiros (Fogo)	2
5	Países Africanos (África)	2
6	Países Americanos (Américas)	2
7	Países Europa/resto do Mundo	2
8	Paul (Santo Antão)	2
9	Porto Novo (Santo Antão)	3
10	Praia (Santiago Sul)	14
11	Ribeira Grande (Santo Antão)	3
12	Sal	2
13	Santa Catarina (Santiago Norte)	7
14	Santa Cruz (Santiago Norte)	4
15	São Domingos (Santiago Sul)	2
16	São Filipe (Fogo)	4
17	São Miguel (Santiago Norte)	2
18	São Nicolau	2
19	São Vicente	11
20	Tarrafal	2
Total (eleitos)		72

2006		
N	Circulo_eleitoral	Nº Cadeira
1	África	2
2	Américas	2
3	Boa Vista	2
4	Brava	2
5	Europa e resto do Mundo	2
6	Maio	2
7	Mosteiros (Fogo)	2
8	Paul (Santo Antão)	2
9	Porto Novo (Santo Antão)	3
10	Praia (Santiago Sul)	15
11	Ribeira Grande (Santo Antão)	3
12	São Domingos (Santiago Sul)	2
13	Sal	2
14	Santa Catarina (Santiago Norte)	6
15	Santa Cruz (Santiago Norte)	4
16	São Filipe (Fogo)	4
17	São Nicolau	2
18	São Vicente	11
19	São Miguel (Santiago Norte)	2
20	Tarrafal	2
Total (eleitos)		72

2011		
N	Circulo_eleitoral	Nº Cadeira
1	África	2
2	Américas	2
3	Boa Vista	2
4	Brava	2
5	Europa e resto do Mundo	2
6	Fogo	5
7	Maio	2
8	Sal	3
9	Santiago Norte	14
10	Santiago Sul	19
11	Santo Antão	6
12	São Nicolau	2
13	São Vicente	11
Total (eleitos)		72